## UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF

**CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM - CCH PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COGNIÇÃO E LINGUAGEM - PPGCL**

**A LINGUAGEM JURÍDICA COMO GARANTIA AO ACESSO À JUSTIÇA: ANÁLISE DE DISCURSOS A PARTIR DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE GUAÇUÍ-ES**

**OSWALDO MOREIRA FERREIRA**

**CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ FEVEREIRO - 2018**

**OSWALDO MOREIRA FERREIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Cognição e Linguagem.

**Orientadora:** Profª. Drª. Shirlena Campos de Souza Amaral

**Coorientador:** Prof. Dr. Carlos Henrique Medeiros de Souza

## CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ FEVEREIRO – 2018

**OSWALDO MOREIRA FERREIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Cognição e Linguagem.

Aprovada em: de fevereiro de 2018.

## COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Cristiano Simão Miller (Direito Processual Civil)

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Profª. Drª. Eliana Crispim França Luquetti (Linguística – UFRJ)

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Prof. Dr. Carlos Henrique Medeiros de Souza (Comunicação e Cultura– UFRJ)

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF (Coorientador)

Profª. Drª. Shirlena Campos de Souza Amaral (Ciências Sociais e Jurídicas – UFF)

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF (Orientadora)

Dedico aos meus familiares e aos meus amigos.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus.

Em seguida, as minhas amigas Selma, Dayse e Edyala que participaram juntamente comigo dos momentos de vitória e acima de tudo por estarem presentes também na derrota.

A Professora Norma, por todos os esforços empreendidos.

A minha família, na pessoa de minha esposa Izabel, que mesmo nos momentos mais difíceis sempre esteve ao meu lado.

A minha professora orientadora Dra. Shirlena Campos de Souza Amaral por todo ensinamento.

Aos demais professores do curso de Cognição e Linguagem, meu muito obrigado.

―Interpretar a lei é revelar o pensamento, que anima as suas palavras‖.

(Clóvis Bevilaqua)

## FERREIRA, O. M. A LINGUAGEM JURÍDICA COMO GARANTIA AO ACESSO À JUSTIÇA: ANÁLISE DE DISCURSOS A PARTIR DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

**DA COMARCA DE GUAÇUÍ-ES.** Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, 2018.

## RESUMO

A linguagem jurídica é o principal meio de comunicação entre as partes processuais que possibilita o estabelecimento do diálogo entre elas, com a finalidade de conduzir da melhor forma a ação judicial. Contudo, mesmo após inúmeras campanhas para desburocratização da linguagem jurídica rebuscada, isto é, com conteúdo repleto de jargões jurídicos, o denominado juridiquês, ainda existem operadores do direito que fazem uso do emprego desses jargões em suas peças processuais, proporcionando complexidades e dificultando assim, o entendimento das partes que desconhecem esse universo, o que corrobora para o afastamento desse cidadão da ciência da sua própria causa e, por conseguinte, do pleno acesso à justiça. A Lei Federal n° 9.099/95, Lei dos Juizados Especiais Cível e Criminal, foi criada para julgar as ações de menor complexidade, atendendo a população com um todo, agasalhando, assim, os menos favorecidos com aporte jurídico para solucionar ações menores e que, por via de consequência, deve, de acordo com o presente trabalho, utilizar-se de linguagem de fácil compreensão. Cabe esclarecer, que a referida legislação possui princípios norteadores que devem ser seguidos: simplicidade, celeridade, informalidade, oralidade, dentre outros. Nessa perspectiva, versa como objetivo da presente pesquisa averiguar se essa linguagem repleta de jargões jurídicos dificulta o entendimento do conteúdo exposto no processo por parte do cidadão civil, emanando assim, o seu afastamento do pleno acesso à justiça. Em prol de atender ao objetivo delineado, propôs-se uma investigação de natureza qualitativa, mediante os seguintes instrumentos: aplicação de questionários dirigidos aos magistrados em atuação na Comarca de Guaçuí-ES a fim de averiguar o grau de entendimento das peças redigidas pelos advogados e magistrados envolvidos nos processos, bem como a interpretação, por parte dos magistrados, de uma tabela contendo textos jurídicos. Ao fim, pôde-se concluir que a linguagem jurídica mesmo estando em um juízo de menor complexidade, ainda é um obstáculo ao acesso pleno à justiça por parte do cidadão.

**Palavras-Chave:** Linguagem Jurídica; Juridiquês; Acesso à Justiça.

## FERREIRA, O. M. LEGAL LANGUAGE AS A GUARANTEE TO ACCESS TO JUSTICE: ANALYSIS OF SPEECHES FROM THE SPECIAL CIVIL COURT OF

**THE REGION OF GUAÇUÍ-ES**. Campos dos Goytacazes: State University of Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, 2018.

## ABSTRACT

Legal language is the main means of communication between the procedural parties that makes it possible to establish a dialogue between them, in order to conduct the judicial action in the best way possible. However, even after numerous campaigns to debure the bureaucratic legal language, that is, with content full of legal jargon, the so-called legal, there are still operators of the law who make use of the use of these jargon in their procedural parts, the understanding of the parties that do not know this universe, which corroborates for the removal of this citizen from the science of his own cause and, consequently, full access to justice. Federal Law n. 9.099 / 95, Law of Special Civil and Criminal Courts, was created to judge actions of lesser complexity, serving the population as a whole, thus sheltering the less favored with a legal contribution to resolve minor actions and , as a consequence, according to the present work, it should be used in a language that is easy to understand. It should be clarified that this legislation has guiding principles that must be followed: simplicity, celerity, informality, orality, among others. In this perspective, it is the objective of this research to investigate if this language full of legal jargon makes it difficult to understand the content exposed in the process by the civilian citizen, thus emanating, its distance from full access to justice. In order to meet the objective outlined, a qualitative investigation was proposed, using the following instruments: questionnaires addressed to magistrates working in the Guaçuí-ES region to ascertain the degree of understanding of the pieces written by lawyers and magistrates involved in the proceedings, as well as the interpretation by magistrates of a table containing legal texts. At the end, it was possible to conclude that the juridical language even being in a judgment of less complexity.

**Keyworks:** Legal Language; Juridiquês; Access to justice.

**Figura 1** – Código de Ur Nammu 24

**Figura 2** – Código de Esnunna 25

**Figura 3** – Código de Hammurabi 26

**Figura 4** – Uso do Juridiquês 34

**Figura 5** – Despacho 63

**Figura 6** – Fragmento da Petição 89

**Figura 7** – Juiz 1 – Primeiro Texto 100

**Figura 8** – Juiz 1 – Segundo Texto 101

**Figura 9** – Juiz 1 – Terceiro Texto 102

**Figura 10** – Juiz 2 – Primeiro Texto 102

**Figura 11** – Juiz 2 – Segundo Texto 103

**Figura 12** – Juiz 2 – Terceiro Texto 104

**Figura 13** – Pesquisado A 106

**Figura 14** – Pesquisado B 107

**Figura 15** – Pesquisado C 107

**Figura 16** – Pesquisado D 107

**Figura 17** – Pesquisado E 107

**Gráfico 1: Pergunta 1** – Resposta dos entrevistados referente ao seu nível de escolaridade 90

**Gráfico 2**: **Pergunta 4** Já a resposta referente ao fato de já ter sentido dificuldades para interpretar, ou compreender algum texto de cunho jurídico (TV, Livros, Processo). 91

**Gráfico 3: Pergunta 5** – Resposta dos entrevistados referente a pergunta de compreensão de toda a petição que determinado advogado redigiu. 91

**Gráfico 4: Pergunta 6** – Resposta dos entrevistados referente a pergunta de compreensão de toda a decisão proferida pelo magistrado 92

**Gráfico 5: Pergunta 9** – Respostas dos entrevistados referente a pergunta de compreensão de todo o diálogo em determinada audiência da qual eles fizeram parte 92

**Gráfico 6: Pergunta 2** – Respostas dos entrevistados referente a pergunta se já foi autor, réu, testemunha ou jurado em um processo 95

**Gráfico 7: Pergunta 3** – Respostas dos entrevistados referente a pergunta se já leu qualquer tipo de legislação (Constituição Federal, Código Civil, Código Penal, etc...). 96 **Gráfico 8: Pergunta 7** – Respostas dos entrevistados referente a pergunta de que quando se tem algum direito violado por outrem, qual é a primeira fonte de pesquisa? 97

**Gráfico 9: Pergunta 8** – Respostas dos entrevistados referente a pergunta de que quando procurou o Juizado Especial Cível para protocolizar seu pedido, quem redigiu a peça? 97

**Gráfico 10: Pergunta 10** – Respostas dos entrevistados referente a pergunta de que no seu entendimento, a linguagem utilizada pelo advogado, promotor ou juiz, deveria ser mais simples ou de melhor compreensão para população, com a finalidade de explicar com mais clareza o que foi decidido 98

AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros Art. – Artigo

ES – Espírito Santo

LINDB – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro TJSP – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

**SUMÁRIO**

Resumo Abstract

Lista de Figuras Lista de Gráficos

Lista de Abreviaturas e Siglas

[INTRODUÇÃO 13](#_TOC_250027)

1. [APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE LÍNGUA E LINGUAGEM: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-CONCEITUAL 18](#_TOC_250026)
   1. [O histórico dos primeiros códigos jurídicos da civilização: uma análise da linguagem utilizada nos principais códigos 22](#_TOC_250025)
   2. [O conceito de linguagem jurídica 29](#_TOC_250024)
   3. [O jargão jurídico: Aplicabilidade excessiva do juridiquês 31](#_TOC_250023)
2. [JUIZADO ESPECIAL CÍVEL: ORIGEM E BREVE ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS LEGAIS 39](#_TOC_250022)
   1. [Função social da lei dos Juizados Especiais 46](#_TOC_250021)
   2. [Princípios Legais: um ordenamento explícito e implícito nas leis 48](#_TOC_250020)
      1. [Princípio da oralidade 50](#_TOC_250019)
      2. [Princípio da Simplicidade 54](#_TOC_250018)
      3. [Princípio da Economia Processual 55](#_TOC_250017)
      4. [Princípio da Informalidade 56](#_TOC_250016)
      5. Princípio da celeridade processual no Juizado Especial 57
   3. [Mecanismos de desburocratização da justiça 59](#_TOC_250015)
   4. [O juridiquês e sua influência no Juizado Especial Cível 61](#_TOC_250014)
3. [ACESSO À JUSTIÇA E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS 64](#_TOC_250013)
   1. [O acesso à justiça enquanto um mecanismo social 66](#_TOC_250012)
   2. [O princípio da dignidade da pessoa humana 69](#_TOC_250011)
   3. [O princípio do acesso à justiça e a linguagem jurídica 72](#_TOC_250010)
   4. [O princípio da celeridade processual na Constituição 75](#_TOC_250009)
   5. [O jargão jurídico como entrave ao acesso à justiça 78](#_TOC_250008)
4. ANÁLISE DO DISCURSO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE GUAÇUÍ-ES 82
   1. [Procedimentos metodológicos da pesquisa 83](#_TOC_250007)
   2. [Análise do Discurso: breves apontamentos históricos e práticos desse campo interdisciplinar 85](#_TOC_250006)
   3. Análise da linguagem utilizada pelo operador do direito do Juizado Especial Cível de Guaçuí-ES 88
      1. [Uma análise sob a ótica das partes 89](#_TOC_250005)
      2. Da linguagem das petições e dos discursos jurídicos aos operadores do direito. 99
   4. A linguagem jurídica descomplicada do Juizado Especial Cível como mecanismo

de acesso à justiça 105

[CONCLUSÃO 114](#_TOC_250004)

REFERÊNCIAS 117

[APÊNDICES 127](#_TOC_250003)

[APÊNDICE A – TABELA CONTENDO TEXTOS PARA INTERPRETAR 127](#_TOC_250002)

[APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO ENTREGUE AS PARTES DO PROCESSO 129](#_TOC_250001)

APÊNDICE C – AUTORIZAÇÃO DO JUIZ PARA FAZER CARGA DOS PROCESSOS131 APÊNDICE D – AUTORIZAÇÃO PARA O USO DOS DADOS COLETADOS 132

[APÊNDICE E – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO AO MAGISTRADO DA COMARCA 133](#_TOC_250000)

## INTRODUÇÃO

No que tange ao operador do direito, a linguagem é o principal meio de comunicação e trabalho, o que, por conseguinte, incide em algo que necessita de pleno domínio. De nada será útil se o operador não sabe articular o discurso a seu favor, com o escopo de produzir um texto argumentativo e coerente, com a finalidade de transmitir de forma clara, suas pretensões ao receptor, seja este a parte que compõem a lide, ou as autoridades julgadoras.

No que se refere ao Juizado Especial Cível, criado pela Lei n° 9.099/1995, deve ser analisado na sua essência, ou seja, com enfoque nos princípios da celeridade, informalidade, oralidade, simplicidade, bem como o da economia processual. Tais princípios têm o viés de nortear as ações processuais que são pleiteadas junto a ela, facilitando, assim, o acesso do cidadão à justiça, com textos simples, podendo ser redigidos até pelo próprio cidadão, sem auxílio do advogado.

Entretanto, os textos jurídicos vêm sendo afetados pelos operadores do direito com conteúdo rebuscado, o tão falado ―juridiquês‖, o qual versa o excesso da utilização do jargão jurídico nos processos judiciais tem se apresentado como uma dificuldade para a garantia do acesso à justiça. Acaba-se por criar um entrave nos autos processuais, o que pode se dar em todas as fases do mesmo, e gerar o afastamento do real objetivo, muitas das vezes, ou até mesmo provocar a demora processual, ferindo de plano, assim, o princípio da celeridade processual, algo que na atualidade vem sendo sempre questionado, tempos em que há um clamor tanto da população, quanto do próprio poder judiciário, por um processo sem entraves e mais célere.

Além da evolução do sistema do poder judiciário, faz-se necessário levar em consideração a efetivação dos direitos dos litigantes, tais como: duração razoável do processo, celeridade processual e dignidade da pessoa humana. Os princípios ora citados estão consagrados na Carta Magna de 1988. Entretanto, não adianta ter os direitos garantidos de forma expressa constitucionalmente se o cidadão não goza deles de forma efetiva ou nem sequer consegue ver seu direito concretizado em um tempo razoável.

Já o princípio do acesso livre à justiça está talhado no inciso XXXV do artigo 5º da Constituição Federal, que traz a baila os apontamentos acerca da inafastabilidade da apreciação de determinada demanda.

Sendo assim, não basta o cidadão ter apenas o direito ao acesso à justiça, mas deverá gozar também de todos os trâmites processuais, bem como a facilitação de seu entendimento, no que tange aos atos praticados pelos operadores do direito em sua demanda processual, evitando assim sua incompreensão do que vem a ser justiça e como ela é desenrolada no andamento da lide.

Nesse sentido, a presente dissertação propõe a seguinte indagação: pode-se afirmar que utilizando uma linguagem menos rebuscada o processo judicial ficaria mais célere? Por outro lado, o cidadão teria o amplo acesso à justiça, no que tange ao entendimento das peças processuais, com a desburocratização da linguagem jurídica?

De acordo com os teóricos do campo da análise do discurso, como por exemplo, Orlandi (2009; 2002; e 1993) e Brandão (2004), ponderando acerca da linguagem utilizada no seio do Juizado Especial Cível, deve-se estabelecer uma separação entre a ação protocolizada pela própria parte e a pleiteada pelo advogado da parte, levando-se em consideração todos os princípios descritos na lei dos juizados, significa dizer que a análise proposta parte de uma premissa lógica, qual seja a linguagem é comum entre as partes envolvidas no processo ou ela é diferente quando o advogado pleiteia o pedido tornando esse procedimento truncado e de difícil entendimento, ainda que o processo esteja em tramitação numa esfera judicial que impera princípios norteadores que visam dar maior efetividade aos processos de menor complexidade.

Por outro lado, o presente estudo não pretende eliminar o jargão jurídico das peças processuais, mas sim, analisar o excesso da utilização do juridiquês, de modo a adequar a cada situação o termo correto, para tornar o texto mais compreensivo ao seu leitor, seja ele a parte, o advogado, o promotor e, até mesmo, o juiz, conforme será demonstrado no decorrer deste trabalho.

Para a questão levantada, tem-se a seguinte hipótese: a linguagem jurídica rebuscada demonstra ser um entrave no acesso à justiça. Tal hipótese se sustenta mediante o fato de que a linguagem jurídica precisa ser utilizada de forma clara, sem

entraves, facilitando a compreensão de todos os envolvidos na lide, bem como de toda a sociedade civil. Contudo, os operadores do direito não podem abandonar sua linguagem específica, o que poderia ocasionar a perda de sua própria identidade profissional. Por outro lado, essa linguagem rebuscada, o chamado juridiquês, no qual pode-se mencionar o excesso de terminologias da língua latina dentre outras práticas ordinárias entre os advogados e magistrados, a saber, escrever inúmeras páginas, para tratar de algo poderia fazer em poucas, resultando em um julgamento mais célere, tendo em vista que nem magistrados, nem os patronos desperdiçariam seu tempo com longas leituras sem finalidade, e sem explicar, efetivamente, o que se pretende. Com isso, o que se prejudica é o direito ao acesso à justiça, bem como a efetivação das garantias constitucionais, como celeridade processual, duração razoável do processo do cidadão que necessita de uma decisão dentro de um tempo razoável.

Ante o exposto, faz-se necessário um apanhado geral de todos os assuntos citados com o escopo de mitigar os direitos e garantias constitucionais em conjunto com o princípio do acesso à justiça, para que se chegue a um denominador comum, qual seja o direito do cidadão a plenitude do acesso à justiça, não sendo este direito limitado a apenas pleitear, mas sim de se entender o que acontece dentro dos autos. Nessa perspectiva, com o intuito de averiguar tais questões, propôs-se como objetivo geral, analisar a linguagem jurídica utilizada pelos operadores do direito, a fim de garantir o acesso à justiça, assim como os direitos e garantias fundamentais talhados da Constituição Federal de 1988, com enfoque no Juizado Especial Cível

da Comarca de Guaçuí-ES.

De forma a aprofundar o objetivo geral, elencaram-se os seguintes objetivos específicos:

* + 1. Caracterizar a linguagem jurídica utilizada pelos operadores do direito e pelas partes no Juizado Especial Cível da Comarca de Guaçuí-ES;
    2. Explorar os estudos que tratam do uso do juridiquês, e explicar o papel do discurso como entrave para o trâmite processual;
    3. Identificar a percepção do operador do direito, quanto ao uso do juridiquês no Juizado Especial Cível da Comarca de Guaçuí-ES; e,
    4. Examinar as medidas tomadas pelos Tribunais de Justiça, com a finalidade de reduzir o tempo de trâmite de um processo, mas especificamente com a finalidade de abolir o juridiquês e as petições longas.

Para atingir o objetivo da pesquisa utilizou-se de metodologia mista, a saber, analise qualitativa, mediante um estudo de casos, em que foram analisados processos arquivados no Juizado Especial Cível da Comarca de Guaçuí-ES, bem como a realização de pesquisa de campo, no sentido de averiguar as resultantes da adoção da inclusão de linguagem mais simples no processo judicial.

A presente pesquisa foi realizada na Comarca de Guaçuí-ES, a qual consta da análise de processos determinados, quais sejam, aqueles em que a parte com o auxílio de um advogado protocoliza seu pedido para que seja processado.

A pesquisa delineou-se com a participação de 7 sujeitos, sendo 5 cidadãos/parte processual e 2 magistrados da Comarca de Guaçuí- ES.

A captação dos dados sucede-se mediante análise processual e pesquisa de campo, levando-se em consideração:

a) o grau de entendimento das decisões judiciais;

d) a linguagem utilizada pelo cidadão comum e pelo operador do direito, dentro do Juizado Especial Cível na Comarca de Guaçuí-ES.

Para tanto, foram aplicados questionários aos seguintes integrantes:

a) Questionário dirigido aos cidadãos da cidade de Guaçuí-ES;

e) Questionário dirigido as autoridades do poder judiciário da Comarca de Guaçuí-ES.

Para proceder com a coleta de dados, fez-se uso do questionário semiestruturado, composto por perguntas objetivas e uma subjetiva, o qual caracteriza-se pelo pesquisado poder opinar também acerca do assunto tratado no presente estudo.

A aplicação do questionário aos servidores do poder judiciário demandou a solicitação da autorização do juiz de direito responsável pela área administrativa de cada comarca.

No que tange a aplicação do questionário para os juízes e partes da Comarca, solicitou-se autorização dos juízes diretores, bem com do próprio entrevistado.

Com relação ao cidadão (parte em determinado processo), os questionários foram aplicados nas residências dos mesmos, podendo este local variar, dependendo da necessidade.

Por fim, realizou-se um levantamento dos dados processuais, em que fez-se a análise do processo no próprio Juizado Especial Cível da Comarca de Guaçuí-ES, com o escopo de verificar a linguagem utilizada, bem como sua aplicabilidade.

Os dados colhidos receberam tratamento adequado e encontram-se dispostos graficamente e de forma ordenada na presente dissertação, a fim de proporcionar melhor compreensão, em consonância com a finalidade do referido estudo, demonstrando se a linguagem rebuscada nas peças processuais são causadoras nos processos judiciais.

Destarte, a presente dissertação encontra-se disposta da seguinte maneira: no primeiro capítulo é apresentado um breve panorama histórico-conceitual da evolução linguagem, enfatizando a questão da linguagem jurídica; o segundo, por sua vez, trata toda a base legal do Juizado Especial Cível, seus princípios norteadores e seus mecanismos legais; no terceiro capítulo é exposta a temática que norteia a presente pesquisa, a saber, o acesso à justiça e os principais princípios constitucionais que justificam e encorpam o presente estudo; o quarto e último capítulo dedica-se a exposição e análise da pesquisa de campo realizada, a qual encontra-se devidamente embasada por bibliografia especializada no assunto de forma interdisciplinar, de modo a demonstrar se a linguagem jurídica é empregada de forma correta ou não, proporcionando assim, o acesso à justiça por parte do cidadão.

## 1 APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE LÍNGUA E LINGUAGEM: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-CONCEITUAL

A língua é o principal meio de comunicação entre os falantes de qualquer comunidade. Assim sendo, versa em um momento no qual esses interlocutores estabelecem interações entre si, passando a produzir um relacionamento sobre determinado assunto.

Muitos são os estudos sobre a origem da língua e, por conseguinte, da linguagem. Acredita-se que a linguagem teve sua origem a partir dos gestos, que podiam ser imitados ou com a finalidade de demonstrar algo, bem como os gritos naturais das pessoas primitivas. Calvet (2002, p. 18) destaca que tratava-se de uma comunicação gestual, mas com o passar do tempo foram instituídos quatro elementos fônicos: sal, ber, you et roh, sendo que esta linguagem era oriunda de uma casta superior, ou seja, dos feiticeiros que predominavam no poder naquela época. Portanto, a contar de sua origem, a língua estaria vinculada ao poder, dividindo os seres humanos em classes sociais. Com o passar do tempo as quatro sílabas citadas acima passaram por variações, combinando uma com as outras e até mesmo se multiplicando para dar origem às novas línguas mundiais.

Em uma explicação simples e direta, Orlandi (2009, p. 07) afirma que: ―o homem está procurando explicar algo que lhe é próprio e que é parte necessária de seu mundo e da sua convivência com os outros seres humanos‖.

Petter (2003, p. 12) esclarece que, ainda no tempo antes de Cristo, os gramáticos hindus durante o século IV, aplicavam os estudos gramaticais com o objetivo de instituir uma língua própria. O fato histórico foi descoberto no século XVIII no ocidente, após uma análise dos modelos produzidos pelos hindus.

Ainda em sua obra, Petter (2003, p. 12) diz que, na idade média os modistas julgavam que a base gramatical da língua era una e universal, que por via de consequência, ensinava que a gramática possuía regras e que estas são independentes das próprias línguas que a realizam.

Durante o século XVI, o latim que era conhecido como a língua universal, base dos livros sagrados, dentre outros, sofreu uma queda no que diz respeito a popularidade, tendo em vista que os livros sagrados passaram a ser traduzidos para

outras línguas. No ano de 1502, com o advento do primeiro dicionário poliglota, de autoria de Ambrósio Calepino, um italiano que laborou durante toda a sua vida um objetivo, a organização do Dictionarium, que teve sua primeira impressão na cidade de Régio (PETTER, 2003, p. 12).

Já nos séculos XVII e XVIII, com base na obra de Petter (2003, p. 12), os estudiosos da gramática dão continuidade às análises, e a organização da gramática. Com o surgimento da Grammnaire Gênérale et Raisonnée de Port Royal, no ano de 1660, a qual se pode afirmar que serviu como modelo para muitas outras gramáticas daquela época.

Lyons (1981, p. 219) afirma que durante o século XIX os estudiosos da linguística tinham a tendência de ser céticos no que diz respeito à gramática universal oriunda das filosóficas. Noutro lado, predominava uma corrente que divergia acerca da estrutura gramatical entre as línguas mundiais, o que leva ao entendimento que os estudos dos antigos gramaticais já não eram aceitos. Contudo, cabe esclarecer que existiu, durante o século XIX, um debate tanto sobre o espírito quanto sobre as relações sólidas da disciplina que surgia denominada linguística diacrônica, no qual ofereciam explicações que confrontavam com a filosofia. A fim de melhor explicar o momento, faz-se necessário mencionar a lição de Petter (2003, p. 12), a qual diz que:

O interesse pela língua viva acontece no século XIX com o conhecimento de um número maior de línguas pelo estudo comparativo dos falares em detrimento de um raciocínio mais abstrato sobre a linguagem, observado no século anterior. Nesse período se desenvolve um método histórico, tais métodos, foram importantes para o florescimento das gramáticas comparadas e da Lingüística Histórica.

Orlandi (2009, p. 13) apresenta em seus estudos que durante o século XIX, a personalidade mais expressiva foi o alemão Franz Bopp, que no ano de 1818 publicou sua obra acerca do sistema de conjugação de sânscrito, que foi comparado à língua grega, latim, persa e por fim a língua germânica. A referida obra é apontada como sendo o marco que deu início a linguística histórica.

Em seus estudos Petter (2003, p, 13) afirma que, durante a averiguação dos processos históricos referente às línguas, foi encontrado um novo objeto para

análise dos estudos voltados para linguagem. No que diz respeito a análise observou-se que em diversos períodos, o latim se transformou em outros idiomas, como por exemplo, francês, espanhol, italiano. E por fim, já no século XX, com o advento das obras de Ferdinand Saussure, toda a investigação sobre a linguagem e até mesmo a linguística se tornou um estudo científico reconhecido.

Nas palavras de Saussure, a diferença entre a linguagem, língua e fala está situada no objeto que se é estudado pela Linguística. Pode-se afirmar que é a partir de Saussure que se impõe uma divisão do estudo da linguagem, no sentido de averiguar a língua e analisar a fala (PETTER, 2003, p. 14).

Essa língua pode ser tanto escrita quanto falada e dependendo do contexto em que é inserida, pode ser chamada de jargão, isto é, uma linguagem dominada por determinado grupo da sociedade, o que a torna restrita, sem meios de entendimento pelas pessoas externas a esse grupo.

Contudo, a língua é o meio de comunicação eficaz, capaz de elevar os níveis de compreensão dos interlocutores e também das pessoas que não estão interagindo, mas que por algum motivo se fazem presente no momento do diálogo, desde que essa língua esteja ao alcance de todos, sem que haja qualquer inserção de jargão.

Para destacar o conceito de língua, faz-se necessário trazer ao presente estudo o conceito citado por Cunha e Cintra (1985, p. 1) para elucidar o que vem a ser língua. Nas palavras dos autores, denomina-se por língua: ―O Sistema gramatical pertencente a um grupo de indivíduos. Meio através do qual uma coletividade se expressa, concebe o mundo e age sobre ele. É a utilização social da faculdade da linguagem‖.

Lima (2003, p. 5), por sua vez, apresenta um conceito que contradiz o que atestado por Cunha e Cintra acima, conceituando a língua como sendo: ―[...] um sistema: um conjunto organizado e opositivo de relações, adotado por determinada sociedade para permitir o exercício da linguagem entre os homens‖.

No que diz respeito à linguagem o linguista Hjelmslev (1975), afirma que esta é inerente ao ser humano, versa em algo essencial, para que este pratique todos os atos perante a sociedade, podendo afirmar que se trata de um instrumento, que por meio do qual o torna absolutamente capaz de gerir sua existência e de organizar de

forma clara seus pensamentos e até mesmo os seus sentimentos. Trata-se de uma ferramenta com duplo mecanismo, podendo influenciar e ser influenciado.

A linguagem para a professora Maria Carmen Guimarães Possato é:

[...] o lugar de interação humana, interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico. Os usuários da língua ou interlocutores interagem como sujeitos ocupantes de lugares sociais. ―Falam‖ e ―ouvem‖ desses lugares de acordo com formações imaginárias que a sociedade estabeleceu para tais lugares sociais. Por esse motivo, o diálogo, em sentido amplo, é o que caracteriza a linguagem (POSSATO, 2012, s.p).

Depreende-se, então, que a linguagem tem o objetivo de fazer com que as pessoas estabeleçam um diálogo de maneira compreensível, contudo dependerá do lugar e do contexto em que essa interlocução se sucederá.

Nessa linha de raciocínio, o professor Paulo Nader, explica com clareza ao estabelecer a conexão entre o direito e a linguagem, conforme se verifica:

A dependência do Direito Positivo à linguagem é tão grande, que se pode dizer que o seu aperfeiçoamento é também um problema de aperfeiçoamento de sua estrutura linguística. Como mediadora entre o poder social e as pessoas, a linguagem dos códigos há de expressar com fidelidade os modelos de comportamento a serem seguidos por seus destinatários. Ela é também um dos fatores que condicionam a eficácia do Direito. Um texto de lei mal redigido não conduz à interpretação uniforme. Distorções de linguagem podem levar igualmente a distorções na aplicação do Direito (NADER, 1994, p. 272).

Após a breve análise construída sobre o contexto histórico da linguagem e da língua, bem como a referência sobre o conceito de ambas, valendo-se ainda da citação de Paulo Nader a respeito da dependência do direito em relação à linguagem, pode-se afirmar que, tanto a língua quanto a linguagem passaram por modificações durante todo o tempo, evoluindo para se adequar a seu tempo e ao povo que a falava, tornando algumas classes escravas delas.

Sendo assim, a partir de todo exposto, será feito um estudo sobre o surgimento da linguagem jurídico no mundo, elencando todo o contexto histórico

desde o seu surgimento até os dias atuais, levando-se em consideração o grau de dificuldade na interpretação da norma imposta ao cidadão.

## 1.1 O histórico dos primeiros códigos jurídicos da civilização: uma análise da linguagem utilizada nos principais códigos

Não se tem certeza acerca do início da aplicação das leis, pois não há relatos de aparatos legais aplicados na época em que o domínio era apenas da oralidade, tendo em vista de a escrita ainda não ter sido dominada pelo ser humano. Contudo, mesmo não havendo o domínio da escrita para codificar o direito existente entre determinado povo, o mesmo era aplicado de acordo com os costumes.

Importante salientar que antes da escrita os povos já interpretavam seus direitos, conforme ensina Aguiar (2010, p. 38) em sua obra:

Podemos dizer que essa "pré-história" do direito escapa quase inteiramente ao nosso conhecimento? Não, tendo em vista que, no momento em que os povos entram na história, a maior parte das instituições jurídicas já existem, mesmo que ainda misturadas com a moral e com a religião, como o casamento, a propriedade, a sucessão, o banimento etc.

Para melhor caracterizar esse povo que convivia em sociedade, mas sem nenhuma regulamentação jurídica escrita, faz-se necessário apontar algumas particularidades, tais como os obstáculos para que fossem criadas regras abstratas. Prova disso é o Código de Hammurabi que mesmo existindo a escrita e sendo codificado, não passava de casos práticos transformados em lei, não se tratava, portanto, de regra abstrata, pois era atribuída a punição ou direito a algo a determinada pessoa.

Por outro lado, outra dificuldade encontrada era o embaraço do direito de várias comunidades, tendo em vista que cada uma conservava seus costumes, suas crenças, sendo assim, essa normatização abstrata de um direito para aquelas comunidades que conviviam em determinado território era quase que impossível.

Para esse período da história a fonte legal para instituir normas entre a comunidade ou entre outras comunidades, era o costume. A fim de corroborar com o

marco histórico, Gilissen (2001, p. 37) afirma que: ―Em todos os direitos dos povos sem escrita, a fonte do direito é quase exclusivamente o costume, ou seja, a maneira tradicional de viver na comunidade, a conduta habitual e normal dos membros do grupo‖. Gilissen ao afirmar que a fonte do direito naquele tempo não era exclusivamente o costume, estava se referindo as ordens proclamadas pelas pessoas de alto prestígio como os anciões, ou pessoa do alto escalão religioso, criando assim as leis não escritas daquele determinado local.

As pessoas acima citadas por reunirem maior conhecimento e dominar as regras que eram impostas se encarravam dos julgamentos dos infratores. A criação do julgamento para cada infração versava nas leis daquela sociedade e esses cidadãos do alto escalão eram quem julgavam no caso concreto.

Naquele tempo, predominava a religião e os povos temiam os deuses que cultuavam, sendo assim, a alienação da sociedade era feito pelos costumes religiosos, o que culminava com as regras impostas por determinadas pessoas que ditavam as leis. As referidas regras, as leis daquela época eram ditas e deveriam ser decoradas por todos da mesma forma que deveriam ser transmitidas àquela mesma sociedade.

Sendo assim, o direito dos povos sem escrita era totalmente materializado por meio da oralidade, desde seu início, até seu fim, tendo em vista não haver mecanismo que guardasse todas as informações dos julgamentos, mas nem por isso menos eficaz no que tange a sua aplicabilidade.

A primeira notícia acerca do direito escrito é com o Código de Urukagina que surgiu cerca de 2.350 a.C., mas não se tem comprovação concreta de sua escrita, pois até os dias atuais o código ainda não foi encontrado.

Contudo, a primeira linguagem jurídica que se tem comprovada sua existência é datada do ano de 2.040 a.C., quando Ur Nammu, rei da Suméria, na Baixa Mesopotâmia, codificou as leis do império em um só código, atribuindo o nome de Código de Ur Nammu.



Figura 1 – Código de Ur Nammu

Fonte <https://edukavita.blogspot.com.br/2015/05/quem-foi-ur-nammu.html>

As referidas leis tinham caráter punitivo em uma linguagem simples e de fácil compreensão para pessoas daquela época. Prova disso é descrição das penas aplicadas no caso concreto, como bem cita em obra o autor Gilissen (2001, p. 64):

Col. VIII. Um cidadão fracturou um pé de ou uma mão a outro cidadão durante uma rixa pelo que pagará 10 siclos de prata. Se um cidadão atingiu outro com uma arma e lhe fracturou um osso, pagará uma mina de prata. Se um cidadão cortou o nariz a outro cidadão com um objeto pesado pagará dois terços de mina.

Como se pode observar naquele tempo a linguagem jurídica utilizada para instituir as leis era simples e objetiva, sem entraves, para que o cidadão compreendesse de forma clara e não fosse de contrário a ela. Contudo, as leis criadas pelo rei Ur Nammu, tinham viés punitivo, versavam em leis voltadas ao direito de restituição do dano causado, mas nem por isso deixaram de ser cristalinas, de modo que o cidadão caso cometesse algum ilícito soubesse claramente que seria punido e qual seria a sua punição pecuniária. Logo, a legislação tinha o caráter de reponsabilidade civil, obrigando o infrator a reparar o dano causado.

Após as leis impostas por Ur Nammu, tem-se comprovada a existência do Código de Esnunna que surgiu aproximadamente no ano 1.930 a.C. com viés voltado para o direito penal e para o direito civil.

Pode-se observar no Código de Esnunna que o direito civil aplicado no caso concreto era de uma linguagem simples e de fácil compreensão, no qual é citado por John Gilissen:

―Se um cidadão toma por mulher a filha de um cidadão sem pedir o consentimento do seu pai e da sua mão e não conclui um contrato de comunhão e casamento com o seu pai e a sua mãe, ela não é sua esposa legítima, mesmo que habite um ano na sua casa‖ (GILISSEN, 2001, p. 64).

Em uma linguagem simples e cristalina, o Código de Esnunna define o instituto do casamento, atribuindo direito e dever ao homem que fosse pedir a mão da sua futura esposa à família da mesma. Nota-se também que, desde a época do Código de Esnunna o casamente já era tratado como um contrato entre as partes, apenas que este contrato era celebrado com os pais da noiva e não com a própria noiva.

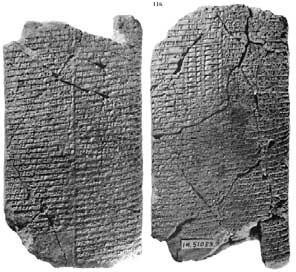


Figura 2 – Código de Esnunna

Fonte <<http://historiadodireitofmp.blogspot.com.br/2015/11/o-codigo-de-eshnunna.html>>

Embora em momentos distintos, mas com o mesmo pensamento de direito o Código de Hammurabi foi inspirado no Código de Esnunna, conforme afirmar Aguiar (2010, p.55) ―Código de Esnunna (cerca de 1930 a.C.): continha cerca de 60 artigos, sendo uma mistura entre direito penal e civil, o que futuramente caracterizará o Código de Hammurabi‖.

O Código de Hammurabi foi compilado por volta do ano 1.694 a.C., estabelecendo direitos que já haviam sidos contemplados pelos Códigos de Ur Nammu e Esnunna, que por via de consequência foram agasalhados ou ampliados e

outros foram criados, mas sem perder a essência de uma lei de simples interpretação e compreensão.



Figura 3 – Código de Hammurabi

Fonte <<http://www.ebanataw.com.br/roberto/pericias/codigohamurabi.htm>>

A partir da compilação das leis por Hammurabi, o código passou a ser reproduzido para que as pessoas as quais as leis se aplicassem pudessem ter em mãos todas as disposições legais para atuar caso fosse necessário. Os operadores do direito naquele tempo eram chamados de práticos conforme afirma Aguiar (2010,

p. 56) ―Juntamente com o Código, inúmeras tábuas de argila com a reprodução do texto também foram encontradas. Tudo indica que eram utilizadas pelos aplicadores do direito na época, denominados práticos‖.

Tanto nos escritos de ordem criminal, quanto os de ordem cível o direito era cristalino e compreensível, não deixando às margens as pessoas que necessitavam aplicar ou até mesmo para que fosse divulgado amplamente para que todos tivessem conhecimento das regras impostas pelo rei.

O rei Hammurabi preocupava-se tanto com as relações comerciais quanto com as relações interpessoais de seus cidadãos. Pode-se notar que a simplicidade da escrita na esfera cível, mais especificamente na disposição dos contratos como

exemplo, pode ser citado o contrato de prestação de serviço atualmente conhecido, mas que, naquela época, era amplamente aplicado pelos cidadãos da Mesopotâmia. Gilissen (2001, p. 65) cita em sua obra parte do Código de Hammurabi que regulamentava essa prática de prestação de serviço entre os cidadãos. Conforme verifica-se: ―64. Se alguém entregou o seu pomar a um arboricultor para o fazer frutificar, o arboricultor, enquanto tiver o pomar, entregará ao proprietário do pomar

dois terços da produção do pomar; ele mesmo tomará um terço‖.

Já na esfera penal, o Código de Hammurabi foi a legislação antiga que deu maior ênfase à punição do infrator, aplicando a Lei de Talião, a qual era conhecida como ―olho por olho, dente por dente‖. Exemplo disso, é o crime hoje conhecido por difamação no direito brasileiro que, naquela época, inaugurava a escrita do referido código. Conforme cita Gilissen (2001, p. 65), ―Se alguém acusou um homem, imputando-lhe um homicídio, mas se ele não pôde convencê-lo disso, o acusador será morto‖.

O direito é uma ciência que evolui com o tempo, com os novos costumes e acontecimentos. Contudo, o Código de Hammurabi criou inúmeros institutos que hoje estão com sua aplicabilidade em vigência, exemplo disso é o instituto da receptação citado com Aguiar (2010, p. 57), como se vê:

Se alguém, sem testemunhas ou contrato, compra ou recebe em depósito ouro ou prata ou um escravo ou uma escrava, ou um boi ou uma ovelha, ou um asno, ou outra coisa de um filho alheio ou de um escravo, é considerado como um ladrão e morto.

Conforme se verifica nos trechos citados acima, o Código de Hammurabi não diferenciava a escrita entre os institutos do direito, sendo sempre simples e objetivo, não se importando com o ramo do direito a que a regra fosse aplicada. O que pode ser observado em tudo que foi citado é a simplicidade da linguagem utilizada na formulação da legislação que iria nortear toda a sociedade.

Na Grécia Antiga, o direito antes da codificação das leis e dos costumes vigentes viveu seu apogeu, com debates eloquentes em praças públicas, ou seja, o direito sendo utilizado na sua mais pura forma. Antes de adentrar ao conteúdo do presente estudo, faz-se necessário mencionar que será utilizada como referência a

cidade de Atenas, tendo em vista seu desenvolvimento como cidade ―*polis*‖ e de seus operadores do direito. A linguagem oral em Atenas, na Grécia Antiga, tinha força de *status* de convencimento, visto que era utilizada por todos nos debates jurídicos, sendo os processos realizados de forma oral, pois não existiam leis escritas, nem mesmo processos escritos.

Com o surgimento da escrita no direito grego, logo adveio à codificação das leis e sua plena divulgação nos muros da cidade, com a finalidade de dar ciência a todos os cidadãos. Para corroborar Souza (2006, p. 39), afirma que ―A escrita surge como nova tecnologia, permitindo a codificação de leis e sua divulgação através de inscrições nos muros das cidades‖.

Por via de consequência, os aristocratas de Atenas deixaram a exclusividade do poder de comandar toda a estrutura das leis e seus julgamentos, para torná-las públicas. Nesse ínterim, Souza (2006, p. 39) corrobora o citado acima, ~~n~~o qual afirma que: ―Dessa forma, junto com as instituições democráticas que passaram a contar com a participação do povo, os aristocratas perdem também o monopólio da justiça‖.

Na mesma esteira de pensamento Jean Pierre Vernant, ensina que:

Compreende-se assim o alcance de uma reivindicação que surge desde o nascimento da cidade: a redação das leis. Ao escrevê-las, não se faz mais que assegurar-lhes permanência e fixidez. Subtraem-se à autoridade privada dos *basileis*, cuja função era

―dizer‖ o direito; tornam-se bem comum, regra geral, suscetível de ser aplicada a todos da mesma maneira (VERNANT, 2002, p. 57).

Em 620 a.C. Drácon apresenta à população de Atenas sua primeira compilação de leis, as quais regulamentavam principalmente o direito penal de maneira severa e com punições extremas, daí surgiu o termo draconiano, que significa aquilo que é severo ao extremo.

Noutro lado, entre os anos de 594-593 a.C. Sólon reapresentou o Código de Drácon com alterações drásticas, com viés mais social e também voltado para economia, no qual instituiu regras para o comércio realizado em Atenas. Com uma linguagem simples e cristalina Sólon ao reformar o código de Drácon, impôs aos pais que durante a criação dos filhos, os mesmos eram obrigados a ensinar o trabalho do pai, ou seja, a criança deveria aprender o ofício de seu genitor, sob pena desse

genitor não gozar dos benefícios quando se tornasse idoso, em que o filho não estaria obrigado a cuidar do pai idoso.

Exemplo da clareza da lei grega é a que faz referência à punição estipulada aos cidadãos que praticassem o crime de roubo, conforme se verifica na citação de Arnaoutoglou:

Se o bem roubado for recuperado, o valor da penalidade deverá ser o dobro do valor do bem; não sendo recuperado, será dez vezes maior, além da punição legal. O ladrão deve ser mantido no pelourinho por cinco dias e cinco noites, se o tribunal impor uma pena adicional. Aquele que desejar poderá propor a pena adicional, quando a questão for colocada (ARNAOUTOGLOU, 2005, p. 80).

A partir da leitura na letra legal, pode-se afirmar que após uma interpretação simples, o cidadão grego estava ciente das penalidades impostas ao réu. A referida pena como bem se observa era divida em duas espécies: a primeira era de cunho cível, exigindo a devolução dos valores roubados, já a segunda tratava-se de pena criminal, a qual determinava uma pena mínima ao cometimento do delito.

No mesmo sentido, a legislação grega previa o crime de receptação, em que o portador do produto do crime também era punido, como informa Arnaoutoglou (2005, p. 155) em sua obra ―Se alguém comprar na Praça do Mercado produto roubado e mantiver consigo, não será punido e deverá mantê-lo. Se a vítima do ladrão encontrar o bem roubado na casa de outra pessoa, ela deverá pagar os danos‖. Isso corrobora todo o exposto no que tange a afirmação de que a legislação da antiguidade possuía uma redação simples e de fácil compreensão.

Diante de todo exposto, passasse a analisar o conceito atual no que diz respeito à linguagem jurídica e sua aplicabilidade no ordenamento jurídico pátrio, bem com suas peculiaridades sobre o uso.

## O conceito de linguagem jurídica

A linguagem jurídica é o principal meio de comunicação dos advogados, juízes e demais membros do poder judiciário, seja com o seu cliente ou magistrado, e principalmente dentro do processo judicial. O domínio de uma linguagem culta e

detalhada faz parte desse ambiente, onde o advogado, juiz fazem o uso da mesma de forma corriqueira para estabelecer a relação entre as partes e as autoridades judiciárias.

A linguagem utilizada pelo advogado ou juiz é sua ferramenta de trabalho, então por que não articular suas petições de forma coerente, demonstrando uma argumentação clara, para que o receptor da petição entenda tudo que foi exposto no documento?

Uma comunicação eficaz produz efeitos instantâneos, o que eleva o nível de entendimento e compreensão dos interlocutores. Não seria diferente se no mundo jurídico fosse utilizada uma linguagem de fácil compreensão, onde o operador do direito dominasse esse jargão e fizesse dele uma arma de convencimento. Tal convencimento poderia ser envolvido de uma linguagem objetiva. Contudo não é isso que se vê, quando se trata de excesso na utilização da linguagem em suas explanações.

Quando se faz referência a linguagem jurídica, é necessário condicioná-la a uma língua normatizada, isto é, uma linguagem culta no qual se pode afirmar que não se trata de uma linguagem aberta ao entendimento de qualquer pessoa, classificando-a em heterogênea e constituída de variedades, tomando-a a partir de uma norma culta.

No que diz respeito à norma culta Carlos Alberto Faraco, afirma que:

A expressão norma culta deve ser entendida como designando a norma linguística praticada, em determinadas situações (aquelas que envolvem certo grau de formalidade), por aqueles grupos sociais mais diretamente relacionados com a cultura escrita, em especial por aquela legitimada historicamente pelos grupos que controlam o poder social (FARACO, 2002, p. 40).

O Superior Tribunal de Justiça apresenta o conceito de linguagem jurídica, como sendo tesauro jurídico, ou seja, sinônimo de linguagem, como se vê:

É um tipo de vocabulário controlado utilizado por pessoas que compartilham uma mesma linguagem em dada área de conhecimento. É uma ferramenta de controle terminológico que tem por objetivo a padronização da informação (BRASIL, SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, s.d).

Para melhor elucidar o que foi dito acima, é de suma importância mencionar o que já foi utilizado como argumentação de sentença judicial, como mecanismo de convencimento, ou até mesmo para demonstrar notável domínio da língua portuguesa, em detrimento da exposição do direito de forma clara ao advogado e até mesmo para as partes envolvidas no processo judicial, conforme se verifica abaixo:

O exemplo é baço, bem o sei, mas se garão ou latagão apusesse espadete em fauce de caixa, demandado burras, iria o fiscal (amiúde armados com revólveres, gás pimenta ou outros petrechos como dispositivos de choques, etc.) aguardar a consumação do roubo qualificado ou latrocínio? Cremos que não. Homessa! (FACCIOLLA, 2014).

Unidos de forma umbilical direito e linguagem são inseparáveis, o que mantêm entre si uma relação de interdependência, haja vista que o direito se materializa de forma efetiva por meio da linguagem. E, para corroborar que o que foi citado, Passos (2001, p. 63-64) declara que:

[...] o Direito, mais que qualquer outro saber, é servo da linguagem. Como Direito posto é linguagem, sendo em nossos dias de evidência palmar constituir-se de quanto editado e comunicado, mediante a linguagem escrita, por quem com poderes para tanto. Também linguagem é o Direito aplicado ao caso concreto, sob a forma de decisão judicial ou administrativa. Dissociar o Direito da Linguagem será privá-lo de sua própria existência, porque, ontologicamente, ele é linguagem e somente linguagem.

Por fim, pode-se afirmar que esse vocabulário jurídico é característico do advogado, juiz e demais membros do judiciário, contudo, esse controle não deve ser cultivado como um monopólio linguístico, mas sim de tratá-lo de maneira inteligível a todos os participantes do diálogo, com a finalidade de emissão, recepção e compreensão e interação por meio da fala.

## O Jargão jurídico: aplicabilidade excessiva do juridiquês

A linguagem é o recurso utilizado pelas pessoas para se estabelecer uma comunicação entre si, seja ela oral ou escrita. Conforme já mencionado no tópico

anterior, a linguagem jurídica é o instrumento por meio do qual o advogado instaura a comunicação entre a parte e o processo judicial, o que faz dela uma ferramenta de suma importância no ambiente jurídico. Porém, como toda linguagem, a jurídica também é considerada como um jargão, tendo em vista se tratar de um vocabulário próprio da classe dos operadores do direito.

Dar-se-á o nome de jargão, logo, a toda linguagem técnica que é aplicada por determinado grupo de profissionais, o que faz desta uma ferramenta de trabalho restrita. Sendo assim, é correto afirmar que todas as profissões possuem seu próprio jargão, o que torna o diálogo com determinada pessoa externa inacessível ao ponto de não ser compreendida, forçando este profissional a literalmente traduzir toda a conversa após todo o exposto.

Para corroborar essa ideia, faz-se necessário mencionar o conceito criado por Nery (2007), que traz de forma clara o conceito de jargão: ―Jargão é o modo de falar específico de um grupo, geralmente ligado à profissão. Existe, por exemplo, o jargão dos médicos, o jargão dos especialistas em informática, etc‖.

O dicionário online de português conceitua o jargão, conforme se demonstra abaixo:

Jargão é uma terminologia técnica ou dialeto comum a uma atividade ou grupo específico, comumente usada em grupos profissionais ou socioculturais. Por exemplo, para os advogados *peticionar* significa o que os leigos conhecem por *entrar com a ação* ou *pedir para o juiz*. Pode dizer que são "gírias" usadas especifica e limitadamente por grupos de profissionais de um mesmo meio: professores, advogados, veterinários, médicos, militares, agentes prisionais, etc. O jargão profissional é um jargão caracterizado pela utilização restrita a um círculo profissional, ou seja, um conjunto de termos específicos usados entre pessoas que compartilham a mesma profissão. O jargão profissional não deve ser confundido com a gíria nem com linguagem técnica, embora às vezes sejam usados ao mesmo tempo pelas mesmas pessoas. São exemplos de jargões profissionais o chamado "juridiquês", o "economês" e o uso do gerundismo por profissionais de telemarketing e vendas, bem como o uso errôneo do verbo *seguir* em lugar de *continuar*, por influência de espanhol mal traduzido ao português (DICIONÁRIO PORTUGUÊS, 2016).

Cabe ressaltar que, quando um profissional da área do direito apresenta um discurso jurídico, ou seja, todo dominado pelo vocabulário jurídico, tem-se que a

grande maioria das pessoas que participam da comunicação não compreende o que foi pronunciado.

Reforçando esse entendimento, Maria José Constantino Petri apresenta de forma clara como seria a apresentação de um texto com conteúdo jurídico para pessoas leigas:

Que alguém tente ler para um público não iniciado certos artigos de lei ou os motivos de uma decisão de justiça, a mensagem corre o risco de ser recebida como um jargão. Essa impressão não é própria apenas de um público não instruído, mas também de um auditório culto. Ela deve-se, em parte, à interposição de certas palavras (PETRI, 2009, p. 29).

Noutro lado, mesmo apresentando uma ideia de linguagem simples, o que não pode ser deixado à margem do conhecimento, o operador do direito tem por obrigação conhecer o jargão jurídico, para que seja empregado da melhor maneira, com a finalidade de ser compreendido. Contudo, quando este profissional não sabe associar as palavras, deixa de ser compreendido pelas partes envolvidas no processual judicial, bem como os demais cidadãos, o que faz para demonstrar poder e conhecimento da linguagem jurídica, sem se importar se está sendo compreendido ou não.

No Brasil, a legislação vigente traz em seu texto uma série de normas com uma linguagem rebuscada dificultando o entendimento do cidadão, ou seja, o cidadão não sabe se pode ou não praticar determinado ato, pois não compreende o que a lei quer impor. Sabe-se que a ninguém é dado o direito de se esquivar do poder Estatal que a lei impõe, conforme menciona o artigo 3° da Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB) que estabelece: ―Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece‖ (BRASIL, 1942). Diante do exposto, pode-se concluir que a ninguém é dado o direito de alegar o desconhecimento da legislação, mesmo para aqueles que tinham ciência da lei, mas não souberam interpretar da forma correta.

Portanto, o desconhecimento de qualquer legislação vigente não poderá ser invocado pelo cidadão, para se esquivar da penalidade. Contudo, mesmo aquele que conhece a lei acaba por cometer um ato ilícito, por não saber interpretá-la da

forma correta, o que leva a incidir este cidadão no mesmo caso daquele que descumpre a lei não a conhecendo.

Com a finalidade de corroborar tudo que foi mencionado, recorre-se a referência de um trecho de um conto de Rui Barbosa, de um ladrão que invadiu sua residência para praticar o furto de seus animais, mas que se sentiu confuso ao ser interpelado pelo jurista e seu juridiquês, conforme se verifica:

* Não o interpelo pelos bicos de bípedes palmípedes, nem pelo valor intrínseco dos retrocitados galináceos, mas por ousares transpor os umbrais de minha residência. Se foi por mera ignorância, perdôo-te, mas se foi para abusar da minha alma prosopopéia, juro pelos tacões metabólicos dos meus calçados que dar-te-ei tamanha bordoada no alto da tua sinagoga que transformarei sua massa encefálica em cinzas cadavéricas.

O ladrão, todo sem graça, perguntou:

* Mas como é, seu Rui, eu posso levar o frango ou não? (MAIA, 2010).

Conforme exposto acima Rui Barbosa não foi compreendido pelo ladrão, tendo em vista que se utilizou de uma linguagem rebuscada, hermética. Igualmente pode ser observado na imagem abaixo, que traduz pela imagem o que acontece durante os julgamentos.



Figura 4 – Uso do Juridiquês

Fonte [<http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u468.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u468.shtml)>

Na imagem acima exposta, o magistrado pergunta para vítima do estupro ―A conjunção carnal coercitiva se deu a vis absoluta ou a vis compulsiva?‖, ou seja, o

estupro aconteceu sob violência física ou sob ameaça grave. Como explicar a pergunta ao seu cliente, sendo que o próprio advogado às vezes desconhece seu próprio vocabulário?

Contudo, pergunta-se: como inserir esse cidadão no meio jurídico, se o mesmo não compreende a linguagem utilizada pelos juristas? Para um melhor entendimento, faz-se necessário observar o que expõe Andrade (2007), que em sua tese de doutorado trouxe com propriedade o real entrave que o juridiquês causa nas ações, em que as partes não conseguem entender o que foi estipulado em um simples contrato, tornando inacessíveis as partes, tendo em vista a falta de clareza na sua formalização, como se nota:

traz prejuízo à comunicação, já que ele gera a quebra do contrato de comunicação, ou seja, com o excesso de formalidade, faz com que as partes do contrato de comunicação não compreendam e não se integram ao sentindo e o entendimento que é fundamental para a efetiva comunicação entre elas (ANDRADE, 2007, p. 30).

Ocorre que a linguagem truncada, de difícil entendimento pelas partes, e até mesmo para os operadores do direito, vem sendo objeto de pesquisa e alvo de críticas dos estudiosos, que clamam por uma linguagem acessível a todos, sem restrições na sua compreensão, conforme menciona José Carlos Barbosa Moreira:

Bem se sabe quão difícil de atingir é o ideal de que as peças judiciais sejam azadas em linguagem acessível à gente comum. A técnica tem suas exigências legítimas. Entre o respeito destas e o culto do hermetismo, porém, medeia um oceano. Há petições, sentenças, pareceres, acórdãos que se diriam redigidos com a intenção precípua de que nenhum outro ser humano consiga entendê-los. A gravidade do fenômeno sobe de ponto quando se cuida de decisões, que vão influir de maneira concreta na vida dos jurisdicionados. Com uma sentença desfavorável quase ninguém tem facilidade em conformar-se; *a fortiori*, se o respectivo teor é ininteligível -sintoma certo, para o vencido, de que sua derrota foi na verdade produto demanobras escusas. [...] Quem pleiteia deve lembrar-se, antes de mais nada, de que necessita fazer-se entender ao menos por quem vai decidir; quem decide, de que necessita fazer-se entender ao menos por quem pleiteou. Linguagem forense não precisa ser, não pode ser sinônimo de linguagem cifrada. Algum esforço para aumentar a inteligibilidade do que se escreve e se diz no foro decerto contribuiria para aumentar também a credibilidade dos mecanismos da Justiça. Já seria um passo

aparentemente modesto, mas na realidade importante, no sentido de introduzir certa dose de harmonia no tormentoso universo da convivência humana (MOREIRA, 2007, p. 4).

Por outro lado, o juridiquês não causa apenas a falta de compreensão dos integrantes do processo, mas também fere o princípio constitucional e da Lei Federal 9.099/95, da duração razoável do processo, causando com isso, a morosidade do mesmo.

Assim, para corroborar o que foi citado acima, faz-se necessário inserir de forma a esclaracer, no que diz respeito a morosidade processual, as palavras do juiz federal Novély Vilanova (citado por ALVARENGA, 2005), no que diz respeito a linguagem empregada pelo magistrado:

o rebuscamento da linguagem acaba contribuindo não só para o distanciamento entre a sociedade e o Poder Judiciário, mas também para o morosidade, pois é comum um advogado pedir esclarecimento ao juiz, o que acaba por retardar o andamento do processo.

Para Lenza (2015, p. 1.747) ―[...] em algumas situações, contudo, a demora, causada pela duração do processo e sistemática dos procedimentos, pode gerar total inutilidade ou ineficácia do provimento requerido‖.

Corroborando o exposto, Petri (2009, p. 29) afirma com palavras cristalinas que ―A linguagem do direito existe para não ser compreendida. Ela está fora do circuito natural de intercompreensão que caracteriza as trocas linguísticas ordinárias entre os membros de uma mesma comunidade lingüística‖.

Salienta-se, que no direito contemporâneo, o emprego do juridiquês vem perdendo espaço no universo jurídico, isto é, um ―vírus‖ que está sendo guerreado por todas as autoridades do poder judiciário, com campanhas, com o objetivo de aprimorar a prestação da assistência jurisdicional para os cidadãos e, por via de consequência, concedendo a todos o amplo acesso à justiça.

Sendo assim, pode-se afirmar que o juridiquês é todo emprego excessivo do jargão jurídico nas peças processuais e nos discursos, isto é, a utilização de um vocabulário inacessível para as pessoas externas ao mundo jurídico e de difícil interpretação para os juristas.

No ano de 2005, na elaboração de sua exposição oral, o desembargador Rodrigo Collaço, à época presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) inseriu um texto truncado, de difícil interpretação. Ao iniciar sua fala, no lançamento da campanha nacional pela simplificação da linguagem jurídica, o mesmo propôs que a linguagem utilizada pelos operadores do direito fosse simplificada e no decorrer do discurso proferiu o seguinte discurso:

O vetusto vernáculo manejado no âmbito dos Excelsos Pretórios, inaugurado a partir da peça *ab ovo*, contaminando as súplicas do petitório, não repercute na cognoscência dos freqüentadores do átrio forense. *Ad excepcionem* o instrumento do Remédio Heróico e o *Jus Laboralis*, onde o *jus postulandi* sobeja em beneplácito do paciente e do obreiro. Hodiernamente, no mesmo diapasão, elencam-se os empreendimentos *in Judicium Specialis,* curiosamente primando pelo rebuscamento, ao revés do perseguido em sua *prima* gênese (COLLAÇO, 2005).

A ideia da campanha é de tornar o processo judicial mais célere e acessível ao cidadão que pleiteia seus direitos. De outra forma, a simplificação também deve penetrar na elaboração das leis, transparecendo a todos sua finalidade. Para ilustrar esse contexto, de que com uma linguagem mais clara e simples pode-se chegar a uma melhor compreensão das normas legais, faz-se necessário introduzir o exposto por Donizetti (2016), quando menciona a publicação do Regulamento 737 do ano de 1.850, como se vê:

Somente no ano de 1850 foi editado um Regulamento para disciplinar o processo comercial. O chamado Regulamento 737 não trouxe grandes inovações legislativas, **mas a sua linguagem mais clara e precisa permitiu uma melhor compreensão das regras processuais** (grifo nosso) (DONIZETTI, 2016, p. 71).

Assim, a linguagem utilizada pelo jurista deve ser simples, mas não deixando de lado seu caráter técnico. Diante do exposto, verifica-se que a linguagem jurídica truncada tende a ser abolida ou ter sua incidência nas peças processuais reduzida, para atender a todo o clamor das instituições públicas e da sociedade.

Após toda a análise acerca da linguagem jurídica e sua aplicabilidade nos julgamentos, legislação, durante toda a história do direito perpassando pela atualidade, faz-se necessário trazer ao contexto as primeiras noções e princípios do

Juizado Especial Cível, para que seja iniciada a discussão acerca do tema da presente pesquisa.

## JUIZADO ESPECIAL CÍVEL: ORIGEM E BREVE ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS LEGAIS

Nos dias que correm, é sabido que os Juizados Especiais Cível e Criminal estão presentes em todas as comarcas no território brasileiro, sendo estabelecidos pela Lei Federal n° 9.099/95, com o escopo de proporcionar a todo o cidadão o direito ao acesso à justiça, nas causas de menor complexidade. Sendo assim, a presente seção irá se restringir à análise das peças processuais do juizado especial cível.

Outrora, as ações que argumentavam determinado direito, onde não se era exigido alto grau de comprometimento judicial para resolver a pendência judicial, e até mesmo quando não se tinha um mecanismo legal mais ágil, para proporcionar uma solução viável às partes, estas recorriam às câmaras de arbitragem e conciliação, com a finalidade de deliberar e posteriormente solucionar a demanda, por uma via mais célere consoante Pinto (2008) descreve:

Antes de 1984, nossos Juizados de Pequenas Causas não eram órgãos jurisdicionais, tendo, pois, poder de atuação limitado à condução de conciliações entre as partes e à realização de arbitramentos, caso os litigantes assim concordassem.

No que tange a origem do Juizado Especial, Pinto (2008) menciona que é

―baseado na experiência nova-iorquina das *Small Claims Courts*‖, isto é, alicerçado nas experimentações dos Tribunais Norte Americanos, sendo mais específicos na cidade de Nova Iorque.

Contudo, de maneira preliminar à Lei Federal n° 9.099/95, o Brasil implementou os Juizados de Pequenas Causas, por meio da Lei Federal n° 7.244 de 7 de novembro de 1984, no qual se restringia apenas as ações da esfera cível, não abarcando as ações penais, concedendo ao cidadão brasileiro o acesso à justiça, para atender as demandas de menor complexidade, isto é, que contemplava as ações de pequena monta, conforme determinava o art. 3°, bem como seus incisos, como se vê:

Art. 3º - Consideram-se causas de reduzido valor econômico as que

versem sobre direitos patrimoniais e decorram de pedido que, à data do ajuizamento, não exceda a 20 (vinte) vezes o salário mínimo vigente no País e tenha por objeto:

1. - a condenação em dinheiro;
2. - a condenação à entrega de coisa certa móvel ou ao cumprimento de obrigação de fazer, a cargo de fabricante ou fornecedor de bens e serviços para consumo;
3. - a desconstituição e a declaração de nulidade de contrato relativo a coisas móveis e semoventes (BRASIL, 1984).

Abalizar a autoridade de determinado órgão julgador é essencialmente importante, haja vista que as matérias de sua competência devem estar limitadas em um rol taxativo de sua valência, ou seja, o juízo deve se restringir as determinadas demandas. Como base no mencionado, a Lei n° 7.244/84, em seu art. 3°, § 1°1, delimitou as ações que seriam da competência do Juizado de Pequenas Causas. Cumpre salientar ainda, que na referida lei, mas precisamente no seu art. 2°2 estão dispostos os princípios norteadores do Juizado de Pequenas Causas, o que será trabalhado posteriormente, tendo em vista que os mesmos foram mantidos pela lei que revogou a citada acima.

No entanto, de acordo com o que já foi exposto, não é satisfatório afirmar que o acesso à justiça é concedido de maneira ampla dentro do Juizado de Pequenas Causas, sendo inevitável salientar que apenas as causas cíveis eram acomodadas pela referida lei em tela. Não obstante, promover o acesso à justiça nas ações de pequena relevância financeira, ou complexidade era o cerne vital da aludida lei, tendo em vista que antes de sua difusão, o cidadão não era contemplado, o que acarretava uma perda para o mesmo e quando era possível, lhe algemavam aos mediados e árbitros para solucionar seu litígio.

O contexto jurídico iniciou sua transformação com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a qual em seu texto reuniu uma gama de direitos e garantias fundamentais intocáveis, preservando-os e ampliando-os, com o escopo de proporcionar mecanismos de combate à lesão jurídica do cidadão.

1. § 1º - Esta Lei não se aplica às causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, nem às relativas a acidentes do trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.
2. Art. 2º - O processo, perante o Juizado Especial de Pequenas Causas, orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando sempre que possível a conciliação das partes.

No mesmo ínterim, a redação constitucional do inciso I do art. 983, traz à baila imposições legais a todos os entes da Federação, a saber, para a União, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, que de modo coercitivo determina a instalação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais em todo o território nacional. Contudo, o texto da Carta Magna era insuficiente, no qual se fazia necessária a promulgação de uma lei federal para dar efetividade ao texto superior. Assim sendo, no ano de 1995, foi promulgada a Lei Federal n° 9.099, ou seja, a efetividade só se tornou plena, sete anos após sua imposição constitucional.

Notório é que, na sua formulação a Lei Federal n° 9.099/95 conservou as diretrizes iniciais da Lei n° 7.244/84, no ponto de vista dos princípios que norteiam o Juizado Especial, o que deixa claro que esses tribunais julgadores das pequenas demandas judiciais seriam uma extensão do que já era aplicado pelo Juizado de Pequenas Causas, contudo, a partir de então, com a competência para também julgar os processos criminais de baixo poder ofensivo ao ofendido.

O que deixa cristalino e leva ao entendimento de imediato do cidadão é a proposta das ações cabíveis que são processadas do Juizado Especial Cível e Criminal, conforme são mencionadas nos artigos 3° e 60° da Lei n° 9.099/95:

Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

* 1. - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;
  2. - as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil; III - a ação de despejo para uso próprio;

IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

§ 1º Compete ao Juizado Especial promover a execução: I - dos seus julgados;

II - dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei.

Art. 60. O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo,

1. Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão: I - juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau;

respeitadas as regras de conexão e continência (BRASIL, 1995).

Diante do exposto, o Juizado Especial se alimenta da essência da revogada Lei n° 7.244 de 1984. No entanto, o que foi proposto como medida de ampliação da competência trouxe o aperfeiçoamento jurídico da lei de 1995, o que se era debatido em outras esferas, durando um tempo desproporcional, isto é, o processo tramitava por um lapso temporal não compatível com sua exigência, sendo assim, essas ações passaram a ser regidas pela lei dos juizados, garantindo assim, o amplo acesso à justiça do cidadão que antes não tinha o seu direito socorrido pelo poder público.

Cumpre salientar que, após a promulgação da Lei n° 9.099 de 1995, que deu eficácia aos Juizados Especiais no âmbito nacional, para atender as demandas da justiça estadual, foi editada posteriormente a Lei Federal n° 10.259 de 12 de julho de 2001, que instituiu os Juizados Especiais Federais, com o escopo de atender as demandas no âmbito federal. Por fim, ressalta-se que o presente trabalho se restringirá ao Juizado Especial Cível.

Ressalta-se ainda que os princípios que orientam as ações processadas no Juizado Especial concorrem na viabilização do direito ao acesso à justiça, ou seja, concedendo ao cidadão o amplo ingresso ao Poder Judiciário, que por sua vez procura atingir sempre a conciliação das partes litigantes, com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como as garantias constitucionais.

Corroborando o que foi mencionado acima, no que tange aos princípios norteadores do Juizado Especial, de maneira preliminar será apresentado o princípio da oralidade, no qual o professor Elpídio Donizetti relata que o referido princípio foi reduzido da forma oral prevista, conforme se verifica:

No Brasil, a forma oral de manifestação processual foi adotada com extrema mitigação, atenuando sobremaneira o princípio da oralidade. Um exemplo de oralidade encontra-se no rito adotado nos Juizados Especiais Cíveis, nos quais, por força do que estabelece a Lei nº 9.099/1995, a oralidade constitui um de seus princípios norteadores (DONIZETTI, 2016, p. 113).

Mediante o exposto acima, a oralidade deve ser interpretada e adotada não

como exceção nos procedimentos judiciais, mas sim como regra, com o objetivo de nortear as partes para que seja sempre exercido o referido princípio. Cabe lembrar que, mesmo o procedimento sendo oral, como por exemplo, uma alegação em audiência, este ato será reduzido a termo.

Por sua vez, tem-se o princípio da celeridade processual, o qual aponta um desfecho efetivo do processo judicial a partir de uma maneira mais ágil para as partes litigantes, isto é, o processo deve ser dotado de procedimentos que visem agilizá-lo, o que proporciona etapas mais céleres. Uma das medidas apresentadas é de uma linguagem mais simples, com o escopo de dar maior agilidade ao processo.

A celeridade pressupõe racionalidade na condução do processo. Deve ser evitada a protelação dos atos processuais. Já no ato do ajuizamento da ação o autor sai intimado da audiência e, se for o caso, da data e local para comparecimento à perícia (SANTOS E CHIMENTI, 2012, p. 93).

O princípio da informalidade levanta a questão das formas dos atos judiciais, que, por sua vez, possuem determinados requisitos para serem validados perante o juízo que está sendo processado. Contudo, perante o Juizado Especial Cível a formalidade não será exigida em determinados atos, como por exemplo, as intimações das testemunhas, que poderão ser levadas em audiência, mesmo não sendo intimadas para o ato. Sobre o tema discorrem Santos e Chimenti (2012, p. 90):

Pelo princípio da informalidade, estando ambas as partes diante do juiz, o pedido pode ser adequado em audiência, sem necessidade de nova citação, prosseguindo o feito até final julgamento. Mesmo testemunhas não arroladas na inicial, mas traz idas sem intimação, podem ser ouvidas pelo juiz, desde que, obviamente, se garanta à parte contrária o devido contraditório.

O princípio da informalidade concede ao processo um trâmite mais veloz, o que deixa bem cristalino que as formalidades ficaram as margens da aplicabilidade do direito.

A simplicidade é um dos princípios mais importantes dentro do Juizado Especial, em virtude de que os procedimentos serão orientados pelo princípio em tela, pois se trata de um mecanismo para tornar o processo menos burocrático.

Ensina Luciano Alves Rossato, sobre o princípio da simplicidade no Juizado Especial Cível:

Nesse sentido, por exemplo, estará dispensado o relatório nas sentenças proferidas em sede dos Juizados, conforme determina o art. 46, da Lei n° 9.099/95, e ratificado pelo Enunciado 92 (Nos termos do art. 46, da Lei n° 9.099/95, ―é dispensável o relatório nos julgamentos proferidos pelas Turmas Recursais‖) (ROSSATO, 2012, p. 25).

O procedimento do Juizado Especial deve ser simples, sem aparato, natural, espontâneo, a fim de deixarem os interessados à vontade para exporem as suas pretensões e a resistência equivalente. No que concerne ao princípio da simplicidade Ferreira (2004, p. 1848) salienta ser ―qualidade do que é simples, do que não apresenta dificuldade ou obstáculo‖.

Quando se reportar aos princípios da informalidade e simplicidade, deve-se levar em consideração que tais princípios são apresentados sempre que possível para instruir o processo da forma mais viável, contudo, não deixando à margem toda a legalidade do processo. Pois, como ressalta Figueiredo (2001, p.38), princípios são

―[...] normas gerais, abstratas, não necessariamente positivadas expressamente, porém às quais todo ordenamento jurídico, que se construa, com a finalidade de ser um Estado Democrático de Direito, em sentido material deve respeito‖.

Por consequência, dispõe o art. 13 da Lei Federal n° 9.099/95, sendo este da parte do Juizado Especial Cível da referida lei que: ―os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para os quais forem realizados‖ (BRASIL, 1995). Dispõe ainda, o art. 14 da mesma Lei em referência, sobre os mecanismos de atuação no âmbito dos Juizados Especiais:

Art. 14. O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, escrito ou oral, à Secretaria do Juizado.

§ 1º Do pedido constarão, de forma simples e em linguagem acessível:

I – o nome, a qualificação e o endereço das partes; II – os fatos e os fundamentos, de forma sucinta; III – o objeto e seu valor.

§ 2º É lícito formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, a extensão da obrigação.

§ 3º O pedido oral será reduzido a escrito pela secretaria do juizado, podendo ser utilizado o sistema de fichas ou formulários impressos

(BRASIL, 1995).

No que tange ao princípio da economia processual, este também pode ser citado como princípio norteador dos procedimentos do Juizado Especial Cível, tem como propósito trazer ao processo uma solução no menor espaço de tempo possível e legal. Podem ser citados como exemplo de ato alcançado pelo princípio mencionado os atos praticados via telefone, como as intimações para comparecimento em audiência, evitando assim, um desgaste da máquina pública, no qual teria de mobilizar um oficial de justiça para realizar o ato, bem como a expedição do mandado. No que se refere ao tema em tela Ada Pellegrine Grinover (*in* CINTRA, 2006, p. 79) enfatiza que:

Apesar da importância do princípio da economia processual, é inegável que deve ser sabiamente dosado. A majestade da Justiça não se mede pelo valor econômico das causas e por isso andou bem

o ordenamento brasileiro ao permitir que todas as pretensões e insatisfações dos membros da sociedade, qualquer que seja seu valor, possam ser submetidas à apreciação judiciária (CF, art. 5º, inc. XXXV); e é louvável a orientação do Código de Processo Civil, que permite a revisão das sentenças pelos órgãos da denominada jurisdição superior, em grau de recurso, qualquer que seja o valor e natureza da causa.

Corroborando o que foi mencionado acima, o princípio da economia processual, de acordo com Marisa Ferreira dos Santos e Ricardo Cunha Chimenti, apresenta-se como:

Aliado à simplicidade e à informalidade, o princípio da economia processual impõe que o julgador seja extremamente pragmático na condução do processo. Deve-se buscar sempre a forma mais simples e adequada à prática do ato processual, de forma a evitar que resultem novos incidentes processuais (SANTOS E CHIMENTI, 2012, p. 90).

Sendo assim, o Juizado Especial se vale de princípios que norteiam a aplicabilidade das normas nos processos, com a finalidade de proporcionar ao jurisdicionado um processo mais célere e compreensível, valendo assim de sua função social, que será analisada com mais detalhe em seguida.

## Função Social da Lei dos Juizados Especiais

Com o advento da Lei n° 9.099/95, o Juizado das Pequenas Causas passou a ser denominado Juizado Especial, agasalhando as matérias cíveis e criminais de menor complexidade. Conforme já mencionado anteriormente, a criação dos juizados especiais foi uma exigência imposta pela Constituição de República de 1988, desejando o constituinte de 1988, que fosse alterada toda a dinâmica imposta pelos juizados de pequenas causas, retirando assim, os atos informais de conciliação anteriormente praticados.

Com o objetivo de apresentar uma via de acesso à justiça, foi ofertado às partes quando o réu é o Poder Público, e as demandas são de baixa complexidade, tem-se como competente o Juizado Especial de Fazenda Pública, que foi criado pela Lei n° 12.153 de 22 de dezembro de 2009. A mencionada lei abrange todas as causas de menor dificuldade, como por exemplo, cobrança, ou até mesmo ações que visam à entrega de remédios e internações.

Voltando ao cerne do trabalho, ressalta-se que o juizado especial surgiu com a finalidade de abrandar as distorções de cunho social, criando uma válvula de escape para aquelas pessoas que não possuem condições financeiras para arcarem com as altas despesas processuais, atendendo assim o princípio do acesso à justiça. Tais custos processuais não são gerados apenas quando o processo é iniciado, mas também quando se encerra, podendo assim causar prejuízos às partes hipossuficientes. O processo de menor complexidade antes da edição da Lei 9.099 era processado junto à justiça comum, que pelo próprio rito, tornava-o lento e por via de consequência prejudicial às partes que litigavam.

No mesmo sentido, Rossato ensina que:

Ao contrário, já levando em consideração o aumento das demandas, principalmente pela previsão de acesso à Justiça e do fato de ser o Judiciário o Poder competente para analisar a lesão ou ameaça de lesão a direito, apostou as suas fichas no fato de que as causas de menor complexidade não precisariam submeter-se ao procedimento cadenciado, mais demorado e complexo (ROSSATO, 2012, p. 18).

Para elucidar melhor a temática dos ritos processuais, faz-se necessário conceituar o rito comum, pois como se sabe, com o advento do Código de Processo

Civil de 2015, os ritos sumário e ordinário foram extintos. O rito comum é aquele previsto no art. 318, que determina ―Aplica-se a todas as causas o procedimento comum, salvo disposições em contrário deste Código ou de lei‖ (BRASIL, 2015). Contudo, o trâmite processual dos Juizados Especiais é o sumaríssimo, no qual é dado o direito ao cidadão pleitear qualquer ação de menor complexidade e que não ultrapasse o quantitativo de 40 salários mínimos, conforme determina o artigo 3°, § 1°, inciso II4.

Desse modo, o presente subitem tem por objetivo trazer informações que tratam sobre a lei dos Juizados Especiais, contudo, com enfoque principal na função social, que é de proporcionar ao jurisdicionado sempre a conciliação, processo e julgamento célere, enfatizando o principal mecanismo legal, qual seja o acesso à justiça de maneira eficaz.

Nesse sentido, Figueira Júnior apresenta o Juizado Especial Cível como sendo um instituto diferente dos demais existentes no ordenamento jurídico brasileiro. Como se observa, ―[...] tem por escopo precípuo levar a todos uma justiça simples, informal, econômica, célere e segura, e, num plano metajurídico, a crença na justiça do terceiro milênio‖ (FIGUEIRA JÚNIOR, 1996, p. 12).

Sendo assim, o que sempre se buscará é a conciliação com enfoque na resolução dos conflitos expostos ao julgamento da lei dos juizados, haja vista de que o interesse é social, o que acaba se sobressaindo ao interesse individual.

A partir do exposto acima, faz-se necessário apontar quais são os princípios norteadores do Juizado Especial, bem como defini-los de forma clara, com a finalidade de expor toda a aplicabilidade da lei, alicerçada nos preceitos fundamentais.

4 Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas: § 1º Compete ao Juizado Especial promover a execução: II - dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei.

## Princípios legais: um ordenamento explícito e implícito nas leis

Inicialmente, cabe esclarecer, que a palavra princípio pode ser classificada como um fundamento, origem, ou até mesmo dar a ideia de começo. Contudo, na seara jurídica brasileira, a palavra princípio é considerada como uma norma jurídica que compõem os pilares nucleares do ordenamento jurídico, com a finalidade de nortear o operador do direito na sua atuação, perante o poder judiciário, ou até mesmo em outros órgãos públicos.

Conforme a conceituação de Hack (2008, p. 54), princípios podem ser ―[...] prescrições normativas que estabelecem valores, políticas e objetivos que devem ser buscados por todo o sistema jurídico [...]‖.

Noutro lado, para evitar um embaraço jurídico, não se pode confundir princípios como sendo regras a serem seguidas, conforme as cristalinas palavras de Érico Hack:

prescrições normativas específicas e determinadas, que se circunscrevem a um determinado caso e não se aplicam aos demais. Uma regra exclui a aplicação de outra, ou seja, diante de um caso concreto, deve-se escolher qual regra incide sobre o caso, e a solução por ela dada é que deve ser aplicada (HACK, 2008, p. 54).

Cumpre ressaltar que princípios são normas que organizam e estabelecem o pilar constitucional de um conjunto processual no qual o conteúdo amarra todas as diretrizes que o integram. Os princípios são de suma importância para o cumprimento e aplicação das normas, tendo em vista que estes assistem a aplicação das regras abstratas às ações concretas. Sobre o assunto, Miguel Reale afirma que:

Princípios são enunciações normativas de valor genérico, que condicionam e orientam a compreensão do ordenamento jurídico, a aplicação e integração ou mesmo para a elaboração de novas normas. São verdades fundantes de um sistema de conhecimento, como tais admitidas, por serem evidentes ou por terem sido comprovadas, mas também por motivos de ordem prática de caráter operacional, isto é, como pressupostos exigidos pelas necessidades da pesquisa e da práxis (REALE, 2003, p. 37).

De acordo com Nelson Rosenvald, os princípios não são como leis. Contudo, estes seriam o próprio direito. Conforme mencionado em sua obra:

Os princípios não são apenas a lei, mas o próprio direito em toda a sua extensão e abrangência. Da positividade dos textos constitucionais alcançam a esfera decisória dos arestos, constituindo uma jurisprudência de valores que determina o constitucionalismo contemporâneo, a ponto de fundamentar uma nova hermenêutica dos tribunais (ROSENVALD, 2005, p. 45-46).

Cabe mencionar que os princípios constitucionais podem ser normas explícitas ou implícitas, que estabelecem determinadas diretrizes que servem como fundamento para a Carta Magna, sendo assim, significa dizer que os princípios motivam a apreciação e aplicação.

Existem doutrinadores que defendem a distinção entre os princípios explícitos (positivos) e os implícitos. Entendem alguns doutrinadores que o princípio explícito ou positivo, seria aquele que está expresso na lei, ou seja, de forma descrita e visível. Já o implícito é aquele que não está de forma expressa na lei, depende de interpretação, mas que de igual maneira serve como norteador legal, não podendo assim sua aplicabilidade ser descartada.

Contudo, alguns doutrinadores apresentam ponderações acerca da existência dos princípios implícitos na Constituição, no qual se pode citar Espíndola (1999), que afirma existir apenas os princípios que estão dispostos e descritos na lei constitucional.

Independentemente, se o princípio é positivado ou implícito, caberá ao operador do direito adequar da melhor forma, com a finalidade de atingir a finalidade social da norma, qual seja o de garantir os direitos aos cidadãos. Mas no que diz respeito aos princípios basilares do Juizado Especial, estes se demonstram de forma explícita na lei, conforme determinada o art. 2° da Lei n° 9.099/95: ―Art. 2º - O processo, perante o Juizado Especial de Pequenas Causas, orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando sempre que possível a conciliação das partes.‖ (BRASIL, 1995).

Diante do exposto, resta confirmado que a base do direito brasileiro é formada por princípios, seja ele explícito ou implícito, concedendo a estrutura jurídica

necessária para que o operador do direito possa se nortear. Sendo assim, passa-se a analisar os princípios explícitos na Lei Federal n° 9.099 de 1995 (Lei dos Juizados Especiais), para melhor elucidar o tema.

## Princípio da Oralidade

Em primeiro lugar, antes de adentrar especificamente no princípio da oralidade no juizado especial cível, faz-se necessário uma abordagem histórica sobre a importância da oralidade para o direito.

Conforme já mencionado anteriormente, a transmissão das regras impostas pelos anciões e pelos lideres era feita por meio de comunicados internos das tribos. Ao divulgar determinada regra o ancião estipulava que aquela regra fosse disseminada, para que toda aquela sociedade tivesse conhecimento e ciência da regra editada. Após os povos sem escrita, o direito passou a ser escrito na antiga Mesopotâmia, onde surgiram os primeiros códigos.

No decorrer da história as leis não codificadas foram perdendo espaço para as leis codificadas, deixando de existir qualquer procedimento oral. Contudo, na Grécia antiga na cidade de Atenas a oralidade atingiu seu ápice, onde as próprias partes ou os juristas se utilizavam da argumentação para patrocinar os pedidos de condenação e as defesas dos cidadãos processados. Cabe ressaltar que os procedimentos na Grécia antiga eram orais, no qual se desenvolvia o processo oralmente, conforme revela Humberto Theodoro Júnior:

compreendendo duas fases: uma, perante o magistrado, que concedia a ação da lei e fixava o objeto do litígio; e outra, perante cidadãos, escolhidos como árbitros, aos quais cabia a coleta das provas e a prolação da sentença. Não havia advogados e as partes postulavam pessoalmente (THEODORO JUNIOR, 1989, p. 10).

A oralidade foi demonstrada na obra Retórica de Aristóteles, que citou de forma clara o porquê da necessidade do início da prática da retórica na sociedade. Em continuidade Aristóteles cita a origem da prática da retórica na humanidade:

Foi, porém, na Sicília que a retórica teve a sua origem como metalinguagem o discurso oratório. Por volta de 485 a.C., dois tiranos sicilianos, Gélon e Hierão, povoaram Siracusa e distribuíram terras pelos mercenários à custa de deportações, transferências de população e expropriações. Quando foram destronados por efeito de uma sublevação democrática, a reposição da ordem levou o povo à instauração de inúmeros processos que mobilizaram grandes júris populares e obrigaram os intervenientes a socorrerem-se das suas faculdades orais de comunicação. Tal necessidade rapidamente inspirou a criação de uma arte que pudesse ser ensinada nas escolas e habilitasse os cidadãos a defenderem as suas causas e lutarem pelos seus direitos. E foi assim que surgiram os primeiros professores da que mais tarde viria a chamar retórica (ARISTÓTELES, 2005, p. 19).

A partir desse momento histórico, a democracia se sobrepôs aos tiranos e ao mesmo tempo em Atenas surge a figura de Péricles e em Siracusa, surgem Córax e Tísias, que conduziram a publicação do primeiro manual de retórica. Contudo, ressalta-se que a retórica ganhou lugar de destaque na cidade de Atenas, tendo em vista que os julgamentos eram conduzidos de forma oral nas praças públicas.

Com essa breve análise acerca do início da retórica/oralidade, faz-se necessário analisar o procedimento oral no juizado especial cível.

Durante o trâmite das ações perante o Juizado Especial Cível, determinados atos podem ser praticados de acordo com a vontade das partes ou de seus advogados, no qual pode ser inclusos os atos orais e escritos.

O documento escrito, juntado no processo judicial recebe o nome de petição, que por sua vez de acordo com o Dicionário Significados (s.d), ―é o ato de pedir algo de modo formal, mediante a assinatura de um requerimento por escrito‖. Já os atos orais irão depender do momento processual, podendo ocorrer em atos antes e posteriores à sentença.

Ao analisar a legislação vigente, verifica-se que o procedimento oral está presente de forma direta e cristalina, no qual autoriza os operadores do direito ou partes, a praticarem atos oriundos do processo. Fica evidente quando se depara com o § 1º do artigo 14 da Lei n° 9.099/95, que autoriza de forma expressa o ato oral dentro do processo judicial, desde que seja praticado em linguagem simples, conforme se verifica: ―Art. 14. O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, escrito ou **oral**, à Secretaria do Juizado. § 1º Do pedido constarão, de forma simples e em linguagem acessível‖ (grifo nosso) (BRASIL, 1995).

Não obstante, todos os atos praticados durante o trâmite do processo mesmo que produzidos oralmente, serão reduzidos a termo, como ordena o § 3º do artigo 14 da lei supracitada, como se vê: ―§ 3º O pedido **oral** será reduzido a escrito pela Secretaria do Juizado, podendo ser utilizado o sistema de fichas ou formulários impressos‖ (grifo nosso) (BRASIL, 1995).

No que diz respeito ao Art. 30 da mesma lei, a contestação, ato após a citação do réu, poderá ser produzida tanto na modalidade oral, quanto na escrita, *in verbis*,

―Art. 30. A contestação, que será **oral** ou escrita, conterá toda matéria de defesa, exceto argüição de suspeição ou impedimento do Juiz, que se processará na forma da legislação em vigor‖ (grifo nosso) (BRASIL, 1995). Ainda sobre a contestação, o enunciado 11 do FONAJE orienta que: ―Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia.‖ (BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, s.d.).

Dando continuidade a análise das demais peças processuais, tem-se a produção de prova oral, bem como os embargos de declaração, que também poderão ser produzidos de forma oral, contudo, a prova oral não será reduzida a termo, cabendo ao magistrado apenas mencioná-la na sentença, conforme se verifica ―Art. 36. A prova **oral** não será reduzida a escrito, devendo a sentença referir, no essencial, os informes trazidos nos depoimentos‖ (grifo nosso) (BRASIL, 1995). Por fim, os embargos serão reduzidos a termo, fazendo parte do processo após a sentença proferida pelo juiz em audiência e na sua forma escrita com o prazo de cinco dias para apresentação, *in verbis* ―Art. 49. Os embargos de declaração serão interpostos por escrito ou **oralmente**, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão‖ (grifo nosso) (BRASIL, 1995).

Diante dos apontamentos feitos sobre os atos orais dentro de processo, cabe ressaltar que o art. 13, § 3°5 da Lei n° 9.099/95, aponta que os atos não considerados essenciais e orais, poderão ser gravados em fitas ou equivalente e após o trânsito em julgado serão descartados.

Após a análise sobre os atos processuais praticados de forma oral, pode-se afirmar que mesmo o referido sendo oral, será ele reduzido a termo. Figueira Junior

5 Art. 13, § 3°. Apenas os atos considerados essenciais serão registrados resumidamente em notas manuscritas, datilografadas, taquigrafadas ou estenotipadas. Os demais atos poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente, que será inutilizada após o trânsito em julgado da decisão.

(2010, 45) aduz que processo oral não significa dizer que o processo será verbal. Sendo assim, quando falar de ato praticado oralmente, este será reduzido a termo ou gravado em mídia servindo de suporte para o processo.

O princípio da oralidade guarda íntima relação com os princípios da celeridade e da simplicidade, tendo em vista que conforme mencionado os atos que podem ser orais, isto é, são praticados com o escopo de acelerar o processo e de simplificar a trâmite da ação.

Constante na doutrina clássica, o princípio da oralidade recebe destaque no que tange à diferenciação em face da oratória, conforme bem menciona Nicora (1977, p. 338) salientando em linhas certas que não se pode confundir a oralidade com a oratória, tendo em vista que não indica apenas uma prática de atos processuais orais, mas que se trata de um ―termo infeliz‖, em virtude de o mesmo não conseguir uma explicação cristalina sobre conceito jurídico que representa.

Contudo, existem doutrinadores que defendem não existir o princípio da oralidade, no qual pode ser citado Marques (1997, p. 499-501), que aduz acerca da inexistência da oralidade como princípio legal, contudo, pode ser equiparado a um sistema ou procedimento oral, constituído por princípios ligados entre si, nos quais podem ser citados: a concentração, a imediação e identidade física do juiz. A primeira é a concentração, na qual reduz a prática de todos os atos processuais, com a finalidade de concentrar em apenas um, ou que se reduza em menos atos possíveis. Já a imediação é a que determina a comunicação do juiz com os litigantes processuais, cabendo estender esse rol para incluir as provas processuais. Por fim, tem-se a identidade física do juiz que nada mais é quem instruiu o processo e o que deve julgar a ação.

Sendo assim, após todo o exposto pela legislação e pela doutrina, pode-se afirmar que a oralidade tem uma definição estrita de característica processual, ou seja, os atos processuais dependendo do momento poderão ser praticados oralmente e sentido *lato* de princípio com a função de informar e de otimizar a ação judicial.

## Princípio da Simplicidade

A matéria acerca dos princípios explícitos da Lei n° 9.099/95 seguiu a orientação fornecida pela Lei n° 7.244 de 1984 (Lei dos Juizados de Pequenas Causas), então não seria diferente afirmar que o princípio da simplicidade processual é um elemento norteador já referenciado na lei de 1984 e que deve servir como base na aplicação do direito por parte de seu operador, ou seja, trabalhar o direito de forma simples e objetiva.

Determinados doutrinadores classificam o princípio da simplicidade como sendo o mais importante dentro da lei dos juizados. Para corroborar, faz-se necessário mencionar os dizeres de Rossato (2012, p. 25): ―A simplicidade é marca dos Juizados Especiais, o que desonera o procedimento da complexidade própria do procedimento ordinário‖.

A partir do apresentado, cumpre esclarecer que o procedimento do Juizado Especial deve ser simples, sem nenhum tipo de obstáculo, que tramite de uma forma natural, com a finalidade de criar um ambiente informal entre as partes, para apresentarem seus requerimentos perante o poder judiciário. O significado da palavra simplicidade é exposto pelo dicionário Aurélio, como sendo ―qualidade do que é simples, do que não apresenta dificuldade ou obstáculo‖ (FERREIRA, 2004, p. 1848).

Os atos praticados pelas partes ou pelo operador do direito devem ser norteados pelo princípio da simplicidade, bem como os praticados pelo próprio serventuário da justiça. Um bom exemplo a ser citado é o da citação das pessoas jurídicas, o qual o Código de Processo Civil determina que seja entregue a pessoa com poderes para tal ato. Já a Lei n° 9.099/95, determina que o ato poderá ser efetuado via postal e a simples entrega da correspondência, conforme menciona, Santos e Chimenti:

Merecem destaque as seguintes previsões de simplificação do processo: a citação postal das pessoas jurídicas de direito privado é efetivada pela simples entrega da correspondência ao encarregado da recepção (art. 18, II), enquanto o CPC impõe a entrega a pessoa com poderes de gerência ou administração (SANTOS E CHIMENTI, 2012, p. 88).

Cabe ainda esclarecer que, o princípio da simplicidade processual é matéria de relevância ímpar, pois não é apenas mencionada na Lei dos Juizados Especiais Estaduais, mas também recebe menção na Lei Federal n° 11.419 de 2006, que disciplina sobre o processo eletrônico, como informam Santos e Chimenti (2012, p.

88) ―A Lei n° 11.419/2006, em vigor a partir de 21 de março de 2006, que disciplina o processo eletrônico, deve ser interpretada sob a luz dos critérios da simplicidade e da informalidade que regem os Juizados Especiais‖.

Em continuidade, cumpre salientar que diante de tudo que foi demonstrado acima, o princípio da simplicidade deve ser observado nos atos processuais praticados por ambas as partes do processo, bem como os atos praticados pelos servidores.

## Princípio da Economia Processual

O princípio da economia processual tem como principal objetivo, atender aos jurisdicionados por meio de atos mais diretos, retirando a burocracia do trâmite processual quando permitido. Esse princípio é de suma importância para exemplificar a realidade atual do poder judiciário brasileiro, que se encontra abarrotado de ações judiciais.

Nesse sentido Cintra, A. C. A.; Grinover, A.P.; Dinamarco, C. R. (2001, p. 72) afirmam que: ―preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais‖.

Discorrendo ainda sobre os atos efetivos, com o objetivo de concretizar o princípio da economia processual, tem-se a gratuidade dos atos em qualquer fase processual, caso sejam as partes agraciadas pela assistência judiciária gratuita. Pode também ser citada a faculdade de se pleitear um direito que não extrapole o quantitativo de 20 salários mínimos e que ainda não tenha sido sentenciado, sem a presença de um advogado.

Nos dizeres de Coelho (2004, p. 125), esclarece que:

Inerente ao princípio da economia encontra-se a discussão acerca do

―prazo razoável para a solução do litígio‖, que varia de acordo com a

complexidade da causa, verificação das atitudes das partes no decorrer do processo e constatação da adequada atuação do órgão jurisdicional.

Assim, pode-se afirmar que o princípio da economia processual é um mecanismo que proporciona aos operadores do direito um trâmite processual mais célere, o que favorece também as partes envolvidas no processo.

## Princípio da Informalidade

Em primeiras linhas ressalta-se que, o princípio da informalidade foi instituído com o objetivo de reduzir o rigor que se tem com os processos da justiça comum, ou seja, todo elemento não essencial ao processo poderá ser dispensado.

No que diz respeito ao princípio da informalidade, cabe ressaltar que foi estabelecido por este, uma tramitação mais eficaz do processo judicial, podendo ser citado, por exemplo, a situação em que o magistrado poderá adequar os pedidos das partes em audiência, não necessitando haver uma nova ação para que o pedido seja refeito. Outro aspecto importante de ser salientado sobre o princípio mencionado é o da informalidade para se intimar uma testemunha, podendo as partes, independentemente de intimação, apresentá-las no dia da audiência.

Para Catalan (2010), os magistrados têm o dever de serem mais ativos, servindo-se do princípio em tela para tornar o processo mais célere, ou seja, atribuindo um tempo menor ao litígio.

Após o exposto, é possível afirmar que o ato processual praticado, tem a finalidade de torná-lo mais ágil, beneficiando as partes que buscam solucionar seu problema o quanto antes. Toda a formalidade apresentada pelo ato processual fica sem destaque, visto que sua finalidade ficará à disposição da aplicação do direito e não a mercê da burocracia legal.

Outros exemplos podem ser citados com o escopo de tornar a prática processual mais ágil, como a intimação da parte interessada via telefone, dispensando assim, os serviços do oficial de justiça, o que por via de consequência acelera o trâmite processual.

Cabe mencionar que se o ato processual informal não prejudicar nenhuma das partes e por via de consequência atingir a sua finalidade, este produzirá os efeitos pertinentes, por isso faz-se necessário mencionar os autores Santos e Chimenti:

Exemplo de informalidade aplicável aos Juizados Estaduais e Federais é a intimação das partes, que pode ser realizada por qualquer meio idôneo de comunicação, inclusive o fac-símile ou meio eletrônico (art. 19 da Lei n. 9.099 e § 2º do art. 8º da Lei n. 10.259/2001) (SANTOS E CHIMENTI, 2012, p. 88).

Nesse sentido, Rocha (2002, p. 19) elucida que com a aplicação do princípio da informalidade ―busca-se minorar o apego demasiado às formas sacramentais e ao rigor formal extremado, característicos de nosso ordenamento jurídico‖. É de suma importância deixar claro que o princípio da informalidade não pode se sobressair ao princípio da legalidade, ou seja, não se pode ferir a lei em detrimento de um princípio que visa apenas tornar o processo judicial mais célere.

Sendo assim, o princípio da informalidade é de suma importância, concedendo um direito tanto as partes processuais, quanto aos operadores do direito, para que tornem o processo menos burocrático e por via de consequência mais célere, evitando assim a morosidade processual, algo que é público e notório nos dias atuais.

## Princípio da Celeridade Processual no Juizado Especial Cível

Em uma primeira análise, entende-se por celeridade processual como sendo, um mecanismo capaz de propor que um processo judicial trâmite pelo menor tempo possível, por meio de um procedimento mais célere, ou seja, pelo rito sumaríssimo. O que se deve levar em consideração, é a não confusão entre os princípios da informalidade e da simplicidade, com o da celeridade processual, haja vista que eles possuem suas especifidades, contudo, um completa o outro.

Para Santos e Chimenti (2012, p. 93) ―O critério foi elevado a direito fundamental pelo inciso LXXVIII6 do art. 5º da CF, na redação da Emenda Constitucional n° 45‖. Então, o princípio da celeridade processual, passa a ter status de norma constitucional, além de existir na lei dos juizados especiais.

As possibilidades de aplicabilidade do princípio da celeridade processual vão de uma audiência de conciliação frustrada que poderá no mesmo ato ser iniciada outra audiência, ou seja, uma nova audiência para produção de provas, denominada instrução e julgamento, conforme dispõe o art. 27 da Lei n° 9.099/95: ―Não instituído o juízo arbitral, proceder-se-á imediatamente à audiência de instrução e julgamento, desde que não resulte prejuízo para a defesa‖ (BRASIL, 1995). Dando continuidade ao ato, nesta audiência poderá o magistrado prolatar sua sentença, depois de praticadas todas as formalidades, conforme determina o art. 28: ―Na audiência de instrução e julgamento serão ouvidas as partes, colhida a prova e, em seguida, proferida a sentença‖ (BRASIL, 1995).

Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo destacam a importância do referido princípio para o ordenamento jurídico:

Diante dessa realidade, é indiscutível a importância que assume a consagração, em favor dos cidadãos, do direito a ver julgados, em prazo razoável, sem demora excessiva ou dilações indevidas, os litígios submetidos à apreciação do Poder Judiciário (e também da Administração Pública, no âmbito dos processos administrativos) (ALEXANDRINO; PAULO, 2009, p. 188).

Assim, no âmbito do Juizado Especial Cível, o princípio da celeridade processual deve ser interpretado como sendo um agente finalizador, mas que norteia todos os outros desde o início, instruindo-os com a finalidade de tornar a ação judicial eficaz. Cabe ressaltar por fim que, o poder judiciário nacional está se mobilizando há algum tempo com a finalidade de produzir meios de tornar o processo mais célere e menos burocrático, o que será apresentado posteriormente.

6 LXXVIII. A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade da sua tramitação.

## Mecanismos de desburocratização da justiça

Notórias são as campanhas promovidas pelo poder judiciário para desburocratizar a linguagem jurídica, com a finalidade de dar maior celeridade ao processo judicial. Exemplo do que foi citado é a campanha promovida para Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), que no ano de 2005, cujo propósito é de abolir toda expressão jurídica que cause o atraso do processo. Nesse sentido, outros tribunais de justiça agasalharam a ideia e deram prosseguimento ao projeto, mas com outros títulos, como por exemplo, no Tribunal de Justiça de São Paulo, foi implantado o projeto ―Petição 10, Sentença 10‖, que visa à diminuição das páginas com uma linguagem mais simples.

Nesse sentido a AMB (2005), por meio de nota em seu site, declarou lançada em 11 de agosto no Rio de Janeiro a campanha que tem como foco a alteração da linguagem jurídica, com a finalidade de tornar os atos judiciais mais compreensíveis ao cidadão.

Já no ano de 2006, a Deputada Federal Maria do Rosário propôs, por meio do projeto de lei n° 7,448-B, a alteração do código de processo civil vigente à época, para que atendesse ao anseio da maioria dos juristas, no que tange a simplificação da linguagem jurídica utilizada para prolatar as sentenças. Contudo, o presente projeto foi arquivo no ano de 2010.

Para confirmar o que foi citado acima, faz-se necessário apresentar a parte dos dispositivos que serão válidos caso o projeto venha lograr êxito:

PL N. 7.448-B de 2006

Art. 1° Esta Lei tem por objetivo tornar acessível a todos a compreensão da parte dispositiva de sentença judicial.

Art. 2° O inciso III do caput do art. 458 da Lei n° 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 458..................................................................................................

III – ―O dispositivo, em que o juiz resolverá as questões, que as partes lhe submeterem, redigido de maneira acessível a elas.‖ (NR) Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL, 2006).

Em continuidade, a deputada Maria do Rosário, expressou em suas razões que ―A exemplo do texto constitucional, cuja técnica de redação prioriza o uso de

palavras de conhecimento geral e cuja hermenêutica recomenda a opção pelo sentido comum, assim também deve ser concebida a sentença judicial [...]‖ (BRASIL, 2006).

Antes de adentrar no projeto do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, faz-necessário mencionar a citação feita pelo portal do referido Tribunal de justiça, que expõe a utilização de petições reduzidas, conforme se verifica: ―A Suprema Corte dos Estados Unidos estabelece a concisão como normas e limita as petições de 3.000 a 15.000 caracteres, conforme o tipo de pedido‖ (BRASIL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, 2013).

Exemplo de Tribunais de Justiça que aderiram à campanha pode ser citado o do Estado de São Paulo, que no ano de 2013, deu início ao projeto petição 10, sentença 10. O objetivo do projeto implementado pelo TJSP é de agilizar o trâmite dos processos judiciais, obrigando os advogados a redigir suas petições em 10 laudas e os magistrados de redigir suas sentenças em 10 laudas. Contudo, o projeto deixa claro que não é uma imposição legal, mas sim facultativo aos advogados que queiram aderir ao projeto.

O Conselho Nacional de Justiça editou a resolução n° 79 em 09 de junho de 2009, com a finalidade de dar publicidade e transparência na divulgação dos atos praticados pelo Poder Judiciário. Na mesma resolução determinou que os atos praticados com efeito informativo à população deveriam ser simples e acessíveis, ou seja, o mais esclarecedor possível para não haver dúvidas, no que tange o entendimento das atividades judiciárias. A real finalidade da resolução é de transmitir toda e qualquer informação, sem a utilização do juridiquês, conforme se vê:

Art. 2°. A divulgação das atividades do Poder Judiciário brasileiro submeter-se-á aos seguintes princípios:

II – preferência pela utilização de meios eletrônicos em detrimento dos impressos, salvo quando estes, em tiragem estritamente limitada à respectiva necessidade, forem destinados:

a) A informar a população sobre seus direitos e sobre o funcionamento da Justiça, em linguagem simples e acessível (BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2009).

Após o conteúdo apresentado, verifica-se que as propostas que visam à desburocratização a linguagem jurídica se tornaram o objeto de desejo de alguns

tribunais de justiça, tendo em vista que a atual conjuntura do poder judiciário não permite ações demoradas. Tudo o que foi colacionado, se refere ao judiciário como um todo, abrangendo todas às esferas, bem como as especiais. Sendo assim, o que será debatido é o juridiquês no Juizado Especial Cível, como mecanismo de entrave das ações.

## O juridiquês e sua influência no Juizado Especial Cível

A linguagem utilizada pelo operador do direito no Juizado Especial Cível deve sempre estar atrelada aos princípios da informalidade e da simplicidade. Quando um cidadão desacompanhado de advogado procura o poder judiciário para pleitear seu direito, o mesmo expõe de maneira simples e objetiva seu problema, ficando a cargo do funcionário do juizado especial cível a autuação do pedido. Silva Júnior (2010, p. 8), afirmar que ―o pedido será formulado de forma simples e em linguagem acessível, constando apenas o nome, a qualificação e o endereço das partes; os fatos e os fundamentos de forma sucinta, e o objeto e seu valor‖.

Salienta-se que esta linguagem deve ser aplicada desde o primeiro ato, ou seja, na formalização da petição inicial, sempre observando os requisitos da peça e as formalidades, mesmo que simples. Sendo assim, pode-se afirmar que, para se ter um bom trâmite processual, a parte e o operador do direito devem sempre aplicar de maneira primária os princípios expostos no artigo 2º da Lei n° 9.099/95. Nesse sentido, é de suma importância mencionar o ensinamento de Demócrito Ramos Reinaldo Filho:

A simplicidade procedimental, elevada à categoria de principio informativo do processo especial, está ligada à noção da rapidez na solução dos conflitos, depende de que o processo seja simples no seu tramitar, despido de exigência nos seus atos e termos, com a supressão de quaisquer fórmulas obsoletas, complicadas ou inúteis. A simplicidade dos atos e termos é, realmente, uma constante em todo o processo especial (REINALDO FILHO, 1996, p. 37).

Não só o procedimento de ser simplificado pelos advogados e juízes, como também a linguagem empregada nos atos processuais, evitando assim, o entrave do processo por falta de entendimento do que está sendo solicitado, submetendo o

mesmo a um julgamento mais célere. Noutro lado, uma das causas que leva ao entreve processual é a linguagem rebuscada, ou seja, o excesso na utilização do jargão jurídico ou juridiquês.

O juridiquês, nas palavras de Arrudão (2007, p. 18), é definido como sendo a utilização do português complicado, palavrório cheio de termos obscuros no que se refere às expressões colocadas, ou seja, o operador do direito que se expressa com o juridiquês nos processos apresentando todo seu conhecimento linguístico, acaba por torná-lo incompreensivo. Afirma ainda que há um consenso no meio jurídico para que a linguagem jurídica seja simplificada. Por fim, o autor ainda esclarece que os termos técnicos têm de ser mantidos, haja vista que cada um possui seu próprio significado. Contudo, rebate a técnica na hora da utilização, pois sendo compreendido, tornará o processo acessível ao cidadão.

Nascimento (1995, p. 212), ao analisar a aplicabilidade da linguagem jurídica, traz a tona as diferentes funcionalidades, a depender da esfera de atuação. E, assim, diz:

A linguagem das leis, dos juristas em pareceres, dos advogados em razões, dos juízes em sentenças, acórdãos e arestos diferem, entre eles, como diferem entre si, advogados e juízes, respectivamente. Há, entretanto, uma constância na variedade. São os princípios que regem, sobrepairantes às formas pessoais, a linguagem do Direito. São qualidades da linguagem jurídica escrita: a expressão lógica, breve, clara e precisa. O conjunto desses atributos dá-lhe a *elegantia júris*, como denomina Ihering (Espírito do direito romano), ou beleza funcional, ou ainda, estética funcional. O mais difícil para atingir a *elegantia júris* é conciliar a brevidade com a clareza.

Então, o que deve ser levado em consideração não é a estética rebuscada da linguagem, mas sim a clareza ao redigir ou praticar determinado ato oral, com a finalidade de ser compreendido. A linguagem clara remete ao entendimento de ser compreensível, trata-se de um documento constituído sem omissão de qualquer expressão, sem a utilização de sinais que atrapalhem o entendimento do leitor ou ouvinte.

Exemplo da aplicação de uma linguagem simples e objetiva, contudo, com emprego também de linguagem coloquial, o que não é bem visto no mundo jurídico, mas que foi empregada em um despacho proferido por um juiz do Juizado Especial

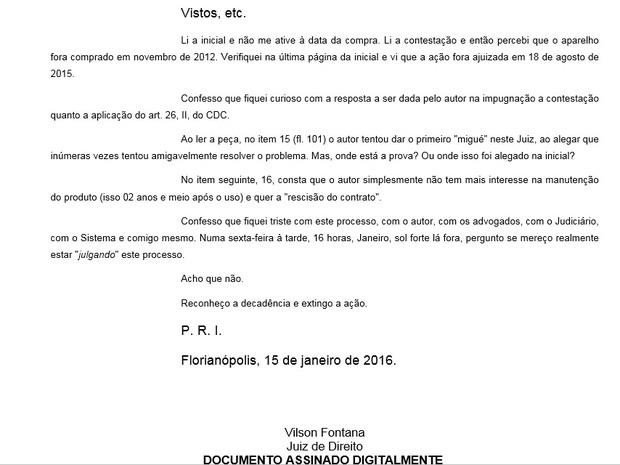
Cível do Estado de Santa Catarina, conforme se verifica na imagem abaixo:

Figura 5 – Despacho

Fonte <<http://www.g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/01/em-despacho-juiz-de-sc-se-diz-> triste-e-acusa-parte-de-tentar-dar-um-migue.html>

Cabe esclarecer que na matéria produzida pelo portal de notícias G1, o Juiz Vilson afirmou que poderia ter utilizado outras palavras para justificar seu despacho, mas diante da má-fé tentada pela parte autora, este decidiu empregar uma linguagem simples e objetiva para explicar o caso (PORTAL G1 DE SC, 2016).

Diante de todo o exposto, a linguagem a ser utilizada no juizado especial cível deve atender a todos os requisitos legais, bem como os princípios norteadores, que visam dar maior celeridade ao procedimento judicial e ao mesmo tempo garantir o amplo acesso à justiça, tema que será debatido posteriormente.

## ACESSO À JUSTIÇA E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

O acesso à justiça, na qualidade de garantia fundamental de todo cidadão, estabelece um encargo do Estado. Por via de consequência, ressalta-se que este mesmo Estado deverá promover ações ou medidas que objetivem a constante implementação do direito acima mencionado.

Por intermédio da garantia constitucional referida, o Estado brasileiro deixou clara sua incumbência perante toda a sociedade, de que a ele pertenceria o processamento, bem como o julgamento das ações judiciais e administrativas, isto é, a apreciação, das respectivas demandas que envolvam as lesões, podendo ainda citar também as ameaças a qualquer direito especificado no texto constitucional e legal.

Igualmente, já foi corroborado que o acesso à justiça instala, sem dúvidas, uma segurança de extrema relevância não apenas para o jurisdicionado, mas também em face do próprio Estado que se autoafirma democrático.

No mesmo sentido, Cappelletti e Garth (1988, p. 12) sustentam que:

O acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental — o mais básico dos direitos humanos — de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos.

Salienta-se ainda que o autêntico sentido do direito ao acesso à justiça contorna um conteúdo muito mais vasto do que o próprio acesso do cidadão ao poder judiciário.

O direito ao acesso à justiça no conceito clássico de Watanabe (1988, p. 128),

―o acesso à ordem jurídica justa‖. Para ocorrer o que foi citado anteriormente, seria necessário que o direito não se cativasse apenas com a execução das leis, mas sim de acordo com a realidade social, para que efetive a justiça e não a injustiça. Continua ainda, Watanabe a discorrer sobre o tema:

Há que se preocupar, outrossim, com o direito substancial, que, sobre ser ajustado à realidade social, deve ser interpretado e aplicado de modo correto. Já se disse alhures que, para a aplicação de um direito substancial discriminatório e injusto, melhor seria

dificultar o acesso à Justiça, pois assim se evitaria o cometimento de dupla injustiça (WATANABE, 1988, p. 128).

No que se refere aos princípios estes são o assento de qualquer ordenamento jurídico, ou seja, a sustentação, o amparo fundamental que constrói e atribui parâmetros norteadores e que devem sempre ser analisados, não importando o momento, a norma, mesmo que no caso em tela, o caso não se refira especificamente sobre determinada lei.

Sendo assim, cabe destacar que os princípios constitucionais fundamentais, bem como os processuais, são imprescindíveis à consumação da justiça por meio dos mecanismos postos à disposição do tutelado pela jurisdição e de ambos os envolvidos nas ações.

Podem ainda, os princípios elencados como fundamentais se caracterizarem como sendo a regra responsável, mostrando todos os valores preservados pela sociedade e a verdadeira sistematização dos ideais do Estado democrático de direito em que a insubordinação a qualquer um deles concebe grave ofensa à própria Constituição Federal.

Em sua obra de Geraige Neto (2003, p. 20) afirma em cristalinas palavras que: ―os princípios constitucionais fundamentais têm por escopo, basicamente, definir e caracterizar a coletividade pública e o Estado, além de enumerar as principais opções político-constitucionais. [...]‖.

Entende a doutrina que o inciso XXXV7, do artigo 5º da Constituição, já possibilitava o acesso à justiça, mas em sentido amplo, isto é, a parte tem o direito de ter sua demanda apreciada pelo poder judiciário, tendo ainda o direito de participar de todos os atos do processo, de igual maneira direito de uma tutela efetiva, bem como de uma tutela célere.

Nas palavras de Didier Junior (2002, p. 23):

Trata-se, o dispositivo, da consagração, em sede constitucional, do direito fundamental de ação, de acesso ao Poder Judiciário, sem peias, condicionamentos ou quejandos, conquista histórica que surgiu a partir do momento em que, estando proibida a autotutela privada, assumiu o Estado o monopólio da jurisdição. Ao criar um

7 Art., 5° [*omissis*]. XXXV. A lei não excluíra da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

direito, estabelece-se o dever – que é do Estado: prestar jurisdição. Ação e jurisdição são institutos que nasceram um para o outro.

O acesso à justiça como direito fundamental cria uma obrigação expressa do Estado de fornecer a todo cidadão o direito de sanar suas demandas pelas vias corretas, não cabendo fazer justiça com as próprias mãos, mas sim de buscar uma resposta do poder judiciário, ou seja, este poder não pode refutar as demandas, mas pelo contrário, deve julgá-las analisando a lei e os princípios, bem como tem o dever de tonar a ação eficaz.

Neste sentido, Wambier citado por Bacellar (2003, p. 70) ensina:

O princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, segundo o qual todos têm direito de ver apreciada pelo Poder Judiciário lesão ou ameaça de lesão a direito seu, não pode mais ser entendido pura e simplesmente como o direito da parte a uma sentença de mérito transitada em julgado (ainda que ineficaz, e somente depois de um processo moroso e caro...). O princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional deve ser entendido, à luz dos valores dos nossos dias, em que se quer um processo de resultados, como inspirador da regra de que todos têm o direito a uma tutela efetiva e eficaz.

Diante do exposto, o acesso à justiça deve ser interpretado como um mecanismo social, concedendo a todo cidadão o direito de resolver sua pendência jurídica, por meio de uma decisão judicial ou administrativa.

## O acesso à justiça enquanto um mecanismo social

Em um primeiro apanhado, tem-se a ideia de que o acesso à justiça era apenas o direito do cidadão de ter acesso às dependências do poder judiciário, não importando seu polo na ação, podendo ser o autor ou o réu. Cabe ainda esclarecer, que a ideia de acesso à justiça está incompleta, pois atualmente o acesso à justiça não visa apenas o direito do cidadão de pleitear seus direitos, mas sim de garantir o bem estar.

A opinião que atingiu corretamente o seu intuito e que também já fora apresentada anteriormente, e que agora é demonstrada na Emenda Constitucional

n° 45 do ano de 2004, e de maneira mais especifica é o direito a duração razoável do processo, conforme mencionar o art. 5°, inciso LXXVIII da Carta Magna de 1988:

―a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade da sua tramitação‖ (BRASIL, 1988). Assim sendo, não restam dúvidas de que a celeridade processual é um mecanismo legal que visa atender aos preceitos do acesso à justiça.

Sendo assim, o acesso à justiça é fruto de uma gama de garantias, que em determinados casos poderá ser expresso, concedendo o direito ao cidadão de procurar as vias judiciais para pleitear e apresentar suas razões enquanto parte processual. Em complementação ao que foi descrito acima, tem-se ainda o tratamento para como os servidores da justiça. Poderá este cidadão contar com o auxílio jurídico, podendo o serviço mencionado ser prestado antes de protocolar a ação judicial. E por fim, ter uma decisão que garanta a justiça, a partir da apresentação de todo conjunto probatório, julgamento o mérito do processo o quanto mais célere possível.

Sobre o citado acima, Marinoni assevera:

Esse direito fundamental, além de incidir sobre o Executivo e o Legislativo, incide sobre o Judiciário, obrigando-o a organizar adequadamente a distribuição da justiça, a equipar de modo efetivo os órgãos judiciários, a compreender e a adotar as técnicas processuais idealizadas para permitir a tempestividade da tutela jurisdicional, além de não poder praticar atos omissivos ou comissivos que retardem o processo de maneira injustificada (MARINONI, 2006, p. 222).

Sabe-se que o processo tem como objetivo ser efetivo e ao mesmo tempo alcançar pela mesma via o acesso à efetiva justiça. Se vier ocorrer o contrário do que fora citado, não se pode dizer que houve o devido processo legal e por via de consequência, não se pode afirmar que o processo foi efetivo. Cabe esclarecer que, ter acesso à justiça não se refere a ter sempre uma sentença favorável, mas sim de ter o seu direito analisado dentro dos parâmetros legais.

Em síntese e amparado nas palavras de Nery Júnior (2002, p. 42) o devido processo legal ―[...] nada mais é do que a possibilidade efetiva de a parte ter acesso à justiça deduzindo pretensão e defendendo-se do modo mais amplo possível [...]‖.

Dando continuidade, atrelar a oportunidade de pleitear o direito, não configura o acesso à justiça, não se restringindo o poder judiciário em apenas apreciar a ação. É dever deste proporcionar a ―apreciação útil‖, conforme consta nas palavras Marcacini (2001, p. 14-15):

[...] ao Poder Judiciário não se pode furtar a apreciação do caso, aliada à possibilidade de entregar uma prestação jurisdicional idônea a solucionar o conflito, a reparar a lesão, a proteger o direito violado, a fazer justiça no caso concreto. Não se pode imaginar que a

―apreciação‖ se resuma tão-somente a conhecer do conflito, sem ter meios para impor a solução que se mostrar justa e adequada ao caso concreto.

No mesmo sentido, Bedaque (1999, p. 160) apresenta sua ideia sobre o acesso à justiça e a inafastabilidade do Poder Judiciário: ―a inafastabilidade do Poder Judiciário não pode representar garantia formal de exercício da ação. É necessário oferecer condições reais para que as pessoas possam utilizar esse instrumento, toda vez que dele precisarem‖.

Para tanto, faz-se necessário mencionar às abordagens Geraige Neto (2003,

p. 29):

Nota-se que o princípio que prevê o direito de ação não pode ser entendido como a simples garantia do jurisdicionado em poder provocar o Poder Judiciário à salvaguarda de seus eventuais direitos. Isto é, essa garantia não pode ser interpretada como a mera possibilidade de o cidadão ingressar em juízo, mas, muito mais do que isso, o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional visa a garantir ao jurisdicionado um processo célere com a devida segurança, e efetivo com a necessária justiça, norteado à luz do *due process of law* e, por conseguinte, dos princípios da isonomia, do juiz e do promotor natural, do contraditório e ampla defesa, da proibição de prova ilícita, da motivação das decisões judiciais, do duplo grau de jurisdição – sem entrar no mérito de sua previsão Constitucional ou não – e outros.

Sendo assim, pode-se afirmar que o acesso à justiça é um mecanismo social, capaz de dar legitimidade para qualquer pessoa pleitear seu direito, desde que legitima para agir, isto é, quando preencher a requisitos legais para determinada ação.

## O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana

Antes de adentrar no conceito do princípio da dignidade da pessoa humana, faz-se necessário trazer ao trabalho o conceito de dignidade. Sendo assim, o dicionário de significado conceitua assim: ―Dignidade é a qualidade de quem é digno, ou seja, de quem é honrado, exemplar, que procede com decência, com honestidade‖ (DICIONÁRIO SIGNIFICADOS, s.d).

Sarlet (2001, p. 29) destaca o conceito bíblico de dignidade como sendo oriundo do texto sagrado, que traz em seu corpo literal a crença que envolve um valor interno e intrínseco do ser humano, sendo incabível qualquer modificação em mero objeto ou instrumento.

José Afonso da Silva destaca a dignidade da pessoa humana como sendo um valor supremo que, inserido na ordem constitucional, que engloba todos os direitos fundamentais do homem (SILVA, 2007, p. 76).

A dignidade da pessoa humana teve sua primeira aparição no ordenamento jurídico mundial no Cilindro de Ciro, datado de 539 a.C., sendo caracterizado por um artefato de argila, que serve para dar publicidade ao decreto de Ciro II, na época rei da Pérsia, que concedeu aos cidadãos exilados da Babilônia que retornassem aos seus países de origem, bem como garantir a liberdade de religião (BERNARDES; FERREIRA, 2015, p. 200).

Os créditos a elaboração clássica do conceito de dignidade da pessoa humana são dados ao filósofo Immanuel Kant que no ano de 1785 escreveu a obra

―Fundamentação da Metafísica dos Costumes‖. Na visão de Kant, diversamente de algo que possua valor ou até mesmo que se possa substituir por outra idêntica ou semelhante, os seres humanos situam-se acima de qualquer preço e não podem ser comparados ao outro. Por essa razão, que os seres humanos são providos de um valor íntimo, e não meramente de um valor qualquer, no qual se denomina dignidade (SILVA, 2007, p. 76-77).

Com objetivo de elucidar o que efetivamente vem a ser a dignidade, Nunes (2009, p. 49) destaca que: ―dignidade é um conceito que foi sendo elaborado no decorrer da história e chega ao início do século XXI repleta de si mesma como um valor supremo, construído pela razão jurídica‖.

O princípio da dignidade da pessoa humana é decorrente do dispositivo constitucional talhado no art. 1°, III8. Sabe-se que a dignidade de pessoa humana é o cerne principal e essencial a qualquer ser humano, no qual se impõe e se deve levar consideração os deveres de respeito e proteção do cidadão. No que diz respeito à família, o princípio da dignidade da pessoa humana segue tutelando e funcionando para que todos os integrantes possam estar amparados pelos direitos sociais garantidos pela Carta Magna de 1988.

Em sua obra, Immanoel Kant relaciona a dignidade como um valor inestimável e indisponível, mas também o que é pecuniário e o que é composto de dignidade, conforme mencionado abaixo:

No reino dos fins tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr em vez dela qualquer outra como equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e, portanto, não permite equivalente, então tem ela dignidade (KANT, 1986, p. 77).

Pereira (2012, p. 68), classifica o referido princípio como sendo o princípio maior, ou seja, o mais universal entre todos os princípios apresentados pelo direito brasileiro. É um macroprincípio do qual se difundem os demais: liberdade, autonomia privada, cidadania, igualdade e solidariedade, uma coleção de princípios éticos.

Para Daniel Sarmento, o princípio da dignidade da pessoa humana representa:

[..] o epicentro axiológico da ordem constitucional, irradiando efeitos sobre todo o ordenamento jurídico e balizando não apenas os atos estatais, mas toda a miríade de relações privadas que se desenvolvem no seio da sociedade (SARMENTO, 2010, p. 60).

Eduardo Bittar se refere ao princípio da dignidade da pessoa humana como sendo ―mais bem explicitado a partir da modernidade, e é como tal que se entrega à história contemporânea, para ser tornado um princípio fulcral da cultura dos direitos‖

8 Art. 1°. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III – a dignidade da pessoa humana.

(BITTAR, 2006). Continua Bittar (2006) discorrendo sobre o referido princípio afirmando que ―Cuida-se, talvez, do melhor legado da modernidade, que deve ser temperado para a realidade contextual em que se vive, na medida em que se assume‖.

Nas cristalinas palavras de Paulo e Alexandrino (2014, p. 94), a dignidade da pessoa humana é um:

Fundamento da República Federativa do Brasil consagra, desde logo, nosso Estado como uma organização centrada no ser humano, e não em qualquer outro referencial. A razão de ser do Estado brasileiro não se funda na propriedade, em classes, em corporações, em organizações religiosas, tampouco no próprio Estado (como ocorre nos regimes totalitários), mas sim na pessoa humana: Na feliz síntese de Alexandre de Moraes, "esse fundamento afasta a ideia de predomínio das concepções transpessoalistas de Estado e Nação, em detrimento da liberdade individual". São vários os valores constitucionais que decorrem diretamente da ideia de dignidade humana, tais como, dentre outros, o direito à vida, à intimidade, à honra e à imagem.

A dignidade da pessoa humana é um valor íntimo do cidadão, isto é, ao ferir determinado direito fundamental, automaticamente está se ferindo a dignidade deste cidadão. Negar o acesso à justiça ao cidadão é retirar deste o direito ao acesso as informações básicas do seu processo, de igual maneira é negar o conhecimento de todo o trâmite processual.

Para corroborar o texto supracitado Alexy (2001, p. 108) afirma que, "se ao nível dos princípios precede a dignidade da pessoa humana, então, ao nível das regras. a dignidade da pessoa humana é lesionada".

Francisco Amaral esclarece que a formação e base dos direitos da personalidade do cidadão é a dignidade da pessoa humana, conforme se verifica abaixo:

O principio da dignidade da pessoa humana é um valor jurídico constitucionalmente positivado que se constituí no marco jurídico, no núcleo fundamental do sistema brasileiro dos direitos fundamentais da personalidade como referência constitucional unificadora de todos os direitos fundamentais. Significa ele que o ser humano é um valor em si mesmo, e não um meio para os fins outros (AMARAL, 2006, p. 247).

Sendo assim, o princípio da dignidade da pessoa humana deve ser elevado a princípio norteador, isto é, servindo como referência para os demais princípios elencados na própria Constituição e demais leis infraconstitucionais. Após os esclarecimentos apresentados acima, pode-se afirmar que ceifar o acesso à justiça do cidadão é ferir de plano sua dignidade, de igual maneira, não dar conhecimento pleno das decisões aos jurisdicionados é negar o acesso à justiça a esse cidadão, e por via de consequência fere sua dignidade.

## O Princípio do Acesso à Justiça e a Linguagem Jurídica

Cumpre salientar, preliminarmente, que o acesso à justiça é um direito constitucional garantido a todo cidadão, disposto no Art. 5°, inciso XXXV, como se vê: ―a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito‖ (BRASIL, 1988). Sendo considerado pela Carta Magna como uma cláusula pétrea, isto é, nem por emenda à Constituição elas poderão sofrer alterações que as diminuam, cabendo apenas alterações com a finalidade de ampliar o rol de direitos.

A norma acima exposta refere-se a que é estabelecido entre os cidadãos subordinados às leis, isto é, entre nós apenas o Poder Judiciário tem a competência para aplicar as decisões de maneira definitiva, que se faz por meio da coisa julgada. Norteia-se pelo princípio entrelaçado ao próprio corpo estrutural jurídico-político que existe no Estado brasileiro, com enfoque na independência estipulada entre os poderes, restringindo assim, que o poder legislativo ou até mesmo o poder executivo diminuam a área de atuação do poder judiciário, por meio de leis, medidas provisórias, ou até mesmo de atos que tenham como finalidade excluir matérias que possam ser controvérsias e somente de atuação do poder judiciário. (ALEXANDRINO; PAULO, 2014, p. 163).

Concretizado, igualmente, uma das mais importantes garantias constitucionais do cidadão brasileiro e estrangeiro, podendo ainda citar as pessoas jurídicas, que tem reconhecida e autenticada, sempre que percebam estar ameaçados ou até mesmo sofrendo lesão a direito de que são titulares, existe a possibilidade de provocar o poder judiciário para obter para si uma possível decisão favorável.

(ALEXANDRINO; PAULO, 2014, p. 163).

A doutrina de forma majoritária afirma que o dispositivo constitucional não garante ao cidadão apenas acesso ao poder judiciário, ou seja, de ter acesso ao prédio do fórum local e de protocolar seu pedido, mas sim de ter um julgamento por completo, no qual as provas juntadas deverão ser analisadas e a sentença condizente com a realidade processual.

Para justificar tal entendimento, Norberto Bobbio pronuncia que:

Deve-se recordar que o mais forte argumento adotado pelos reacionários de todos os países contra os direitos do homem, particularmente contra os direitos sociais, não é a sua falta de fundamento, mas a sua inexeqüibilidade. Quando se trata de enunciá-los, o acordo é obtido com relativa facilidade, independentemente do maior ou menor poder de convicção de seu fundamento absoluto; quando se trata de passar à ação, ainda que o fundamento seja inquestionável, começam as reservas e as oposições. [...] **O problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los**. Trata-se de um problema não filosófico, mas político. Com efeito, o problema que temos diante de nós não é filosófico, mas jurídico e, num sentido mais amplo, político. [...] **Não se trata de saber quais e quantos são esses direitos, qual é sua natureza e seu fundamento, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados** (grifo nosso) (BOBBIO, 2004, p. 15/17).

Portanto, o direito ao acesso à justiça não se trata apenas de ter acesso as dependências do poder judiciário, mas sim de ter acesso a todos os recursos disponíveis para que o cidadão tenha seu direito amparado, e em se tratando de decisão judicial, mesmo que seja em desfavor, mas que seja fundamentada.

Para Marinoni (et al. 2015, p. 315), o acesso à justiça é:

[...] o direito de acesso à jurisdição – visto como direito do autor e do réu – é um direito à utilização de uma prestação estatal imprescindível para a efetiva participação do cidadão na vida social, e assim não pode ser visto como um direito formal e abstrato – ou como um simples direito de propor ação e de apresentar defesa - , indifirente aos obstáculos sociais que possma inviabilzar o seu efetivo exercício. A questão do acesso à justiça, portanto, propõe a problematização do direito de ir a juízo – seja para pedir a tutela do direito, seja para se defender – a partir da idéia de que obstáculos

econômicos e sociais não podem impedir o acesso à jurisdição, já que isso negaria o direito usufruir de uma prestação social indispensável para o cidadão viver harmonicamente na sociedade.

A linguagem jurídica simplificada tem por finalidade proporcionar ao cidadão o entendimento de todos os atos judiciais praticados, ou seja, salvo as exceções dos analfabetos, ninguém poderá ficar à margem do juridiquês imposto pelo operador do direito. Sendo assim, a linguagem simples empregada pelo jurista facilitará o amplo acesso do cidadão à justiça.

Por sua vez, e corroborando o que foi exposto acima, Neves (2017, p. 80) expõe que:

Os principais julgamentos são acompanhados por diversos meios de comunicação, ampliando o acesso do cidadão comum a informações derivadas de tais julgamentos. A clareza e a utilização de linguagem simples nas decisões, rejeitando-se o rebuscamento pedante, também contribuem significativamente para a consecução do escopo educacional.

Insta salientar que a presente dissertação utilizará com enfoque principal a linguagem utilizada pelo operador do direito, nas mais variadas oportunidades dentro do processo judicial, com enfoque no novo código de processo civil, que a princípio demonstrou que o processo deverá ser mais célere, visando atender ao princípio constitucional da celeridade processual e o tempo razoável do processo. Não somente os princípios elencados acima, mas também o que é mais almejado pelos cidadãos, o acesso à justiça.

A compreensão das peças processuais é um direito inerente ao cidadão, atingindo, assim, seu caráter é socializar essa parte integrante do processo, com que está sendo discutido dentro do caderno processual. Nesse sentido, o acesso à justiça estaria completo, pois o direito mencionado não trata apenas de ter acesso ao prédio do poder judiciário, mas sim de ter amplo acesso a toda a justiça, podendo ser a sede de uma comarca ou até mesmo das decisões que foram prolatadas, dando conhecimento e entendimento aos cidadãos comuns e sem instrução jurídica.

No que tange o acesso à justiça Lembo (2007, p. 208) ensina que:

[...] Esse confere a todas as pessoas a garantia constitucional de verem suas demandas examinadas pelo Poder Judiciário, ficando impedida a lei infraconstitucional de excluir do conhecimento dos órgãos judicantes quaisquer conflitos de interesse.

O acesso à justiça não deve ser interpretado em seu sentido estrito, mas sim lato, ampliando todas as possibilidades de acesso, como por exemplo, ter ciência e entender integralmente a decisão proferida pelo magistrado no seu processo.

Salienta-se que, o excesso da aplicabilidade do jargão jurídico, ou seja, o juridiquês tem atravancado os processos judiciais, tendo em vista que a parte não consegue ter acesso ao processo de forma plena.

O que está sendo debatido não é a efetivação dos direitos do cidadão, como o acesso à justiça, pois se sabe que esse direito é garantido constitucionalmente, mas sim, o direito do cidadão entender o que realmente foi decidido em seu processo.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o acesso à justiça se dá também quando o cidadão tem acesso de forma integral a todas as peças processuais, bem como seu conteúdo, com uma linguagem acessível. Automaticamente, um processo sendo simples, de fácil acesso aos operadores do direito e as partes, pode gerar um processo mais célere, cumprindo assim sua função social, ou seja, resolver as pendências sociais no menor prazo possível, sem ferir a legalidade do trâmite.

## O Princípio da Celeridade Processual na Constituição

Recentemente, muito se dialoga sobre a busca de efetividade do processo judicial e administrativo, em favor de sua função social com enfoque na resolução das ações judiciais.

Lenza (2008, p. 318) apresenta em outro estudo sobre a eficácia do trâmite processual, como aponta ―em algumas situações, contudo, a demora, causada pela duração do processo e sistemática dos procedimentos, pode gerar total inutilidade ou ineficácia do provimento requerido‖. No mesmo sentido, Bedaque (2009, p. 19- 20), afirma que o prazo estabelece uma das grandes dificuldades à efetividade da tutela promovida pelo poder judiciário, ganhando um contorno especial nos

processos de conhecimento, tendo em vista que o bom trâmite processual depende de uma atividade intelectiva do julgador sendo necessários que vários atos sejam praticados, com a natureza ordinatória e instrutiva. O não trâmite correto do processo cria um obstáculo entre o individuo e a concessão do provimento requerido, que por via de consequência torna este processo inútil, haja vista que a depender da ação, a resposta tem que ser quase que imediata, correndo o risco do direito postulado sofrer a ineficácia.

Positivado na Constituição Federal de 1988, o princípio da celeridade processual exerce o controle da duração razoável do processo, seja ele judicial, seja ele administrativo, conforme determinada o inciso LXXVIII:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXXVIII. a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (BRASIL, 1988).

É publico e notório que no Brasil o sistema jurídico é moroso, que as ações demandadas e a redução da efetividade das decisões prolatadas, e até mesmo o próprio rito processual, atrasam o desenvolvimento como um todo, o que desmotivo mais investimentos que por via de consequência aumenta a inadimplência, acarretando assim a impunidade e diminuindo a crença do cidadão (ALEXANDRINO; PAULO, 2014, p. 212).

A partir do que foi mencionado, é de suma importância que se assuma a consagração, em prol de cada cidadão, do direito de ver sua demanda judicial julgada, em prazo razoável, isto é, sem morosidade, podendo elencar como retardamento do processo, o próprio volume de serviço do poder judiciário, ou até mesmo as dilações indevidas, dos litígios submetidos à análise do poder judiciário ou até mesmo da administração pública nos procedimentos administrativos (ALEXANDRINO; PAULO, 2014, p. 213).

Reconhecer a relevância desse direito, ainda que anterior ao advento da emenda constitucional n° 45 de 2004 era atribuição interna da jurisprudência

aplicada pelo Supremo Tribunal Federal, que, por mais de um julgamento correlacionou o tema e afirmou a possibilidade de tornar o processo judicial mais célere, ou seja, de neutralizar os entraves processuais, que tornam a ação morosa, por parte dos magistrados, bem como dos tribunais estaduais e superiores9.

O referido princípio talhado no inciso LXXVIII do art. 5° da Constituição Federal de 1988, que tende a assegurar aos litigantes, independente da esfera em que a ação for proposta, a celeridade na tramitação destas, surge para auxiliar e dar maior eficácia a outras garantias já expostas na Carta Magna de 1988, no qual se pode mencionar o direito a peticionar a qualquer poder público10 (art. 5°, XXXIV); a inafastabilidade de jurisdição11 (art. 5°, XXXV); o contraditório e ampla defesa12 (art. 5°, LV) e o devido processo legal13 (art. 5°, LIV) (ALEXANDRINO; PAULO, 2014, p. 213).

Cabe ainda mencionar que, a inclusão do princípio da celeridade processual no rol do art. 5° da Constituição Federal, por meio da emenda constitucional n° 45 de 2004, torna cristalino que os direitos fundamentais não estão descritos apenas no art. 5°, mas sim podendo fazer parte de outras leis ou tratados internacionais, aspecto explicitado no § 2°14 do art. 5° da Carta da República (ALEXANDRINO; PAULO, 2014, p. 213).

9 O JULGAMENTO SEM DILAÇÓES INDEVIDAS CONSTITUI PROJEÇÃO DO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.

* O direito ao julgamento, sem dilações indevidas, qualifica-se como prerrogativa fundamentai que decorre da garantia constitucional do *due process of law*. O réu (...) tem o direito público subjetivo de ser julgado, pelo Poder Público, dentro de prazo razoável, sem demora excessiva nem dilações indevidas. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Art. 7.°, n. 5 e 6). Doutrina. Jurisprudência.
* O excesso de prazo, quando exclusivamente imputável ao aparelho judiciário ( ... ), traduz situação anômala que compromete a efetividade do processo, pois, além de tomar evidente o desprezo estatal pela liberdade do cidadão, frustra um direito básico que assiste a qualquer pessoa: o direito à resolução do litigio, sem dilações indevidas e com todas as garantias reconhecidas pelo ordenamento constitucional" (RTJ 187/933-934, rei. Min. Celso de Mello).

10 XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de

petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder; b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

11 XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

12 LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são segurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

13 LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

14 § 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Diante do exposto, verifica-se que o princípio da celeridade processual é de suma importância para o ordenamento jurídico pátrio, isto é, os operadores do direito devem observar o conteúdo objeto da ação processual, para que não sofra com os trâmites desnecessários, visando sempre o bom andamento processual, no qual se pode incluir neste momento uma linguagem sem entraves, ou seja, sem o juridiquês.

## O jargão jurídico como entrave ao acesso à justiça

Sabe-se que a linguagem esteve e está presente nos atos que o ser humano praticou e pratica, não distinguindo as classes sociais. Jamais poderá ser omitido que é por meio da linguagem que o ser humano age e interage com o seu par. Outro fator importante diz respeito ao seu meio de estudo, sendo de suma importância mencionar que, não se pode estudar a linguagem e não estudar a sociedade que a fala, podendo ainda relacionar outro fator importante, a realidade social, sendo esta forte influenciadora no diálogo de inteiração entre os falantes desta sociedade.

Com simples palavras Bakhtin (2002, p. 112), define que o diálogo verbal, por sua vez, concretiza a veracidade ou realidade fundamental da língua, sendo de sua natureza social, sempre considerar esse aspecto.

Com a definição do caráter social da língua, faz-se necessário também colocar em pauta que é imprescindível que o falante principal leve em consideração o ponto de vista do falante secundário, tendo em vista que toda fala tem como objetivo principal a interação verbal, sendo necessário haver dois falantes para concretizar a diálogo.

Bakhtin (2002, p. 133) externa que toda palavra possui em seu seio duas faces, nas quais são definidas de maneira metafórica, como uma ponte que as interliga: ―A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor‖.

O discurso jurídico passa a ser alicerçado por uma composição dualista que é baseada numa vinculação hierárquica e frisada por um imenso autoritarismo, que define o operador do direito quando discursa. Há também quem define que a fala de

um magistrado tem mais força, pois é ele quem resolve o processo, sendo assim, o autoritarismo do juiz se sobrepõem ao do advogado, conforme bem explica Orlandi (2001, p. 32-33):

Como nossa sociedade é construída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na ‗comunicação‘. A fala de um juiz vale (significa) mais do que a do advogado.

A partir do mencionado acima, pode-se afirmar que o jargão jurídico faz parte deste contexto, no qual se cria uma hierarquia entre os falantes do mundo jurídico. Durante o diálogo jurídico, os operadores do direito não se fazem entender, pois utilizam uma linguagem incompreensível.

Ao cidadão comum é dado o direito de se dirigir ao Estado-juiz, conforme o legislador dispôs na lei dos Juizados Especiais quando determinou no art. 3º15 o limite legal para pleitear, isto é, a competência foi limitada, para que não sejam julgadas quaisquer ações no Juizado Especial Cível.

Contudo, o que se deve observar é o jargão empregado nesta justiça, haja vista que uma de suas funções sociais é proporcionar o acesso aos cidadãos às ações de menor complexidade, sem que haja maiores entraves, o que viabiliza a esses cidadãos compreender a linguagem empregada durante a prática dos atos processuais, até mesmo para que os princípios do contraditório e da ampla defesa sejam respeitados.

Diante do que foi citado acima, pode-se afirmar que o caminho para que se alcance a inteiração verbal entre os falantes do processo. Ocorre que essa inteiração sofreu ruídos, sendo substituída por uma linguagem truncada entre os integrantes processuais (magistrado, advogado e as partes), que não utilizam uma linguagem compreensível.

Cumpre esclarecer que no procedimento dos Juizados Especiais Cíveis a linguagem simples deve ser aplicada desde o ato inicial do processo até o ato final,

15 Art. 3º. O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas de menor complexidade, assim, consideradas: I – as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo; II – as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil; III – a ação de despejo para uso próprio; IV – as ações possessórias sore bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

isto é, a partir do pedido inicial, conforme determina o § 1° do art. 14 da Lei 9.099/95: ―Art. 14 O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, escrito ou oral, à Secretaria do Juizado. § 1° Do pedido constarão, **de forma simples e em linguagem acessível” (grifo nosso)** (BRASIL, 1995).

A partir do supracitado chega-se à concepção do princípio da simplicidade, que se funde com novos entendimentos sobre o acesso à justiça. Contudo, nunca se esquecendo do devido processo legal, e suas garantias processuais dispostas. Sendo assim, visando à adequação da linguagem jurídica com enfoque na interlocução das partes processuais, bem como proporcionando o acesso pleno à justiça ao cidadão, o poder judiciário vem exercendo uma árdua tarefa de atuar em favor da simplicidade, da informalidade ou até mesmo da celeridade processual, o que pode ser exemplificado por meio do art. 473 do Novo Código de Processo Civil, publicado no ano de 2015, que determina uma linguagem simples na elaboração dos laudos periciais, conforme se verifica:

Art. 473. O laudo pericial deverá conter: I - a exposição do objeto da perícia;

1. - a análise técnica ou científica realizada pelo perito;
2. - a indicação do método utilizado, esclarecendo-o e demonstrando ser predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou;
3. - resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados pelo juiz, pelas partes e pelo órgão do Ministério Público,

**§ 1º No laudo, o perito deve apresentar sua fundamentação em linguagem simples e com coerência lógica, indicando como alcançou suas conclusões (grifo nosso)** (BRASIL, 2015).

O direito contemporâneo tem buscado a simplicidade tanto na formulação da legislação, quanto na aplicabilidade dos atos judiciais, proporcionando ao jurisdicionado maior compreensão dos documentos processuais produzidos pelos operados do direito.

Noutro lado, Machado (2007, p. 154), diz que:

a exigência de emprego da língua portuguesa em todos os atos processuais não significa que os juízes [...] estejam proibidos de referir textualmente artigos de lei e lições doutrinárias, incluindo brocardos, em língua estrangeira. Tais referências encontram-se incorporados à nossa tradição forense e não maculam a perfeita inteligibilidade das manifestações dos sujeitos do processo.

Na contramão de tudo que foi exposto até o presente momento, tem a doutrina publicada pelo escritor Antônio Cláudio da Costa Machado, que afirma em cristalinas palavras que o jargão jurídico deve ser respeitado e sempre aplicado, independentemente se está afastando ou não os jurisdicionados, bem como os próprios operadores do direito (MACHADO, 2007).

Contudo, o universo jurídico está focado e com objetivo de simplificar a linguagem jurídica empregada de maneira oral ou escrita, o que proporcionará o amplo acesso à justiça a todos as partes processuais e entendimentos como o do doutrinador Antônio Cláudio que configuram um retrocesso na ampliação ao acesso à justiça utilizando uma linguagem mais simplificada.

O Desembargador Lourival Serejo no ano que 2005 escreveu um texto que foi premiado pela Associação dos Magistrados Brasileiros, que descrevia qual seria o comportamento do magistrado para alcançar a clareza nos atos processuais praticados. Conforme Serejo, o juiz deve que esquivar da prolixidade e adotar a determinada expressão para cada fato do processo, usar parágrafos curtos, bem como deixar de utilizar sinônimos, substantivando verbos que compliquem o entendimento do texto (SEREJO, 2005).

Ocorre que, quando o mundo jurídico fica sem os atributos da clareza e assertividade, ele se perde na soberba e deixa de ser cristalino, negando assim o acesso à justiça ao cidadão.

Sendo assim, a simplificação da linguagem jurídica é algo real no meio jurídico, que está exercendo pressão e contribuindo para ampliar o acesso à justiça do jurisdicionado. Para confirmar o que foi citado até agora, será exposta a pesquisa realizada no Juizado Especial Cível da Comarca de Guaçuí que confirma a utilização do juridiquês e qual o seu reflexo do trâmite processual.

## ANÁLISE DO DISCURSO NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE GUAÇUÍ-ES

No âmbito jurídico, busca-se o convencimento, a persuasão, o legislar, dentre outras atividades. Não obstante, tem-se como sua principal atividade o julgamento, isto é, decidir acerca das possíveis condutas de determinadas pessoas. Sendo assim, a utilização da linguagem versa em importante instrumento para os desígnios inerentes ao judiciário, devendo, portanto, ser reconhecida a sua magnitude, bem como as suas possibilidades, a qual é capaz de estabelecer relações de poder. Conforme menciona Gnerre (1998, p. 5):

A linguagem não é usada somente para veicular informações, isto é, a função referencial da linguagem não é senão uma entre outras; entre estas ocupa uma posição central, a função de comunicar ao ouvinte a posição que o falante ocupa de fato ou acha que ocupa na sociedade em que vive. As pessoas falam para serem ouvidas, às vezes respeitadas e também para exercer alguma influência no ambiente em que realizam seus atos linguísticos.

Para que exista um diálogo entre as pessoas, faz-se necessário mencionar que a linguagem é a fonte alimentadora deste e a comunicação, processo pelo qual se dá a concretização da linguagem, deve estar envolvida por um processo eficiente.

Para Lopes (2008, p. 9):

A comunicação é um processo dinâmico e a linguagem constitui ponte mediadora que possibilita o acontecer deste processo. A comunicação é a força que dinamiza a vida das pessoas e das sociedades. Ela excita, ensina, vende, distrai, entusiasma, dá status, constrói mitos, destrói reputações, orienta, desorienta, produz incomunicação. A comunicação é, por assim dizer, um campo de trocas, de interações, que permite percebermos, expressar-nos e relacionar-nos com os outros, ensinar e aprender.

Na presente pesquisa, essa comunicação será analisada sob a ótica de alguns pressupostos teóricos do campo da Análise do Discurso, em que serão observadas as escritas dos operadores do direito nas peças processuais apresentadas junto ao Juizado Especial Cível da Comarca de Guaçuí-ES, em prol de confirmar ou não se a linguagem jurídica trata-se de um elemento que dificulta no

acesso à justiça do cidadão que procura por seus direitos. A análise em questão se sucederá a partir da apresentação aos magistrados de frases contidas nos autos de processos que possuem alto índice de aplicabilidade do juridiquês, a fim de diagnosticar o entendimento dos mesmos acerca do texto contido nos processos.

## Procedimentos Metodológicos da Pesquisa

Faz-se *mister* ressaltar que, na presente pesquisa, surge a necessidade de pautar nas referências no que diz respeito à linguagem, sobretudo em um de seus formatos, qual seja, a linguagem jurídica, bem como de indicar a correlação entre o direito e sua interferência na sociedade, destacando assim as implicações para esta sociedade frente à linguagem jurídica de formato rebuscado, ora alvo da pesquisa em voga.

Quando se desenvolve a metodologia da pesquisa, demonstrada como ação de listagem de dados de registros de acontecimentos que viabilizam o entendimento da realidade, André *et al.* (1986) cita os formatos de pesquisas os quais compõem- se das variantes qualitativas, quantitativas e mistas (qualitativas e quantitativas), os quais corroboram para o estudo que abrange dados que requerem tratamento e embasado em classes de análise.

A pesquisa, aqui destacada, enquadra-se no formato qualitativo, à medida que este pode ser caracterizado pelo seu caráter exploratório, descritivo e indutivo, bem como a análise de dados coletados por meio de questionários, dentre outros (RICHARDSON, 1989). Para sustentar o que foi supracitado, faz-se necessário mencionar os estudos de Kauark *et al*. (2010) os quais expressam que o trabalho qualitativo analisa fenômenos (sendo aquilo que se manifesta ou que se mostra), isto é, ocorrências cujo sentido existe somente num ambiente específico e de caráter subjetivo.

A partir do objetivo delineado pela pesquisa, que é averiguar se a linguagem jurídica utilizada pelo operador do direito é compreendida, torna-se relevante o enfoque em dois momentos: primeiro, solicitar aos magistrados a interpretação de textos jurídicos compostos nos autos dos processos; e, posteriormente, realizar a

aplicação de um questionário dirigido às partes, com perguntas específicas atinentes à temática e ao seu processo judicial.

Em prol de atender ao objetivo apresentado, foram selecionados para análise 05 processos que iniciaram seus tramites na Comarca de Guaçuí, cujas referências de todos eles versam no lapso temporal de 2010 a 2013, bem como a natureza processual dos mesmos, os quais visavam à revisão contratual de empréstimos bancários, com a finalidade de caracterizar com a maior fidedignidade possível, para justificar se os processos com uma linguagem jurídica mais simples tramitam de forma mais célere. Dentro do período supracitado, foram identificadas ações de mesma natureza jurídica, apresentando o mesmo formato para causas envolvendo petições com o mesmo pedido, o que torna a pesquisa mais relevante, visto que as ações foram julgadas de maneira diversa e em prazos distintos.

No que tange aos instrumentos empregados durante a coleta da amostragem, foi instruído, preliminarmente, um questionário (**Apêndice A**) destinado aos magistrados que atuaram nos processos judiciais selecionados, com a finalidade de extrair desses magistrados sua compreensão textual dos discursos jurídicos.

Em continuidade, outro instrumento metodológico utilizado para dar substância à pesquisa foi o questionário (**Apêndice B**) direcionado as partes processuais que visa caracterizar a parte, seu grau de instrução, bem como detalhes específicos sobre o seu conhecimento jurídico. Dentro do próprio questionário consta uma última pergunta com o objetivo de captar a opinião do entrevistado a fim de verificar como que a linguagem jurídica deveria ser utilizada nas peças processuais.

Nesse intento, recorreu-se aos trabalhos de teóricos como: Arrudão (2007), Bittar (2010), Borba (2003), Fonseca (2010), Guimarães (2012), Marques (2005),

Moralles (2006), Moreno e Martins (2006), Oliveira e Bassoli (2006), Souza (2007), Xavier (2003), dentre outros no que tange à linguagem jurídica.

Para a realização dos diagnósticos apresentados no presente estudo, utilizou- se alguns pressupostos teóricos do campo da Análise do Discurso para a compreensão da problemática elencada. Nessa perspectiva, autores como: Brandão (2004), Foucault (1998), Maingueneau (1990), Orlandi (2009; 2002; 2001; 1993) e Pêcheux (1993) compõem-se as principais referências adotadas.

## Análise do Discurso: breves apontamentos históricos e práticos desse campo interdisciplinar

O advento da Análise do Discurso (AD) como campo de estudo deu-se nos anos 60, no continente europeu, mais precisamente em países como, França, Alemanha e Inglaterra, com o escopo de averiguar fenômenos linguísticos incompreensíveis por meio de ensinamentos que tornavam como uniformidade primordial a palavra, na imanência do texto, no seu sentido estrito.

Em seus estudos, Brandão (2004), com base em Maingueneau (1976), começa sua sinopse histórica acerca da Análise do Discurso com os estudiosos russos, que, segundo a autora, proporcionaram a abertura do espaço para o tema, a fim de oferecer de forma mais ampla estudos linguísticos que posteriormente seriam denominados de discurso, isto é, o cerne da questão a qual dedica-se a Análise do Discurso.

Brandão (2004), ainda considera os argumentos expostos nos estudos apresentados por Harris (Discourse analysis, 1952), bem como as colaborações de Jakobson e Benveniste acerca da enunciação, com os métodos da linguística distribucional do continente americano com enfoque nos enunciados (denominados discursos), os quais, segundo a autora foram de suma importância para disciplina Análise do Discurso (BRANDÃO, 2004).

Abrangendo enfoques diversos, os estudos há época, marcaram duas formas diferentes de raciocinar e compreender a teoria do discurso: a primeira tratava da concepção da disciplina como uma extensão da própria linguística, a qual interessava-se, sobretudo, pelas proposições (ponto de vista americano). Já a segunda forma, transformava a teoria do discurso, elencando-a como uma marca essencial à exterioridade (ponto de vista europeu) (BRANDÃO, 2004; MAINGUENEAU, 1990).

Com base nos estudos apresentados por Orlandi (1983), a AD da linha francesa é a mais utilizada na atualidade, tendo em vista que se trata de um procedimento com o desígnio de analisar os discursos, independentemente se eles são orais ou escritos.

Destarte, não querendo tornar o presente estudo esgotado, mas fazendo

referência a alguns pressupostos desse campo teórico, a presente pesquisa busca a partir deste, evidenciar os possíveis aspectos que declaram ou podem declarar, sem deixar de ponderar os sujeitos, suas ideologias e, até mesmo suas histórias e contextos sociais, no qual o indivíduo encontra-se inserido.

Nas palavras de Pêcheux 1993 citado por Orlandi (2002), a linguagem é um acontecimento que deve ser analisado e estudado em conexão com o seu interior, como configuração linguística. Por outro lado, no que diz respeito ao exterior, precisa ser compreendida como forma material da ideologia. Salienta-se que, a linguagem não pode ser entendida como um agrupamento significativo lacrado, não cabendo nenhuma hipótese de relação com a conexão exterior, mas sim a partir do enquadramento histórico-ideológico das pessoas que a elaboram e que a elucidam produzindo sentidos.

Nesta seara, Orlandi (2002, p. 15-16) afirma, que o discurso:

[...] não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem [...] não trabalha com a língua enquanto sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.

Orlandi (2002, p. 21) expressa ainda, que ―[...] as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados". Sendo assim, não se pode tratar o discurso como um mero texto, mas sim como um grupo de relações que se constituem nos momentos anteriores e posteriores a produção do referido texto e também dos resultados que são fornecidos após a exposição do mesmo. O texto é compreendido como a materialidade linguística por meio do qual se alcança o discurso, ou seja, é relação da língua com a história.

Traçando uma linha dentro da Análise do Discurso, a linguagem jurídica na presente dissertação será analisada sob a ótica de sua aplicabilidade, o que significa dizer que a linguagem utilizada nos autos dos processos será exposta à análise a fim de identificar se o discurso empregado nos termos das petições encontra-se coerente a atender dos os anseios legais e sociais.

A utilização do discurso jurídico tem como objetivo, muita das vezes, dificultar o entendimento das partes, inclusive, dos próprios operadores do direito, tornando assim, a compreensão do texto quase nula, até mesmo, porque o jurista ainda vive nessa esfera de dominação da linguagem, não importando se esta se faz no âmbito oral ou escrito.

Tal situação emergente permite a interlocução com Michel Foucault (1998), quando este discorre acerca do discurso de poder. Nas palavras do autor, o discurso de poder tem um temperamento relacional, podendo ainda dizer que, não é um privilégio de determinada classe que domina seu próprio jargão e seus ideais. O autor ainda deixa claro que, as lutas não têm o condão de solver as classes predominantes, mas sim de não se curvar ao poder, nem ao saber, mas mostrar que o discurso funciona dessa maneira. Continua ainda, esclarecendo, que é necessário reagir aos poderes dessas disciplinas que se sustentam de saberes e isso só seria capaz por meio do advento de outras políticas do sujeito.

Com o objetivo também de nortear a presente dissertação, faz-se necessário mencionar que as peças processuais que serão analisadas, são as que compõem as ações judiciais selecionadas. Os discursos analisados, ora objeto em questão, são os apresentados nas petições iniciais, as quais foram fruto do possível atraso processual, tendo em vista a linguagem rebuscada empregada nas peças, onde serão analisados seus interdiscursos referentes à questão n° 11.

Parece um ponto pacificado entre os linguistas. Para Charaudeau e Maingueneau (2002), o vocábulo "interdiscurso" é indicado com um significado que contém um sentido restringido (agrupamento de discursos com o mesmo sentido e que ainda mantém as mesmas dependências de limitações sendo um ato recíproco entre eles), bem como um sentido *lato* (sendo composto por um conjunto de unidades discursivas, no qual se pode afirmar que um discurso está em relação explícita e implícita). O interdiscurso será analisado em conjunto com as respostas apresentadas pelos entrevistados na questão n° 11 do Apêndice B.

Sendo assim, ante o exposto, resta configurado que o discurso a ser analisado será o exposto pelo advogado na defesa de seu cliente, no qual é apontado como ponto crítico do discurso, possui, reflexos negativos, no que diz respeito ao trâmite do processo, podendo torna-lo mais lento, por imposição da

linguagem rebuscada.

## Análise da linguagem utilizada pelo operador do direito no Juizado Especial Cível de Guaçuí-ES

Em um primeiro apanhado, pode-se afirmar que o direito está ligado à linguagem de forma umbilical e que essa linguagem do operador do direito faz parte da sua primeira impressão. A palavra é o meio pelo qual o operador do direito efetua inúmeras atividades, como, por exemplo, uma peça inicial, uma contestação, uma apelação, dentre outras. Portanto, o advogado sempre deverá estar atento à linguagem utilizada em seu trabalho.

Para confirmar o que foi citado acima, faz-se necessário mencionar a lição de Ronaldo Caldeira Xavier que diz: ‖O Direito é a ciência da palavra. Para o advogado dir-se-á agora, a palavra é seu cartão de visita‖ (XAVIER, 2003, p. 10).

O advogado quando atua não pode ser surpreendido pela própria linguagem que utiliza para o exercício do seu ofício. Ratificando a importância da linguagem jurídica no trabalho do operador do direito, Xavier afirmar que:

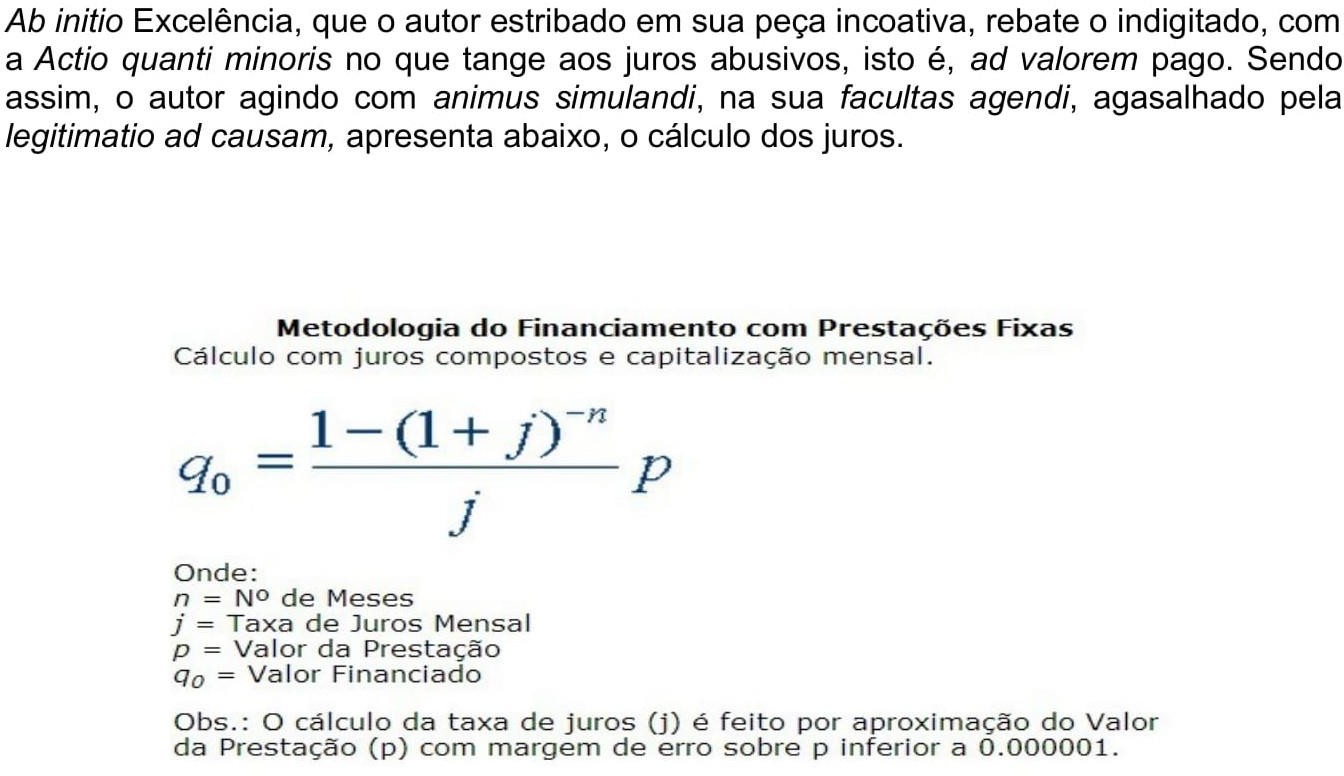
Jamais, como em Direito, o conhecido refrão popular ―te pego pela palavra‖ teve tantos foros de verdade. Em qualquer causa, especialmente naquela onde houver incerteza quanto à decisão, a experiência recomenda cautela na escolha das palavras, para que o feitiço não vire contra o feiticeiro [...] (XAVIER, 2003, p. 11).

O magistrado Luiz Guilherme Marques ressalta que, infelizmente, ainda existem operadores do direito que não se atentaram para o disposto no § 1º do art. 14 da Lei n° 9.099 de 1995 e afirma que:

**Assim, vêem-se muitas petições prolixas e rebuscadas, refertas de citações jurisprudenciais e doutrinárias; contestações quilométricas, plenas de erudição desnecessária; sentenças complicadas; petições de recursos, razões e contra-razões recursais que se perdem em argumentos e citações despiciendas**. Tudo isso faz com que, desatendendo-se a regra do § 1º, tornem-se os processos dos Juizados Especiais Cíveis

verdadeiros quebra-cabeças indecifráveis para as partes leigas (grifo nosso) (MARQUES, 2005).

Para corroborar o supracitado, faz-se necessário inserir parte da petição analisada, que apresenta um texto rebuscado, prolixo, conforme se verifica:



**Figura 6** – Fragmento da Petição

Portanto, o que será apresentado trata-se de uma análise feita por meio de questionários para confirmar ou refutar a interferência da linguagem jurídica rebuscada, nos processos judiciais do Juizado Especial Cível.

## Uma análise sob a ótica das partes

No início do questionário, o qual pode ser consultado no **Apêndice B,** a primeira pergunta foi atinente ao sexo dos entrevistados. Foram obtidas as seguintes respostas pelos 05 (cinco) respondentes: 01 pessoa declarou-se do sexo feminino e as outras 04 pessoas, do sexo masculino.

Dentro do mesmo questionário os entrevistados responderam sobre o seu nível de escolaridade, bem como perguntas que envolveram o grau de entendimento

da linguagem jurídica e, por fim, foi colhida a opinião de cada entrevistado acerca de como deveria ser a linguagem jurídica empregada nos processos judiciais.

Em primeiro lugar, foi perguntado aos entrevistados qual era o seu grau de escolaridade, para que fosse dado início as ponderações sobre o entendimento das petições judiciais, haja vista que dependendo do grau de escolaridade, a compreensão pode sofrer alterações.

De acordo com a pesquisa de campo realizada, o grau de escolaridade dos entrevistados varia, mas o entendimento não. Para exemplificar o supracitado, faz-se necessário apresentar alguns pontos da pesquisa, isto é, para esse momento os gráficos 1, 4, 5, 6 e 9, são de suma importância ao início das ponderações sobre o tema da pesquisa.

**Gráfico 1: Pergunta 1 –** Resposta dos entrevistados referente ao seu nível de escolaridade.

**1**

**Fundamental Completo Médio Incompleto Médio Completo Superior Incompleto**

**Superior Completo**

**2**

**1**

**1**

As informações constantes no **Gráfico 1**, são de suma importância para caracterização acerca do grau de escolaridade do entrevistado. A partir da diferenciação entre os pesquisados é que será apontado se a escolaridade influencia ou não no entendimento da linguagem jurídica. Já no **Gráfico 4**, foi perguntado ao entrevistado se já sentiu alguma dificuldade para interpretar determinado texto de cunho jurídico. Os cinco responderam que sim, sendo que três informaram que tiveram dificuldade de interpretar parte do texto e dois totalmente o texto, conforme gráfico abaixo.

**Gráfico 2: Pergunta 4 –** Já a resposta referente ao fato de já ter sentido dificuldades para interpretar, ou compreender algum texto de cunho jurídico (TV, Livros, Processo).

## 2

**Não Sim**

**Apenas parte do texto**

**3**

No **Gráfico 4**, dos três entrevistados que sentiram dificuldade de interpretar determinado texto jurídico, um possui o nível superior completo e os outros dois, um possui o ensino médio completo e outro incompleto. Os dois últimos, que sentiram dificuldade de interpretar em parte determinado texto jurídico, um possui o ensino superior completo e o outro incompleto.

**Gráfico 3: Pergunta 5 ~~–~~** Resposta dos entrevistados referente à pergunta de compreensão de toda a petição que determinado advogado redigiu.

**Não Sim**

**Apenas parte da petição**

**4**

**1**

Um ponto importante da pesquisa foi a resposta referente ao **Gráfico 5**, que exigiu do pesquisado que respondesse que compreendeu a sua própria peça inicial redigida pelo seu advogado. E para confirmar que a população não compreende

parte dos textos jurídicos, quatro dos cinco entrevistados responderam que entenderam apenas parte da petição.

**Gráfico 4: Pergunta 6 –** Resposta dos entrevistados referente à pergunta de compreensão de toda a decisão proferida pelo magistrado.

**Não Sim**

**Apenas parte da decisão**

## 5

No que diz respeito ao entendimento das decisões proferidas pelos magistrados (**Gráfico 6**), de maneira unânime os entrevistados responderam que compreenderam em parte as decisões proferidas pelos magistrados, reforçando ainda mais o entendimento que o jargão jurídico quando empregado de maneira truncada, limita o entendimento das partes processuais.

**Gráfico 5: Pergunta 9 –** Respostas dos entrevistados referente à pergunta de compreensão de todo o diálogo em determinada audiência da qual eles fizeram parte.

# 2

**Não Sim**

**Apenas parte do diálogo**

**3**

Em continuidade, (**Gráfico 9**) três dos entrevistados responderam que compreenderam parte do diálogo entre os operadores do direito durante as audiências realizadas, sendo que esses são os entrevistados de ensino superior incompleto, ensino médio completo e incompleto. Já os dois com ensino superior completo compreenderam integralmente o diálogo entre advogado e juiz.

A princípio se deve levar em consideração o grau de escolaridade do pesquisado. Contudo, quando a pesquisa avança pelas demais perguntas, verifica- se que o grau de escolaridade não é mais uma variável positiva em favor dos melhores instruídos. Conforme pode ser verificado nos Gráficos 4, 5, 6 e 9, que aos pesquisados foi perguntado acerca da compreensão dos textos jurídicos.

Com a finalidade de sustentar que os níveis de escolaridade (**Gráfico 1**) bem como outros fatores sociais podem intervir na compreensão dos textos apresentados pelos operadores do direito, faz-se necessário citar a lição de Moralles (2006, p. 75):

[...] a barreira social de acesso à Justiça é percebida sobretudo nas camadas mais pobres da sociedade, que em nosso país é a grande maioria da população, pois normalmente o grau de pobreza está atrelado ao grau de pouca educação e informação das pessoas.

Contestando o que foi citado acima, existe um embate entre os dados e a doutrina apresentada sobre o assunto. Moralles apresenta uma ideia de instrução para distinguir o nível de compreensão entre os jurisdicionados, o que não se confirmou na pesquisa, tendo em vista que tanto o pesquisado que não tinha o ensino médio completo, quanto os graduados não entenderam a linguagem jurídica empregada em seus respectivos processos.

Sendo assim, pode-se afirmar que o nível de instrução do jurisdicionado, mesmo em um juízo que impõe legalmente a simplicidade e a informalidade, não pode ser levado em consideração, haja vista que os mais instruídos também sofrem com a complexidade da linguagem jurídica, o que afasta o cidadão do acesso pleno a justiça, mediante o fato de não conseguir realizar a interpretação necessária para atingir o entendimento do que foi decidido ou escrito pelo operador do direito.

No que diz respeito ao **Gráfico 5**, Fonseca (2010), em seu artigo publicado ensina que:

O compromisso com a clareza (tão necessária ao convencimento) parece não existir por parte de muitos. Ao nos depararmos com frases longas e truncadas, que dificultam a leitura, temos duas opções: pular a frase para a próxima ou voltar, reler e tentar compreender. O que faria um juiz estafado, depois de um dia inteiro de audiências e com vários pleitos para apreciar? Arrisco-me a dizer que, salvo raras exceções, qualquer um de nós pularia a frase complicada sem maiores cerimônias.

Resta comprovado a partir da apresentação do **Gráfico 5** que neste momento o advogado falta com a clareza que lhe é necessária para explicar o pleito que está para iniciar ao seu cliente.

Por sua vez, Oliveira e Bassoli (2006, p. 182/183) afirmam o contrário das resultantes da presente pesquisa. Conforme verifica-se:

**Mas a tarefa de interpretar o Direito não se extingue aí. O objetivo maior do intérprete é a compreensão do discurso empreendido pelo Direito como o fim de decidir conflitos**. A interpretação jurídica deve ser compreendida como um ato complexo que alia atitude dogmática e atitude não dogmática frente à insuficiência da Ciência Jurídica Dogmática para a solução dos conflitos intersubjetivos (grifo nosso).

No que concerne à compreensão das decisões proferidas pelos magistrados (**Gráfico 6**), a pesquisa demonstrou que 100% (por cento) dos pesquisados não entenderam plenamente o que foi decido pelo juiz no processo judicial em que foi parte. Isso comprova que a linguagem jurídica é um dos elementos que contribui para o afastamento do cidadão que recorre junto ao poder judiciário. Mas, mesmo existindo essa linguagem rebuscada, as ações que desburocratizam a linguagem ainda estão sendo desenvolvidas pelos tribunais de justiça estaduais e pela justiça federal.

Para sustentar o que foi citado e se preocupando com a compreensibilidade da linguagem jurídica, tem-se o discurso de posse da ministra do Supremo Tribunal Federal, Exma. Ministra Ellen Gracie, que disse:

[...] **Que a sentença seja compreensível a quem apresentou a demanda e se enderece às partes em litígio. A decisão deve ter caráter esclarecedor e didático**. Destinatário de nosso trabalho é o cidadão jurisdicionado, não as academias jurídicas, as publicações especializadas ou as instâncias superiores. Nada deve ser mais claro

e acessível do que uma decisão judicial bem fundamentada (grifo nosso) (BRASIL, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2006).

A simplificação da linguagem jurídica perpassa por vias políticas, com o viés de democratizar o acesso ao direito, o que acarretaria o fim da monopolização do jargão jurídico, e abolindo com o privilégio do acervo de seus especialistas. Bittar (2010) aponta o uso indiscriminado do juridiquês como sendo uma ofensa ao próprio procedimento de democratização do direito, o qual distancia o cidadão dos mecanismos de uso do direito, bem como de sua compreensão, com principal enfoque nas decisões judiciais.

Dando continuidade a pesquisa, faz-se necessário apresentar as perguntas referentes aos gráficos 2 e 3, que tratam do conhecimento acerca da legislação, bem como da participação dos entrevistados em processos.

No **Gráfico 2**, os pesquisados tiveram que responder se já haviam réu ou autor. Já no **Gráfico 3**, exigia-se uma resposta por parte dos entrevistados que para a pesquisa demonstra sua importância, pois os pesquisados deveriam responder de forma objetiva, se já leu determinada lei em vigência. Uma possível suposição para essa pergunta de que, se determinada pessoa leu ou tem o hábito de ler determinada legislação sua compreensão acerca do texto jurídico pode atingir outro patamar.

**Gráfico 6: Pergunta 2 –** Respostas dos entrevistados referente à pergunta se já foi autor, réu, testemunha ou jurado em um processo.

## 2

**Não**

**Sim**

**3**

**Gráfico 7: Pergunta 3 –** Respostas dos entrevistados referente à pergunta se já leu qualquer tipo de legislação (Constituição Federal, Código Civil, Código Penal, etc...).

## 2

**Não Sim**

**Apenas parte da lei**

**3**

A partir do exposto no **Gráfico 3,** fica evidente que a suposição a respeito da leitura prévia da legislação pode ser classificada como uma porta de entrada para a compreensão de determinado texto jurídico, pois a interação com as palavras do universo jurídico pode garantir uma melhor compreensão das peças processuais. Tal questão será melhor discutida na subseção 4.4.2 do presente trabalho, a qual apresentará de forma surpreendente a falta de interpretação dos textos jurídicos por parte dos magistrados.

Acredita-se que, quanto maior for o conhecimento da linguagem que envolve o universo jurídico, maior será seu grau de compreensão nas peças processuais. Tal fato pode ser corroborado pela obra de Cesare Beccaria, a qual em sentido *lato* ao presente tema relata ser de suma importância para compreensão das leis:

Quanto maior for o número dos que entenderem e tiverem nas mãos o sagrado código das leis, tanto menos freqüentes serão os delitos, pois não há dúvida de que a ignorância e a incerteza das penas contribuem para a eloqüência das paixões (BECCARIA, 2009, p. 40).

Sendo assim, se o cidadão tiver conhecimento dos seus direitos, por meio das leis e demais materiais jurídicos, provavelmente seu entendimento será aumentado, ao ponto de levar este à compreensão do conteúdo exposto.

Nos **Gráficos 7 e 8**, são expressas as primeiras vontades dos jurisdicionados

ao procurarem seus representantes judiciais.

**Gráfico 8: Pergunta 7 –** Respostas dos entrevistados referente à pergunta de que quando se tem algum direito violado por outrem, qual é a primeira fonte de pesquisa?

**Advogado**

**Pesquisa na Internet Legislação**

## 4

**1**

**Gráfico 9: Pergunta 8 –** Respostas dos entrevistados referente à pergunta de que quando procurou o Juizado Especial Cível para protocolizar seu pedido, quem redigiu a peça.

**Advogado**

**Servidor Público Pesquisado**

## 5

De acordo com os **Gráficos 7 e 8**, o advogado em sua maioria é o primeiro profissional procurado quando o cidadão tem o seu direito violado. Contudo, para que fique bem esclarecido, este profissional ao redigir a peça processual tem que se

fazer entender, isto é, ser claro em suas alegações, até mesmo para evitar que seu cliente fique sem entender o que foi pleiteado. Moreno e Martins (2006, p. 23) corroboram o que foi citado, a respeito da escrita do advogado:

[...] a linguagem deficiente é duramente punida em juízo**. O advogado pode perder o processo, obter apenas parte do que esperava ou nem sequer ser compreendido**. Não há uma segunda chance, pois a coisa julgada é imutável (grifo nosso).

Entretanto, o que salta aos olhos diante da pesquisa (**Gráfico 8**) refere-se ao fato da dependência da parte para requerer seu direito por meio do advogado ou até mesmo para que se tire uma dúvida por meio de consulta. Cabe ressaltar que, para se pleitear o direito diante do Juizado Especial Cível, a presença do advogado é dispensada em determinadas etapas processuais, como forma de auxílio preliminar do profissional.

**Gráfico 10: Pergunta 10 –** Respostas dos entrevistados referente à pergunta de que no seu entendimento a linguagem utilizada pelo advogado, promotor ou juiz, deveria ser mais simples ou de melhor compreensão para população, com a finalidade de explicar com mais clareza o que foi decidido.

**Não**

**Sim**

## 5

De maneira unânime, as partes ao responderem à pergunta inserida no **Gráfico 10**, disseram que gostariam que a linguagem jurídica fosse mais simples, isto é, com mais clareza.

Não é só a população que clama pela simplificação da linguagem jurídica, mas também os próprios operadores do direito, conforme se pode confirmar nas palavras do desembargador aposentado, Alexandre Moreira Germano, que a disposição contemporânea é de escritas bem elaboradas, contudo, simples e diretas, que não exageram na linguagem empolada, sequer dos termos do meio jurídico. A leitura não pode ser feita de qualquer forma, então para isso o que deve ser trabalhado é a facilitação da leitura. Quando se menciona o empenho na facilitação, o que se quer é a resolução dos conflitos existem entre as partes, sem que haja maiores entraves na escrita processual. Por via de consequência, o juiz recomenda a não utilização de expressões em latim, ou mesmo idiomas estrangeiros, que não seja o próprio jargão jurídico, tendo em vista que o próprio português bem redigido atende as necessidades literárias do processo judicial (GERMANO, 2005).

Na mesma linha de raciocínio Luciana Helena Palermo de Almeida Guimarães escreve que:

**O Direito e seus operadores não falam só para si. Falam para uma audiência mais ampla, a sociedade. Por isso, utilizam uma linguagem pública, que deve ser acessível a todos**. O domínio da linguagem jurídica apenas por um grupo é um fato de posse. Entretanto, ela não é fixa, evolui, é prática (grifo nosso) (GUIMARÃES, 2012, p. 175).

Diante de toda pesquisa apresentada, resta configurado que os processos judiciais devem observar os princípios norteadores do Juizado Especial Cível, em especial o da simplicidade e da informalidade, para que as ações tenham seu trâmite correto e que atenda aos direitos pleiteados pelo cidadão.

## Da linguagem das petições e dos discursos jurídicos aos operadores do direito

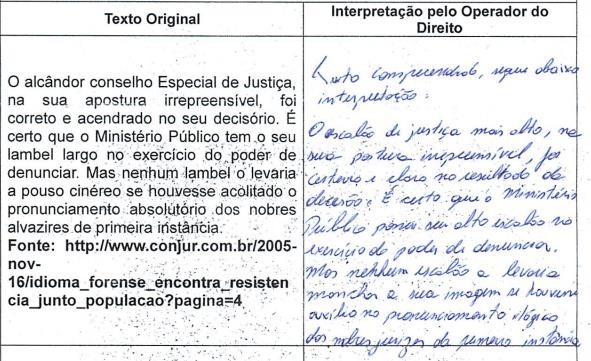
Neste momento, o questionário (**Apêndice A**) apresentado aos magistrados que atuaram nos processos judiciais selecionados, ora objetos da pesquisa, demonstra ser de suma importância, pois visa atestar toda a compreensão dos

magistrados acerca dos textos com emprego de juridiquês, qual seja um texto composto de uma linguagem complicada e de difícil interpretação.

O questionário destinado aos magistrados foi construído a partir de textos publicados em sites jurídicos, com a finalidade de extrair a interpretação sob a ótica do entrevistado, no qual este deveria ler o texto na coluna do questionário e ao lado transcrever o que foi depreendido do texto.

O professor Francisco Borba, dicionarista e também membro da UNESP da cidade de Araraquara, defende que não há possibilidade de escapar da linguagem técnica utilizada pelo operador do direito, conforme ensina: ―A linguagem técnica tem de ser exata. Ela não pode ser ambígua nem conotativa. O jargão jurídico é opaco para o leigo, mas não para o profissional‖ (BORBA, 2003).

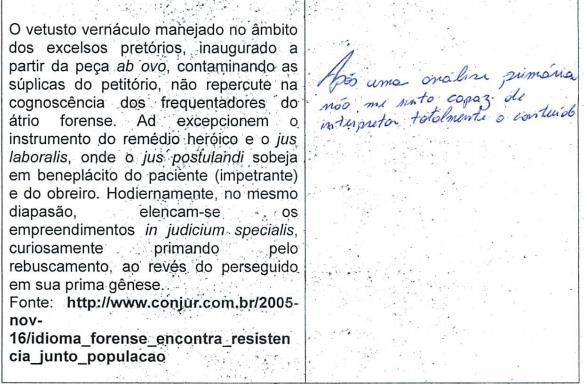
Durante a pesquisa realizada com os magistrados que atuaram nos processos selecionados, estes foram indagados sobre a linguagem jurídica rebuscada, por meio de textos jurídicos retirados da internet com juridiquês em seu conteúdo, conforme expostos no quadro da **Figura 06**.



**Figura 07 - JUIZ 1 – Primeiro Texto Fonte:** <<http://www.conjur.com.br/2005-nov->

16/idioma\_forense\_encontra\_resistencia\_junto\_populacao?pagina=4>

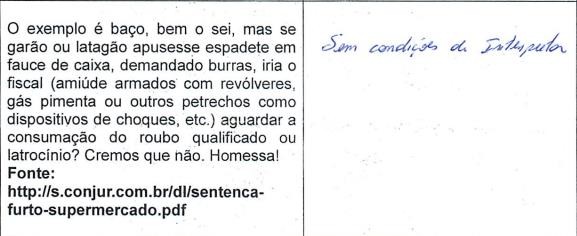
No **Primeiro Texto**, o magistrado 1 foi categórico em afirmar antes de transcrever o texto, que foi compreendido. Ao analisar a transcrição feita pelo juiz verificou-se que o texto foi interpretado da maneira correta, esclarecendo todo conteúdo obscuro, isto é, dando clareza ao juridiquês exposto no texto apresentado.



**Figura 08 - JUIZ 1 – Segundo Texto**

**Fonte:** <http://www.conjur.com.br/2005-nov-16/idioma_forense_encontra_resistencia_junto_populacao>

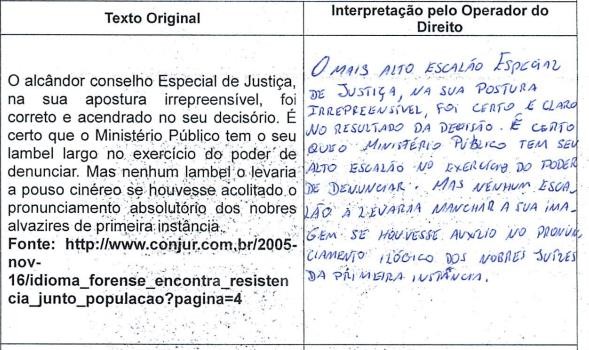
Já no **Segundo Texto** apresentado ao magistrado 1, este se sentiu incapaz no momento de interpretar e dar clareza ao texto. Imagine a seguinte hipótese, o magistrado ao julgar o processo não entende o que está sendo requerido. Diante da situação, o magistrado pode deixar de julgar a ação ou até mesmo deixar para depois, tendo em vista que este não pode perder tempo procurando nos websites, nem mesmo em dicionários os significados de palavras tão difíceis ou até mesmo arcaicas.



**Figura 09 - JUIZ 1 – Terceiro Texto**

**Fonte:** <http://s.conjur.com.br/dl/sentenca-furto-supermercado.pdf>

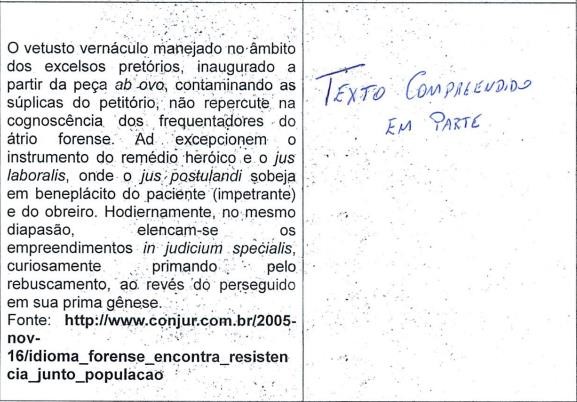
No **Terceiro Texto,** também apresentado ao magistrado 1, é destacado pelo mesmo que sentiu-se incapaz de interpretar e de esclarecer o conteúdo proposto. Isso comprova que nem mesmo os operadores do direito estão livres de serem surpreendidos por uma linguagem rebuscada e de difícil interpretação. Como que um juiz pode decidir um processo em que a linguagem é como a do texto supracitado. Isso confirma que, se o texto não for claro, acontecerá duas hipóteses, sendo a primeira relacionada a demora para a tomada de decisão acerca da causa e a segunda, de a mesma ser julgada sem resolver o mérito do processo.



**Figura 10 - JUIZ 2 – Primeiro Texto Fonte:** <<http://www.conjur.com.br/2005-nov->

16/idioma\_forense\_encontra\_resistencia\_junto\_populacao?pagina=4>

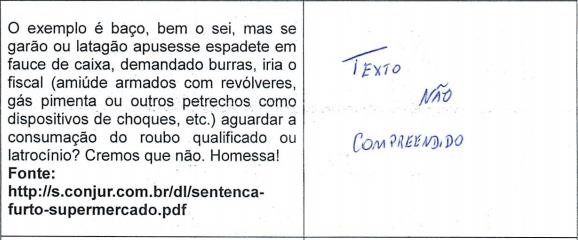
O segundo magistrado entrevistado, também interpretou o **Primeiro Texto** com facilidade, conforme se verifica na **Figura 09**. Cumpre ressaltar, que o juiz 2 iniciou a interpretação diferente do primeiro magistrado, mas não atribuiu outra interpretação ao texto enfrentado. Sendo assim, pode-se afirmar que o primeiro texto, mesmo contendo conteúdo rebuscado, sua interpretação não foi dificultada.



**Figura 11 - JUIZ 2 – Segundo Texto**

**Fonte:** <http://www.conjur.com.br/2005-nov-16/idioma_forense_encontra_resistencia_junto_populacao>

Analogamente ao magistrado 1, o segundo não compreendeu totalmente o **Segundo Texto**, informando: ―texto compreendido em parte‖. Não obstante, o conteúdo compreendido não foi revelado pelo magistrado, o que leva a crer que, se essa frase fosse exposta em uma ação que este juiz estivesse julgando, provavelmente ele iria demorar um pouco mais, por conta da pesquisa para transcrever o texto em uma linguagem mais clara, ceifando assim, o direito do cliente de obter uma decisão de forma mais ágil.



**Figura 12 - JUIZ 2 – Terceiro Texto**

**Fonte:** <http://s.conjur.com.br/dl/sentenca-furto-supermercado.pdf>

De igual forma, o **Terceiro Texto** não foi interpretado pelo magistrado 2, tendo em vista que se trata de uma linguagem tão rebuscada, que o texto automaticamente se torna incompreensível, até mesmo para os operadores do direito, o que pode ser ratificado quando o magistrado escreve ―texto não compreendido‖.

De acordo com obra elaborada por Francisco da Silva Borba, que foi apresentada antes da exposição da pesquisa realizada com os magistrados, o operador do direito tem o dever de conhecer o vocabulário jurídico. Todavia, não foi o que se confirmou na pesquisa apresentada (**Apêndice A**), que ao se deparar com discursos envolvidos pelo juridiquês, os magistrados não souberam interpretar da forma correta as frases, bem como informaram que desconheciam o significado das palavras utilizadas para elaborar os discursos.

Para corroborar, Gérman Bidart Campos (*apud* CÁRCOVA, 1998, p. 37), afirmar que:

[...] **há normas tão complicadas, tão mal redigidas, tão confusas, de tanta exuberância regulamentarista, de técnica tão deficiente, que até os especialistas da mais alta qualidade e perícia quebram a cabeça para entender o que o autor quis dizer.** Como então querer que o comum das pessoas as conheça, as compreenda e as cumpra! (grifo nosso).

O jurista Eliasar Rosa é outro profissional defensor de uma linguagem simples, mais clara, com menos rebuscamento em seus discursos. Este afirma que:

Em verdade, não é a correção a primeira ou maior virtude do estilo. A clareza é que o é, não apenas para o advogado, mas para todos, pois que a linguagem é o meio geral de comunicação, seu fim supremo. Daí por que, quanto mais clara for, mais útil e eficaz ela será para preencher sua finalidade. Quem é obscuro manifesta, desde logo, ou o desejo de não ser facilmente compreendido, ou a inaptidão para se comunicar (ROSA, 2003 *apud* SOUZA, 2011, p. 27).

Inúmeras são as manifestações a fim da simplificação da linguagem jurídica, em especial, as citadas por Bidart Campos e Rosa, tendo como mais um de seus adeptos o jurista Kaspary (2003, p. 2), que em seu texto intitulado ―Linguagem do Direito‖ explanou:

O que se critica, e com razão, é o rebuscamento gratuito, oco, balofo, expediente muitas vezes providencial para disfarçar a pobreza das ideias e a inconsistência dos argumentos. O Direito deve sempre ser expresso num idioma bem-feito; conceitualmente preciso, formalmente elegante, discreto e funcional. A arte do jurista é declarar cristalinamente o Direito.

Ante o exposto, pode-se afirmar que todos os esforços foram e estão sendo empreendidos para que a linguagem jurídica seja revista e simplificada, com a finalidade de proporcionar o conhecimento e entendimento das partes processuais envolvidas, que a partir da pesquisa apresentada, não são apenas os cidadãos, mas também os magistrados, tendo em vista a dificuldade de interpretar as frases extraídas de peças processuais, envolvendo discursos jurídicos.

## 4.4 A Linguagem Jurídica Descomplicada do Juizado Especial Cível como mecanismo de Acesso à Justiça

A partir dos estudos apresentados, evidencia-se que o excesso na aplicabilidade do jargão jurídico, com um elevado grau de formalismo, acompanhado por difíceis nomenclaturas, vem sendo apontado como um dos motivos que leva o

distanciamento do cidadão ao acesso pleno à justiça, isto é, a tutela jurisdicional socorre enquanto norma, mas distancia no que tange a compreensão do jurisdicionado.

No ano de 2005, o magistrado Rodrigo Collaço, ex-presidente da AMB, disse:

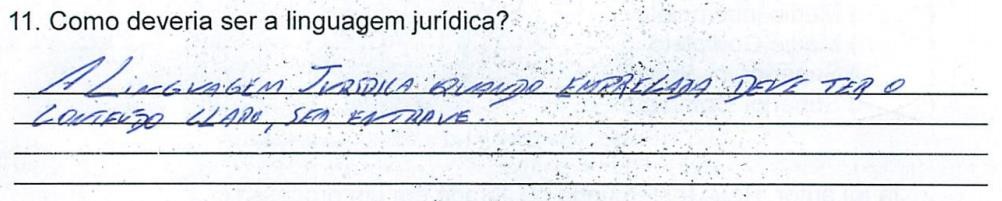
―a linguagem jurídica afasta a população do Poder Judiciário‖ (ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS, 2005). Sendo assim, é de suma importância considerar a linguagem jurídica como um dos obstáculos ao acesso justiça, de acordo com as palavras do magistrado.

O acesso à justiça não pode ser encarado como um simples direito, mas sim como um direito de todo cidadão, capaz de aproximá-lo do poder judiciário, com a finalidade de resolução dos seus problemas. Sobre a universalidade desse direito, Hess (2004, p. 01) escreve que ―o conceito de acesso à justiça é universal‖, o que corrobora com o supracitado.

É Público e Notório que o direito evolui a partir da evolução da sociedade e não foi diferente com o conceito de acesso à justiça, como destaca Moralles (2006,

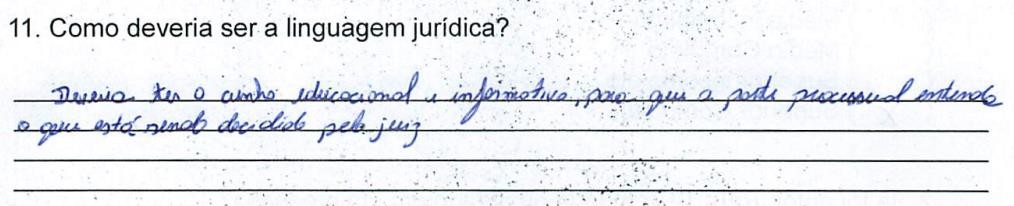
p. 53), ―[...] como acesso a uma ordem de valores e direitos selecionados pela sociedade que permitam a realização do ideal de justiça social, oportunidades equilibradas aos litigantes, participação democrática e tutela jurisdicional efetiva‖.

Noutro lado, a partir da apresentação das respostas produzidas no questionário (**Apêndice B**), durante a resposta da questão 11, tem-se a certeza de que a linguagem jurídica ainda distancia o cidadão do acesso pleno à justiça, tendo em vista que a não compreensão do texto jurídico restou evidenciado, conforme destaque nas Figuras 12, 13, 14. 15 e 16, as quais compõem as respostas formuladas pelos pesquisados, com a finalidade de responder como é que deveria ser a linguagem jurídica, de forma simples e direta.

.

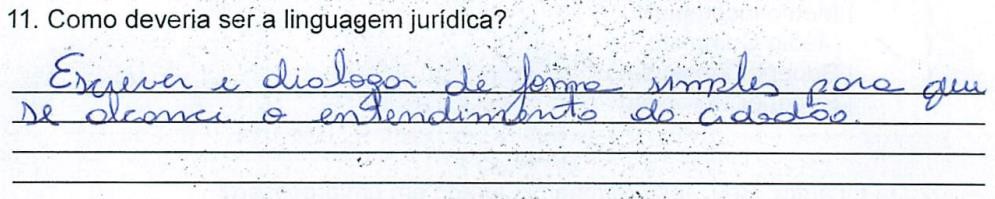
**Figura 13 - PESQUISADO A**

**Fonte:** Questão 11 do Apêndice B



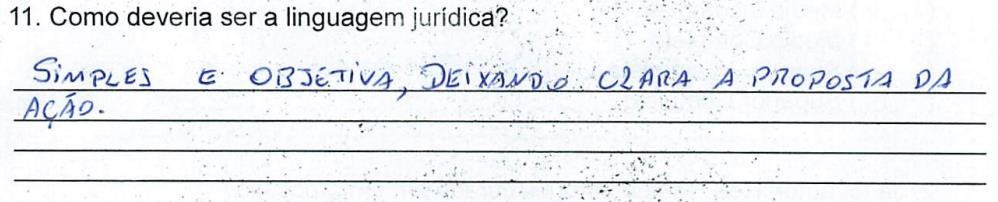
**Figura 14 -PESQUISADO B**

**Fonte:** Questão 11 do Apêndice B



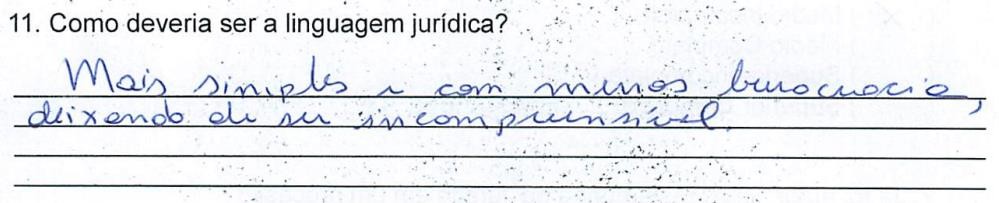
**Figura 15 -PESQUISADO C**

**Fonte:** Questão 11 do Apêndice B



**Figura 16 -PESQUISADO D**

**Fonte:** Questão 11 do Apêndice B



**Figura 17 -PESQUISADO E**

**Fonte:** Questão 11 do Apêndice B

Após uma análise mais detalhada das respostas referentes à questão n° 11 resta comprovado que existe a essência do interdiscurso entre eles, tendo em vista que a partir das respostas dos entrevistados, estes mencionam a simplificação da linguagem jurídica, bem como sua objetividade, no qual iria auxiliar no acesso à justiça.

Os pesquisados ―A‖ e ―D‖ detalharam que a linguagem jurídica empregada no processo judicial deve ser clara e sem entrave, escrita de forma objetiva e simplificada. A pesquisa quando confrontada com os teóricos ganha respaldo, pois as duas partes conversam na mesma língua, quando o assunto é a dificuldade de interpretar os textos jurídicos.

Já o pesquisado ―B‖ direcionou sua resposta ao conteúdo que é exposto pelo magistrado nas decisões, que ainda possuem um texto complicado de ser interpretado.

De igual forma, os pesquisados ―C‖ e ―E‖, descreveram que a linguagem jurídica quanto menos burocrática mais fácil será sua compreensão e que a partir daí o entendimento seria estendido a todos os cidadãos.

Tudo que foi exposto na resposta 11 do **Apêndice B**, pelos pesquisados confirma que a população independente do seu grau de instrução, ainda não está habituada com o jargão jurídico e que essa variante de linguagem truncada causa desconforto no jurisdicionado, tendo em vista que os textos jurídicos como um todo ou parte ainda não são compreendidos, o que afasta o cidadão do acesso pleno à justiça.

Quando se remete a ideia de Estado Democrático de Direito deve-se levar em consideração o conceito deste, visto que, no que diz respeito à informação jurídica, quando posta ao alcance de todos os cidadãos, esse Estado tem o dever de exercer seu papel para que todos sejam contemplados. Por outro lado, o desconhecimento de qualquer direito inerente ao cidadão, acaba por enterrar o direito que poderia ser positivado. Ainda sobre o desconhecimento do conteúdo jurídico, este é apontado também, como uma das causas colaboradoras de obstáculos ao acesso à justiça.

A legislação em vigência, de forma não apenas presumida, mas também positivada, determina que ninguém pode alegar desconhecimento da lei conforme preconiza o artigo 3º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

Contudo, no momento em que a ordem é transmitida, ela deve ser compreendida, devendo se colocar de forma simples isto é com conteúdo informativo, para que o cidadão saiba quais são os seus direitos, bem como seus deveres. Essa mesma norma deve conter um padrão simplificado e direto, utilizando-se de uma linguagem que pode ser conhecida por toda sociedade.

A linguagem jurídica é uma criação que está sempre em construção e desconstrução, bem como está inserida em um meio sociocultural que se caracteriza pela sua importância na efetivação do direito ao acesso à justiça. Não obstante, essa linguagem pode também ser considerada como uma barreira entre o cidadão e o acesso à justiça, pois dependendo de como é empregada, se torna incompreensível, independendo se é escrita ou oral, gerando como consequência o desconhecimento do direito.

Em consonância ao citado em capítulos anteriores, o Juizado Especial Cível foi criado para atender as demandas de menor complexidade, do mesmo modo que, deverá este servir ao cidadão com uma tramitação mais célere e como maior acesso ao cidadão comum, sobretudo dos que se apresentam desacompanhados de seus advogados, mas sempre se lembrando da ressalva da intervenção do advogado quando existir recurso interposto por qualquer das partes interessada, conforme determina o art. 41, § 2º16 da Lei Federal n° 9.099/95.

A linguagem jurídica pode ser simplificada, isto é, depende da maneira que é aplicada pelo operador do direito. Sobre essa questão, Arrudão (2007) produziu um paralelo de como seria a linguagem jurídica com e sem o juridiquês:

No ―juridiquês‖: ―Com espia no referido precedente, plenamente afincado, de modo consuetudinário, por entendimento turmário interativo e remansoso, e com amplo supedâneo na Carta Política, que não preceitua garantia ao contencioso nem absoluta nem ilimitada, padecendo ao revés dos temperamentos constritores limados pela dicção do legislador infraconstitucional, resulta de meridiana clareza, tornando despicienda maior peroração, que o apelo a este Pretório se compadece do imperioso prequestionamento da matéria abojada na insurgência, tal entendido como expressamente abordada no Acórdão guerreado, sem o que estéril

16 Art. 41. Da sentença, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado. **§ 2º No recurso, as partes serão obrigatoriamente representadas por advogado (grifo nosso)**.

se mostrará a irresignação, inviabilizada ab ovo por carecer de pressuposto essencial ao desabrochar da operação cognitiva.‖

No português: Um recurso, para ser recebido pelos tribunais superiores, deve abordar matéria explicitamente suscitada pela instância inferior ao julgar a causa. Isso não ocorrendo, será pura e simplesmente rejeitado, sem exame do mérito da questão.

No ―juridiquês‖: ―V. Exª. data máxima vênia não adentrou às entranhas meritórias doutrinárias e jurisprudenciais acopladas na inicial, que caracterizam, hialinamente, o dano sofrido.‖

No português: V. Exª. não abordou devidamente a doutrina e a jurisprudência citadas na inicial, que caracterizam, claramente, o dano sofrido.

Diante do exposto, qual seria o motivo para complicar o entendimento dos envolvidos no processo? Uma das respostas seria a falta de entendimento e o domínio do discurso, que poderia levar ao êxito da causa, mesmo não se fazendo entender. Contudo, o que vem ocorrendo no universo jurídico é o contrário. Souza (2007, p. 03) cita que:

O que não se deve aceitar é a linguagem empolada, o estilo rebuscado. Ou inventar certas expressões como ―caderno investigatório‖ para referir-se ao inquérito policial; ou ―libelo inicial‖ para referir-se às denúncias do Ministério Público. […] O que convém usar, parece-me, é o termo exato, independentemente de ser simples ou difícil.

Para reforçar o supramencionado, faz-se necessário trazer ao presente trabalho a citação de Wambier e Rodrigues (2007, p. 47):

Até porque, como linguagem é poder, esconder a verdade por meio de expressões desconhecidas da média da sociedade significa robustecer, ainda mais, uma das facetas do multifacetado fenômeno da exclusão social.

Sendo assim, resta claro que o conceito moderno sobre a linguagem jurídica e sua aplicabilidade passa pela simplificação, com a finalidade de levar ao conhecimento do jurisdicionado, bem como do próprio operador do direito tudo aquilo que está sendo requerido no processo.

Para confirmar, Guimarães (2012, p. 175) cita em seu artigo que:

Linguagem clara, portanto, é aquela que apresenta alto nível de qualidade, sem omissão de palavras ou sem uso de signos que sejam compreendidos somente por um determinado grupo de pessoas. Entretanto, quando primamos pela simplificação da linguagem jurídica, não estamos defendendo a vulgarização dela, nem estimulando o desuso de termos técnicos necessários ao contexto forense, mas sim, combatendo os excessos que podem facilitar o entendimento do cidadão, ficando mais acessível para todos. Portanto, a simplificação da linguagem jurídica deve ser vista como um instrumento fundamental que oportuniza o acesso à Justiça e contribui, efetivamente, para a atuação do Poder Judiciário como um todo.

A pesquisa se afunila e os detalhes surgem, a linguagem jurídica sofre influência negativa dos operadores do direito? Os princípios legais são observados e sua aplicabilidade é feita nos processos judiciais? O direito ao acesso à justiça, mencionado desde 1988 na Constituição Federal do Brasil é garantido ao cidadão?

Em uma primeira análise, apresentada na pesquisa de campo realizada, verificou-se que, o cidadão mesmo estando amparado por um sistema jurídico mais acessível, tanto no pleito do pedido, quanto na tramitação processual, ainda não se vê totalmente amparado, pois como restou configurado, o cidadão não compreendeu o texto jurídico, e na melhor das hipóteses entendeu parcialmente a decisão.

Sendo assim, como que um cidadão que entendeu apenas parte do que foi decido, pode cumprir integralmente a decisão prolatada pelo magistrado? Essa é uma das maiores interrogações que emergiu durante a pesquisa.

No que diz respeito à linguagem como forma de tornar o processo mais ágil, pode-se afirmar que, de nada adiantará se a linguagem for simples e o processo for lento, isso não atenderá aos anseios populares, por uma justiça mais célere. Nesse contexto existem variáveis que tornam o processo lento, como por exemplo, o excesso de formalismo nas produções dos textos jurídicos apresentados pelos advogados das partes.

Não foi objeto da pesquisa, mas um dos motivos que pode tornar o processo mais lento é o excesso de trabalho, isto é, o acúmulo de processos e o baixo número de servidores, são fatores que ocasionam a lentidão processual?

Para responder a essa pergunta, faz-se necessário mencionar o relatório apresentado no ano de 201617 ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o qual demonstra que a produtividade dos magistrados aumentou em relação ao ano anterior em quase dois milhões de ações a menos, isto é, o número foi reduzido devido à produtividade dos servidores (auxiliares e magistrados).

Contudo, cumpre destacar que durante a construção desta dissertação foi verificado que, em três das cinco ações analisadas, os princípios processuais foram empregados pelo advogado da parte, mas mesmo assim, no trâmite do processo, nas decisões proferidas pelos magistrados, as partes não as compreenderam, o que evidencia que o cidadão não entende parte de seu processo judicial.

Por consequência, tornar a linguagem jurídica mais simples faz dela um mecanismo essencial na promoção do acesso à justiça, a qual auxilia na compreensão da atividade e na execução por parte do Poder Judiciário como um todo, tendo em vista que, com uma linguagem rebuscada nem mesmo o próprio membro do Poder Judiciário será compreendido.

Em sua obra publicada na Revista Pensar, Nirlene da Consolação da Oliveira, traduz exatamente o que a linguagem jurídica é para a justiça brasileira.

À discussão desta questão, outras se colocam paralelamente, quando não, preliminarmente: **o reconhecimento da linguagem jurídica como tal, o entendimento da linguagem jurídica como entrave ao acesso à Justiça, a compreensão dos mecanismos de manutenção de uma linguagem e dos motivos que a fomentam, o reconhecimento do direito constitucional de acesso à Justiça e, finalmente, o grau de importância que tem a linguagem jurídica, como elemento de interação entre o Judiciário e os cidadãos, e como veiculadora do direito em um Estado democrático** (grifo nosso) (OLIVEIRA, s.d, s.p).

O referido trecho permite-nos dialogar com Foucault (1998), quando este ressalta que discurso é poder. Para o autor, o discurso empregado soa como forma de poder, ao passo que a sua atuação se dá como instrumento de controle, coerção e exclusão social. Foucault destaca que os discursos na sociedade são controlados, selecionados e organizados. Dessa forma, os discursos do judiciário não podem ser

17 Relatório ―Justiça em Números‖. Disponível em:

<<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/10/b8f46be3dbbff344931a933579915488.pdf>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2018.

dissociados dessa prática, uma espécie de ritual que determina para os sujeitos que falam, bem como do lugar em que falam, simultaneamente, propriedades singulares e papéis preestabelecidos.

A linguagem jurídica faz parte de um dos mecanismos sociais para que o cidadão possa ter acesso à justiça. No que tange ao entendimento das decisões, foi corroborado na presente pesquisa, tanto pelos teóricos quanto pela pesquisa de campo realizada, que o cidadão não pode ficar à margem da sociedade e seu direito ao acesso pleno à justiça não pode ser ceifado.

Destarte, quando os elementos (princípios legais, linguagem adequada e trâmite processual) encontram-se acoplados, o processo tende a ser mais célere, tendo em vista os dados apresentados anteriormente, o que atende aos anseios do cidadão que busca o Poder Judiciário para solucionar seu litigio da maneira mais eficiente.

## CONCLUSÃO

Em um primeiro momento foram expostos os conceitos sobre língua e linguagem a partir dos teóricos da área de língua portuguesa, bem como os teóricos que estudam e publicam sobre linguagem jurídica e seus reflexos no âmbito jurídico, informando ainda que, a língua além de ser o principal veículo de comunicação entre as partes processuais e seus respresentantes legais. Foi também mencionado o conceito de jargão e sua aplicabilidade pelo operador do direito e quais são os seus reflexos na vida do cidadão, a depender da aplicabilidade por parte do operador do direito.

No que diz respeito ao Juizado Especial Cível foi apresentado todo contexto histórico, bem como a aplicabilidade dos princípios norteadores que os operadores do direito devem seguir, isto é, trata-se de uma imposição legal que o advogado, juiz, e demais manuzeadores dos processos devem observar. Os princípios legais elencados são de suma importância, mas alguns se destacam, como por exemplo, o da simplicidade e informalidade processual, bem como o da celeridade processual, nos quais o operador do direito deve se escorar para nortear a sua redação.

Ao mencionar o acesso à justiça foi tomado o devido cuidado, visto que o acesso à justiça não é apenas ter acesso ao prédio do Poder Judiciário, mas sim ter acesso a todo serviço público que a justiça pode oferecer a fim de que o cidadão possa ver seu direito garantido, pois se trata de um direito constitucional fundamental garantido desde 1988. Sendo assim, o acesso à justiça é resultado de um conjunto de garantias, que em determinados casos poderá ser expresso, concedendo o direito ao cidadão de procurar as vias judiciais para pleitear e apresentar suas razões enquanto parte processual. Cumpre destacar, que o direito ao acesso à justiça também poderá ser exercido junto aos poderes executivo e legislativo.

Ademais, caso o direito ao acesso à justiça seja negado sem fundamento, estará ceifando o princípio supremo do ordenamento jurídico pátrio, qual seja o da dignidade da pessoa humana, que norteia grande parte do universo jurídico. A dignidade da pessoa humana deve ser analisada antes de qualquer princípio ou direito, pois este será o alicerce para os julgamentos.

Contudo, no que se refere à questão-chave da pesquisa, qual seja, saber se a linguagem jurídica é compreendida ou não pelo cidadão, importa mencionar que a pesquisa não direcinou o nível de escolaridade, focando apenas na natureza das ações que tratavam processos que discutiam a revisão contratual. Durante a apresentação dos questionários aos jurisdicionados, existiam aqueles que apenas tinha o ensino fundamental completo, até a parte que já era graduado, o que leva a pesquisa a outro patamar.

Utilizando-se da analise do discurso, a presente pesquisa buscou analisar os discursos das partes processuais ao responderem o questionário proposto (**Apêndice B**), com a finalidade determinar entre eles o interdiscurso, o que se confirmou, pois dentre todas as respostas apresentadas, o resultado foi que, as partes afirmaram que a linguagem jurídica deve ser simplificada e que também deve conter o conteúdo mais objetivo.

De acordo com o questionário apresentado e respondido na pergunta 1 (**Gráfico 1**), em conjunto com as perguntas 5 e 6 (**Gráficos 5** e **6**) leva a concluir que, independente do nível de escolaridade, a linguagem jurídica quando truncada dificulta o entendimento dos cidadãos. Sendo assim, a escolaridade quando se trata da aplicabilidade do juridiquês nas peças processuais, não é uma variável a ser considerada, com vantagem em favor de quem possui um nível mais graduado no ensino.

Outro questionamento levantado e de suma importância é acerca da linguagem utilizada no Juizado Especial Cível, quando a parte está desacompanhada de advogado. Foi comprovado na pesquisa que mesmo acompanhada pelo advogado a parte não compreendeu elementos da peça processual inicial e nem mesmo a decisão proferida pelo magistrado (**Gráficos 5** e **6**).

Com fundamento nos dados apresentados, pode-se afirmar que o cidadão não possui condição de entender o conteúdo decisório proferido pelo juiz, nem mesmo o que foi escrito por seu advogado. Cabe esclarecer que uma importante questão foi descartada, qual seja o nível de escolaridade, pois até mesmo os graduados não souberam interpretar totalmente os conteúdos descritos nas peças processuais, conforme se pode confirmar no **Gráfico 1**, que demonstra o nível de

escolaridade.

Em consequência, a hipótese levantada durante a pesquisa foi confirmada após análise dos dados colhidos nos questionários, corroborando que a linguagem jurídica ainda demonstra ser rebuscada e que dificulta o entedimento por parte do cidadão, que tem acesso pelo Juizado Especial. Ainda, foi confirmado que o operador do direito não observa os princípios elencados na Lei nº 9.099 de 1995, que por outro lado, caso fossem aplicados, levaria uma linguagem mais acessível, o que poderia porpocionar o acesso à justiça ao jurisdicionado.

## 7 REFERÊNCIAS

AGUIAR, Renan. **História do direito**. 4ª ed. Ed. Saraiva. São Paulo, 2010.

ALEXY, Robert. **Teoría de los derechos fundamentales**. Trad. Ernesto Garzón Valdés. 2. reimp. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2001.

ALVARENGA, Darlan. **Associação de Juízes lança campanha para banir o “juridiquês”**. 2005. Disponível em:

<http[:www.a](http://www.amb.com.br/index2014.asp?secao=mostranoticia&amp;mat_id=1436)m[b.com.br/index2014.asp?secao=mostranoticia&mat\_id=1436](http://www.amb.com.br/index2014.asp?secao=mostranoticia&amp;mat_id=1436)>. Acesso em: 21 set. 2016.

AMARAL, Francisco. **Direito Civil Introdução**. 6 ed. São Paulo: Renovar. 2006. AMB. **Associação dos Magistrados Brasileiros**. Disponível em:

<[www.amb.com.br/amb-leva-campanha-para-simplificar-o-juridiques-a-sao-paulo>.](http://www.amb.com.br/amb-leva-campanha-para-simplificar-o-juridiques-a-sao-paulo) Acesso em: 08 nov. 2017.

ANDRADE, Valdeciliana da Silva Ramos. **A construção da causalidade na vertente dos gêneros textuais: uma análise da argumentação jurídica**. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em:

<<http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=231>>. Acesso em: 04 out. 2016.

ANDRÉ, Marli; LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. EPU, 1986.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução e notas Manuel Alexandre Júnior. Obras Completas de Aristóteles, coordenação de Antônio Pedro Mesquita. 8° Volume, tomo

I. Lisboa, 2005.

ARNAOUTOGLOU, Ilias. **Leis da Antiga Grécia**. ED: Odysseus, São Paulo, 2005.

ARRUDÃO, Bias. **O juridiquês no banco dos réus**. In: Revista Língua Portuguesa, ano I. São Paulo: segmento, n. 2, junho/dez. 2007.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. **O Judiciário ao alcance de todos: noções básicas de juridiquês**. 1. ed. Brasília: Ediouro Gráfica e Editora, 2005.

BACELLAR, Roberto Portugal. **Juizados especiais: a nova mediação paraprocessual**. ED: RT, São Paulo, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec Anna Blume, 2002.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Tradução de J. Cretella Jr. E Agnes Cretella. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Garantia de amplitude de produção probatória**. In: TUCCI, José Rogério Cruz e (coord.). Garantias constitucionais do processo civil. ED: Revista dos Tribunais, São Paulo, 1999.

*.* **Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias e de urgência (tentativa de sistematização)***. 5 ed. ED: Malheiros, São Paulo, 2009.*

BERNARDES, Juliano Taveira; FERREIRA, Olavo Augusto Vianna Alves. **Coleção Sinopses para Concursos, Direito Constitucional.** Tomo I. 5ª ed. ED. JusPODIVM. Bahia, 2015.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **ÉTICA, CIDADANIA E CONSTITUIÇÃO: O DIREITO À DIGNIDADE E A CONDIÇÃO HUMANA**. Disponível em:

<https://[www.passeidireto.com/arquivo/1193189/eduardo\_bittar>](http://www.passeidireto.com/arquivo/1193189/eduardo_bittar). Acesso em: 27 ago. 2017.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Linguagem Jurídica**. 5ª ed., São Paulo: Saraiva, 2010.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**; tradução Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. 7ª reimpressão. ED Nova. Rio de Janeiro. 2004.

BORBA, Francisco da Silva. **AMB lança campanha pela simplificação do juridiquês.**

**Idioma forense encontra resistência junto à população**. Disponível em:<http:// [www.amb.com.br/2005nov16/idioma\_forense\_encontra\_resistencia\_junto\_populaca](http://www.amb.com.br/2005nov16/idioma_forense_encontra_resistencia_junto_populaca)>

. Acesso em: 13 jan. 2018.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

## BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

**Promulgada em 05 de outubro de 1988**. Disponível em:

<<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

. **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. ENUNCIADO 11**. Disponível em:

<<http://www.cnj.jus.br/corregedoriacnj/redescobrindo-os-juizados-> especiais/enunciados-fonaje/enunciados-civeis>. Acesso em: 22 out. 2017.

## . CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, RESOLUÇÃO 79 DE 09 DE

**JUNHO DE 2009**. Disponível em:

<<http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs_cnj/resolucao/rescnj_79.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

. **Lei 4.657 de 04 de setembro de 1942**. **Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro**. Disponível em [<ht](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-)t[p://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-) lei/Del4657compilado.htm>. Acesso em 22 jan. 2017.

## . Lei 7.244 de 1984. Dispõe sobre a criação e o funcionamento do Juizado Especial de Pequenas Causas. Disponível em

<https://[www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/1980-1988/L7244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7244.htm)>. Acesso em 03 jan. 2017.

. **Lei 9.099 de 1995**. **Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências**. Disponível em < <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>>. Acesso em 03 jan. 2017.

. **Lei 13.015 de 16 de março de 2015**. **Código de Processo Civil**. Disponível em [<http:/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-)/[www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2015-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-) 2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em 29 dez. 2017.

. **Projeto de Lei n. 7.448-B de 2006**. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=33309> 0>. Acesso em: 08 nov. 2017.

. **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Vocabulário Jurídico Tesauro**. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarVocabularioJuridico.asp>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

## . SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: Íntegra do discurso de posse da ministra Ellen Gracie. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoPublicacaoInstitucionalPossePresidenci> al/anexo/plaquetaPosseMinistraEllenGraciePresidencia.pdf>. Acesso em 07 JAN.

2018.

## . TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de

**Justiça de São Paulo apoia essa ideia**. Disponível em:

<[www.tjsp.jus.br/peticao10sentenca10](http://www.tjsp.jus.br/peticao10sentenca10)>. Acesso em: 08 nov. 2017.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolingüística: Uma Introdução crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabriz Editor, 1988.

CÁRCOVA, Carlos Maria. **A opacidade do direito**. Tradução: Edílson Alkmim Cunha. São Paulo: LTr, 1998.

CATALAN, Marcos Jorge. **Juizados Especiais Cíveis: Uma abordagem crítica à luz da sai principiologia.** Disponível em:

<<http://portal.tjpr.jus.br/download/je/DOUTRINA/Uma_abordagem_%20critica.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. Dictionnaire d´analyse du discours. Paris, Éditions du Seuil, 2002.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo.** 17 ed. ED: Malheiros, São Paulo, 2001.

COELHO, Fábio Alexandre. **Teoria geral do processo**. ED:Juarez de Oliveira, São Paulo, 2004.

COLLAÇO, Rodrigo. **Entendeu?**. Disponível em

<[www.amb.com.br/portal/web/portal/juridiques/entendeu.doc>](http://www.amb.com.br/portal/web/portal/juridiques/entendeu.doc). Acesso em 14 jan. 2017.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Nova Gramática de Português Contemporânea**. 2 ed. ED: Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1985.

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Notas sobre a garantia constitucional do acesso à justiça: o princípio do direito de ação ou da inafastabilidade do Poder Judiciário**. Revista de Processo, São Paulo, n. 108, p. 23, out./dez. 2002.

DICIONÁRIO PORTUGUÊS. **Jargão [on-line]**. Edição 1.4 (jan 2016). Disponível

<<http://dicionarioportugues.org/pt/jargao>>. Acesso em 17 jun. 2017.

DICIONÁRIO SIGNIFICADOS. **Significado de Petição.** Disponível em:

<[http://www.significados.com.br/petição](http://www.significados.com.br/peti%C3%A7%C3%A3o)>. Acesso em 26 jun. 2017.

. **Significado de Dignidade.** Disponível em:

<<http://www.significados.com.br/dignidade>>. Acesso em 06 dez. 2017.

DONIZETTI, Elpídio. **Curso didático de Direito Processual Civil**. 19. ed. revisada e completamente reformulada conforme o Novo CPC – Lei 13.105, de 16 de março de 2015 e atualizada de acordo com a Lei 13.256, de 04 de fevereiro de 2016. São Paulo: Atlas, 2016

ESPÍNDOLA, Ruy Samuel. **Conceito de princípios constitucionais: elementos teóricos para uma formulação dogmática constitucionalmente adequada**. ED: Revista dos Tribunais, São Paulo, 1999.

FACCIOLLA, Alexandre. **Juiz absolve acusado de furto e critica seguranças de supermercado, 2014**. Disponível em: <<http://s.conjur.com.br/dl/sentenca-furto-> supermercado.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós**. In: BAGNO, Marcos (org.). A linguística da norma. São Paulo: Loyola, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. **Juizados especiais da fazenda pública**. ED: RT, São Paulo, 2010.

. **Da competência nos Juizados Especiais Cíveis**. V. 36. ED: Revista dos Tribunais, 1996.

FONSECA, Pedro Leal. **Falta de clareza em textos faz juiz pular parágrafos**. Revista Consultor Jurídico, 31 mar. 2010. Disponível em:

<https://[www.conjur.com.br/2010-mar-31/falta-clareza-textos-juridicos-faz-juiz-](http://www.conjur.com.br/2010-mar-31/falta-clareza-textos-juridicos-faz-juiz-) estafado-pular-paragrafos>. Acesso em: 14 jan. 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 1998.

GERAIGE NETO, Zaiden. **O princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional: art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal**. ED: Revista dos Tribunais, São Paulo, 2003.

GERMANO, Alexandre Moreira. **Técnica de redação forense**. São Paulo: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 2005. Disponível em:

<<http://www.tjsp.jus.br/Download/pdf/TecnicaRedacaoForense.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

GILISSEN, John. **Introdução histórica ao direito**. 3ª ed. Lisboa. Fundação Calouste Gulberkian, 2001.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 4. ed. ED Martins Fontes, São Paulo, 1998.

GUIMARÃES, Luciana Helena Palermo de Almeida. **A SIMPLIFICAÇÃO DA LINGUAGEM JURÍDICA COMO INSTRUMENTO FUNDAMENTAL DE ACESSO À**

**JUSTIÇA.** 2006. Disponível em <file:///C:/Users/Computador/Downloads/4270- 14364-1-PB.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

HACK, Érico. **Direito constitucional: conceitos, fundamentos e princípios básicos**. ED. Ibpex. Curitiba, 2008.

HESS, Heliana Maria Coutinho. **Acesso à Justiça por reformas judiciais**. Millennium Editora, São Paulo, 2004.

HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo, Perspectiva, 1975.

KANT, Immanoel**. Fundamentação da metafísica dos costumes**. Trad. Paulo Quintela. Lisboa: Ed. 70, 1986.

KASPARY, Alberto J. **Linguagem do direito. Linguagem do Direito**, in: Vital Artigos. 30 jun. 2003. Disponível em: <[www.fesmp.org.br>](http://www.fesmp.org.br/). Acesso em: 15 jan. 2018.

KAUARK, Fabiana; MANHÃES, Fernanda Castro; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de. **Metodologia da Pesquisa: um guia prático**. Itabuna – BA: Via Literarium, 2010.

LEMBO, Cláudio. **A pessoa: seus direitos**. 1ª ed. ED Manole. São Paulo, 2007.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**.19ª ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2015.

. **Teoria geral da ação civil pública**. 3. ed. ED: Revista dos Tribunais, São Paulo, 2008.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 43ª ed. ED. José Olympio, Rio de Janeiro, 2003.

LOPES, Claudinei. **Manipulação da Linguagem e Linguagem da Manipulação**. São Paulo: Paulinas, 2008.

LYONS, John. **Linguagem e Lingüística: Uma Introdução**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.

MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. **Código de Processo Civil Interpretado – artigo por artigo, parágrafo por parágrafo.** ED. Manole, Barueri, São Paulo, 2007.

MAIA, Márcio Barbosa. **Rui Barbosa, o ladrão de galinhas e o juridiquês**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-mai-23/rui-barbosa-ladrao-galinhas-> juridiques-decano-unb>. Acesso em: 12 fev. 2017.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Discurso: a questão dos fundamentos**. In: Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, n. 19, pp.65-74, jul./dez., 1990.

Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/cel/article/view/3014>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. **Assistência jurídica, assistência judiciária e justiça gratuita**. ED: Forense, Rio de Janeiro, 2001.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo curso de processo civil: teoria do processo civil, volume I**. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

. **Curso de processo civil. Teoria Geral do Processo.** v. 1, ED: RT, São Paulo, 2006.

MARQUES, José Frederico. **Manual de direito processual civil**. Campinas: Bookseller, 1997.

MARQUES, Luiz Guilherme. **A simplificação da linguagem no juizado especial cível**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, VIII, n. 23, out 2005. Disponível em:

<http://www.ambito- juridico.com.br/site/index.php?n\_link=revista\_artigos\_leitura&artigo\_id=221>. Acesso 24 jan. 2018.

MORALLES, Luciana Camponez Pereira. **Acesso à Justiça e princípio da Igualdade.** ED: Sergio Antônio Fabris, Porto Alegre, 2006.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **ADVOCEF JURISTANTUN, suplemento integrante do boletim**, ADVOCEF ano VII, n. 55, setembro de 2007.

MORENO, Cláudio; MARTINS, Túlio. **Português para convencer: comunicação e persuasão em Direito**. ED. Ática, São Paulo, 2006.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

NASCIMENTO, Edmundo Dantes. **Linguagem Forense**. ED: Saraiva, São Paulo, 1995.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil**. 7ª ed. Rev., atual e ampl. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017.

NERY, Alfrediana. **Gíria e jargão: A língua muda conforme situação**. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/portugues/giria-e-jargao-a-lingua-muda- conforme-situacao.htm>. Acesso em: 04 mar. 2017.

NERY JÚNIOR, Nelson. **Princípios do processo civil na Constituição Federal**. 7.ed. rev. atual. com as Leis 10.352/2001 e 10.358/2001. ED: Revista dos Tribunais, São Paulo, 2002.

NICORA, Attilio. **Il princípio di oralità nel diritto processuale civile italiano e nel diritto processuale canonico**. Roma: Università Gregoriana, 1977.

NUNES, Rizzatto. **O Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana: doutrina e jurisprudência**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.

OLIVEIRA, Nirlene da Consolação**. LINGUAGEM JURÍDICA E ACESSO À JUSTIÇA.** Disponível em:

<<http://revistapensar.com.br/direito/pasta_upload/artigos/a121.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

OLIVEIRA, Thiago Vieira Mathias; BASSOLI, Marlene Kempfer. **Semiótica e interpretação do Direito**. Revista de Direito Publico, v. 1, n 2 mai/ago, Londrina,

2006. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/viewFile/11575/10271>>. Acesso 12 jan. 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **O que é lingüística**. ED: Brasiliense, São Paulo, 2009.

. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2002.

. **Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos**. Campinas: Pontes, 2001.

. **Discurso e Leitura**. 2ed. ED: Cortez, São Paulo, 1993.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. **Instrumentalidade do processo e devido processo legal**. Revista de processo, v. 102, São Paulo, 2001.

PAULO, Vicente, ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional descomplicado**. 12ª ed. ED. Método, São Paulo, 2014.

. **Direito Constitucional Descomplicado.** 4. ed. ED: Método, São Paulo, 2009.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Princípios fundamentais e norteadores para a organização jurídica da família**. 2. ed. ED. Del Rey, Belo Horizonte, 2012.

PETRI, Maria José Constantino. **Manual de Linguagem Jurídica**. 2ª ed. rev. E atual.- São Paulo. Saraiva, 2009.

PETTER, Margarida**. Linguagem, língua, lingüística in FIORIN**. José Luiz(org.).Introdução à Lingüística; Objeto teórico. São Paulo, 2003.

PINTO, Oriana Piske de Azevedo Magalhães. **Abordagem histórica e jurídica dos Juizados de pequenas causas aos atuais juizados especiais cíveis e criminais brasileiros. 2008**. Disponível em

<<http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/artigos/2008/abordagem-historica-e-> juridica-dos-juizados-de-pequenas-causas-aos-atuais-juizados-especiais-civeis-e- criminais-brasileiros-parte-i-juiza-oriana-piske-de-azevedo-magalhaes-pinto>.

Acesso em: 03 jan. 2017.

PORTAL G1 DE SANTA CATARINA. **Em despacho, juiz de SC se diz “triste” e acusa parte de tentar “dar um migué”,** 2016. Disponível em:

<<http://www.g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/01/em-despacho-juiz-de-sc-> se-diz-triste-e-acusa-parte-de-tentar-dar-um-migue.html>. Acesso em: 09 nov. 2017.

POSSATO, Maria Carmen Guimarães. **As interfaces da linguagem jurídica**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 99, abr 2012. Disponível em:

<http://www.ambito-

juridico.com.br/site/?n\_link=revista\_artigos\_leitura&artigo\_id=11494>. Acesso 30 em ago. 2016.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas,1989.

ROCHA, Felippe Borring. **Juizados Especiais Cíveis. Aspectos polêmicos da Lei 9.099, de 26/09/1995**. 2.ed. rev. ampl. atual. ED: Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2002.

ROSENVALD, Nelson. **Dignidade humana e boa-fé no Código Civil**. 1. ed. ED: Saraiva, São Paulo, 2005.

ROSSATO, Luciano Alves. **Sistema dos Juizados Especiais Análise sob a ótica civil**. ED. Saraiva, 2012.

SANTOS, Marisa Ferreira dos; CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Juizados Especiais cíveis e criminais: Federais e Estaduais**. V 15. Tomo II. 10 ed. ED: Saraiva, São Paulo, 2012.

SARLET, Ingo Wolfgand. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição de 1988**. ED: Livraria do Advogado, Porto Alegre, 2001.

SARMENTO, Daniel. **Direitos fundamentais e relações privadas**. 2. ed. 3 tir. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SILVA, José Afonso da. **Processo constitucional de formação das leis**. 2. ed. 2. tri. São Paulo: Malheiros, 2007.

SEREJO, Lourival. **A clareza da linguagem judicial como efetivação do acesso à justiça**. 2005. Disponível em:

<[http://www.amb.com.br/?secao=campanha\_juridiques>](http://www.amb.com.br/?secao=campanha_juridiques). Acesso em 29 dez. 2017.

SOUZA, Anderson Freire de. **A linguagem no direito**. p. 24-36. Disponível em:

<<http://www.facape.br/anderson/ied/A_linguagem_no_Direito.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

SOUZA, José Barcelos de. **Cuidados no uso da linguagem jurídica**. Jornal Estado de Minas. Caderno Direito & Justiça. Publicado em: 19 jan. 2007.

SOUZA, Raquel de. **Fundamentos de História do Direito**. Organizado por Antonio Carlos Wolkmer. 3ª Ed. Editora Del Rey. Belo Horizonte 2006.

THEODORO JÚNIOR, Humberto, **Curso de Direito Processual Civil**, Vol. 1, 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

VERNANT. Jean-Pierre. **As Origens do Pensamento Grego**. Tradução Ísis Borges

B. da Fonseca. 12. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

XAVIER, Ronaldo Caldeira. **Português no Direito**. ED: Forense, Rio de Janeiro, 2003.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; RODRIGUES, Luiz. **Pequeno ensaio sobre a função da linguagem e o fenômeno jurídico**. Revista Jurídica Consulex, Ano XI,

1. 240, Publicada em 15 jan. 2007.

WATANABE, Kazuo. **Acesso à Justiça e Sociedade Moderna**. In. DINAMARCO, Cândido Rangel; GRINOVER, Ada Pellegrini e WATANABE, Kazuo. Participação e Processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A - TABELA CONTENDO TEXTOS PARA INTERPRETAR

|  |  |
| --- | --- |
| **Trechos de textos retirados de petições e Discursos Jurídicos** | |
| **Texto Original** | **Interpretação pelo Operador do Direito** |
| O alcândor conselho Especial de Justiça, na sua apostura irrepreensível, foi correto e acendrado no seu decisório. É certo que o Ministério Público tem o seu lambel largo no exercício do poder de denunciar. Mas nenhum lambel o levaria a pouso cinéreo se houvesse acolitado o pronunciamento absolutório dos nobres alvazires de primeira instância.  **Fonte:** [**http://www.conjur.com.br/2005-**](http://www.conjur.com.br/2005-) **nov- 16/idioma\_forense\_encontra\_resisten cia\_junto\_populacao?pagina=4** |  |
| O vetusto vernáculo manejado no âmbito dos excelsos pretórios, inaugurado a partir da peça *ab ovo*, contaminando as súplicas do petitório, não repercute na cognoscência dos frequentadores do átrio forense. Ad excepcionem o instrumento do remédio heróico e o *jus laboralis*, onde o *jus postulandi* sobeja em beneplácito do paciente (impetrante) e do obreiro. Hodiernamente, no mesmo diapasão, elencam-se os empreendimentos *in judicium specialis*, curiosamente primando pelo rebuscamento, ao revés do perseguido em sua prima gênese.  Fonte: [**http://www.conjur.com.br/2005-**](http://www.conjur.com.br/2005-) **nov-**  **16/idioma\_forense\_encontra\_resisten cia\_junto\_populacao** |  |

O exemplo é baço, bem o sei, mas se garão ou latagão apusesse espadete em fauce de caixa, demandado burras, iria o fiscal (amiúde armados com revólveres, gás pimenta ou outros petrechos como dispositivos de choques, etc.) aguardar a consumação do roubo qualificado ou latrocínio? Cremos que não. Homessa!

**Fonte:** [**http://s.conjur.com.br/dl/sentenca-**](http://s.conjur.com.br/dl/sentenca-) **furto-supermercado.pdf**

## APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO ENTREGUE AS PARTES DO PROCESSO

Sexo: Idade: Cidade: Data / /

* 1. Qual é seu nível de escolaridade? ( ) Fundamental completo

( ) Médio incompleto

( ) Médio Completo

( ) Superior incompleto

( ) Superior Completo

* 1. Já foi autor, Réu, Testemunha ou Jurado em um processo? ( ) Não ( ) Sim
  2. Já leu qualquer tipo de legislação (Constituição Federal, Código Civil, Código Penal, etc...)?

( ) Não ( ) Sim ( ) Apenas parte da lei

* 1. Já sentiu dificuldade de interpretar, ou compreender algum texto de cunho jurídico (TV, Livros, Processo)?

( ) Não ( ) Sim ( ) Apenas parte do texto

* 1. Você compreendeu toda a petição que determinado advogado redigiu? ( ) Não ( ) Sim ( ) Apenas parte da petição
  2. Você compreendeu toda a decisão proferida pelo magistrado?

( ) Não ( ) Sim ( ) Apenas parte da decisão

* 1. Quando tem algum direito violado por outrem, qual é a primeira fonte de pesquisa?

( ) Advogado ( ) Pesquisa na Internet ( ) Legislação

* 1. Quando procurou o Juizado Especial Cível para protocolizar seu pedido, quem redigiu a peça?

( ) Advogado ( ) Servidor Público ( ) Pesquisado

* 1. Durante uma audiência realizada em que foi parte, você conseguiu entender todo o diálogo?

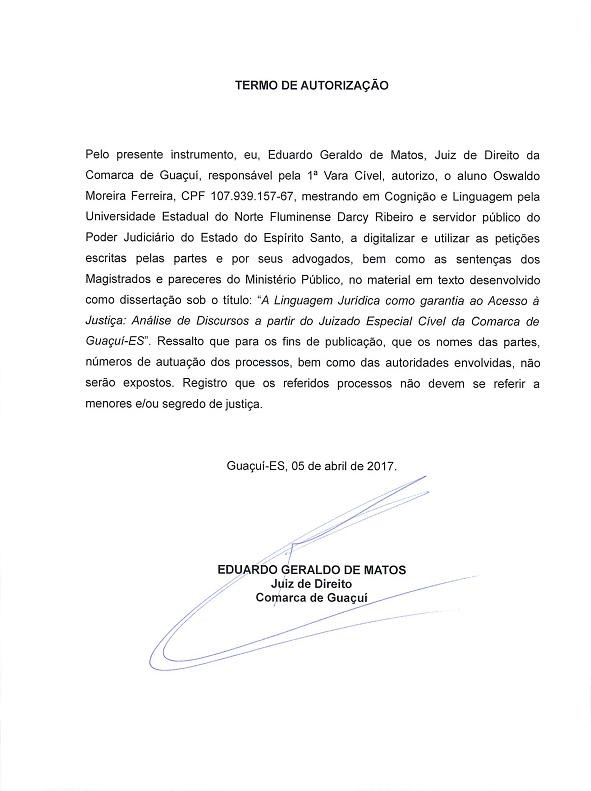
( ) Não ( ) Sim ( ) Apenas parte do diálogo

* 1. No seu entendimento, a linguagem utilizada pelo advogado, promotor ou juiz, deveria ser mais simples ou de melhor compreensão para população, com a finalidade de explicar com mais clareza o que foi decidido?

( ) Não ( ) Sim

* 1. Como deveria ser a linguagem jurídica nas peças processuais?

## APÊNDICE C - AUTORIZAÇÃO DO JUIZ PARA FAZER CARGA DOS PROCESSOS



**APÊNDICE D - AUTORIZAÇÃO PARA USO DOS DADOS COLETADOS**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

Pelo presente instrumento, eu, , autorizo, graciosamente, o aluno Oswaldo Moreira Ferreira, CPF 107.939.157-67, Mestrando em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, a utilizar o questionário por mim respondido, no material em texto desenvolvido como Dissertação sob o título: ―*A Linguagem Jurídica como garantia ao Acesso à Justiça: Análise de Discursos a partir do Juizado Especial Cível da Comarca de Guaçuí-ES*‖.

Guaçuí, de de 2017.

Assinatura:

## APÊNDICE E – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO AO MAGISTRADO DA COMARCA

